



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Diogo Nuno Costa Mateus

TURISMO ORNITOLÓGICO NO BAIXO
MONDEGO: PROPOSTA DE UM ROTEIRO
DE OBSERVAÇÃO DE AVES

Dissertação no âmbito do Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios
orientada pela Professora Doutora Claudete Carla Oliveira Moreira e
apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2018

FACULDADE DE LETRAS

TURISMO ORNITOLÓGICO NO BAIXO MONDEGO: PROPOSTA DE UM ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE AVES

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Turismo ornitológico no Baixo Mondego: proposta de um roteiro de observação de aves
Autor	Diogo Nuno Costa Mateus
Orientadora	Claudete Carla Oliveira Moreira
Júri	Presidente: Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos Vogais: 1. Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás 2. Doutora Claudete Carla Oliveira Moreira
Identificação do Curso	2º Ciclo em Turismo, Território e Patrimónios
Área científica	Turismo e Lazer
Data da defesa	30-10-2018
Classificação	16 valores



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Dedicatória

Às minhas tias

Às minhas mãe e irmã, ao meu irmão

À minha estimada avó e ao meu saudoso avô

Ao Carlos Carneiro, Fábio Loureiro e João Pinto

Ao Hélder Varela e Ivo Florentino

Agradecimentos

À Professora Doutora Claudete Carla Oliveira Moreira pela disponibilidade apresentada para aceitar a orientação científica desta dissertação, por toda a ajuda prestada e incansável motivação que me transmitiu no decorrer deste trabalho de investigação.

Ao Ivo Florentino pela disponibilidade mostrada e pelo dia passado pelos campos do Mondego a fazer trabalho de campo. E pela disponibilização da máquina fotográfica.

Ao Nuno Cunha pelo auxílio no esclarecimento de algumas dúvidas que foram surgindo na elaboração dos cartogramas.

Ao Professor Doutor Luca Dimuccio pela colaboração prestada e partilha de informação geográfica crucial para a conclusão do presente trabalho de investigação.

Ao Professor Doutor António Rochette Cordeiro pela disponibilização de material relativo à ilha da Morraceira e ao Estuário do Mondego, em geral.

A todos os agentes de animação turística que acederam colaborar nesta investigação disponibilizando-se para responder à entrevista efetuada com vista ao conhecimento do território do Baixo Mondego quanto à observação de aves, um muito agradeço o contributo de cada um.

À Dona Amélia Serens, bibliotecária do Departamento de Geografia e Turismo pela palavra amiga e ânimo comunicados ao longo da realização deste trabalho de Mestrado.

Por fim, uma palavra de agradecimento muito especial à Professora Doutora Isabel Paiva.

Resumo

O turismo ornitológico apresenta-se como um produto turístico de nicho cada vez mais procurado e praticado por indivíduos de todas as nacionalidades, que se dispõem a viajar com um objetivo: observar aves.

Em Portugal tem-se registado um crescente interesse por este tipo de turismo, resultado dos inúmeros projetos ligados à observação de aves ou a eventos exclusivamente dedicados a esta temática, mas também pelo aumento do número de agentes de animação turística que disponibilizam serviços relacionados com esta atividade. Dada a localização estratégica do território português, o turismo ornitológico (*o birdwatching*) tem no território nacional condições para se afirmar como um produto de excelência, pela diversidade concentrada de paisagens e de avifauna, quer seja pelas inúmeras espécies de aves que ocorrem no país, quer seja pela exuberância paisagística das áreas classificadas, comparativamente com outros destinos turísticos. Para estas áreas classificadas, a observação de aves pode constituir-se como fundamental para a conservação e gestão destes territórios, atenuar a sazonalidade da procura turística que se verifica nestas e nas regiões onde se inserem e desenvolver, deste modo, um produto turístico marcadamente sustentável e de consciencialização ambiental.

Esta Dissertação de Mestrado centra-se no turismo ornitológico, apresentando a sua génese e evolução. Sustenta que o turismo ornitológico é um turismo de nicho a desenvolver em Portugal. Traça uma caracterização, muito completa e atual, da observação de aves em Portugal. Elege em termos de análise a região do Baixo Mondego, apresentando a situação atual de quatro Áreas Importantes para as Aves (IBA) para a prática de *birdwatching*: a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), o Paul da Madriz, o Paul do Taipal e o Estuário do Mondego.

Em termos de investigação empírica esta dissertação combina o trabalho de campo com a aplicação da técnica entrevista. Uma entrevista estruturada para conhecer a opinião dos responsáveis pelas empresas de animação turística registadas nos municípios do Baixo Mondego que disponibilizam como oferta a atividade de observação de aves. Os resultados da investigação permitem concluir que apesar do território evidenciar recursos singulares a oferta turística não se encontra estruturada, a que acresce o estado de abandono das Áreas Importantes para as Aves (IBA). Para além disto este trabalho apresenta a proposta de um roteiro ornitológico para o Baixo Mondego. No final é possível encontrar medidas de ação

para valorizar o turismo ornitológico no centro de Portugal, em geral, e no Baixo Mondego, em particular.

PALAVRAS-CHAVE: turismo ornitológico, Baixo Mondego, Área Importante para as Aves, observação de aves, oferta turística.

Abstract

Ornithological tourism is a niche tourist product increasingly sought after and practiced by individuals of all nationalities, who are willing to travel with one goal: bird watching.

In Portugal there has been an increasing interest in this type of tourism, as a result of the numerous projects related to birdwatching or events exclusively dedicated to this theme, but also by the increase in the number of tourist agents that offer services related to this activity. Due to the strategic location of the portuguese territory, ornithological tourism (birdwatching) has in this national territory the conditions to affirm itself as a product of excellence, for the concentrated diversity of landscapes and birds, and for the numerous species of birds that habitat in the country or either for the scenic exuberance of the classified areas compared to other tourist destinations. For these classified areas, the observation of birds can constitute a fundamental for the conservation and management of these territories, to mitigate the seasonality of tourist demand that occurs in these and the regions where they are inserted and to develop, in this way, a markedly sustainable tourism product and environmental awareness.

This Master's Dissertation focuses on ornithological tourism, presenting its genesis and evolution. It maintains that ornithological tourism is a niche tourism to be developed in Portugal. It traces a very complete and current characterization of birdwatching in Portugal. It elects in terms of analysis the Baixo Mondego region, presenting the current situation of four Important Bird Areas (IBA) for birdwatching: the Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), Paul da Madriz, Paul do Taipal and the Estuário do Mondego.

In terms of empirical research this dissertation combines the field work with the application of the interview technique. A structured interview to know the opinion of those responsible for the tourist animation companies registered in the municipalities of Baixo Mondego that offer as offer the activity of birdwatching. The results of the investigation allow to conclude that although the territory evidences singular resources the tourist supply is not structured, in addition to the state of abandonment of the Important Bird Areas (IBA). In addition, this work presents the proposal of an ornithological route for the Baixo Mondego. In the end it is possible to find measures of action to value ornithological tourism in central Portugal in general and in Baixo Mondego in particular.

KEYWORDS: ornithological tourism, Baixo Mondego, Important Bird Area, birdwatching, tourist offer.

Índice

Dedicatória	i
Agradecimentos	iii
Resumo.....	v
Abstract	vii
Índice	ix
Índice de figuras.....	xiii
Índice de quadros	xvii
Acrónimos e siglas	xix
CAPÍTULO I INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento do tema: o turismo ornitológico.....	1
1.2. Objetivos e questões de partida	2
1.3. Estrutura da dissertação	3
CAPÍTULO II TURISMO ORNITOLÓGICO: UM NICHOS A DESENVOLVER	5
2.1. Génese do conceito	5
2.2. Categorias de observadores de aves	6
2.3. Evolução do turismo ornitológico.....	9
2.4. Atividades específicas do turismo ornitológico.....	13
2.5. Roteiros ornitológicos	17
CAPÍTULO III TURISMO ORNITOLÓGICO EM PORTUGAL	21
3.1. Observação de aves	21
3.1.1. Áreas Importantes para as Aves (IBA)	22
3.1.2. Rede Natura 2000.....	28
3.1.3. Sítios Ramsar.....	34
3.2. O turismo ornitológico em Portugal.....	37
3.2.1. Estratégias para o turismo de âmbito nacional	39
3.2.1.1. Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)	40
3.2.1.2. Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT): revisão e objetivos.....	42
3.2.1.3. Turismo 2020.....	44

3.2.1.4. Estratégia Turismo 2027	46
3.2.2. Atividades e agentes de animação turística.....	48
3.2.3. Principal legislação aplicável	57
3.2.4. Projetos relacionados com a observação de aves e o turismo ornitológico em Portugal	59
3.2.4.1. Estruturas-tipo para a prática de observação de aves	59
3.2.4.2. Espaço de Visitação e Observação de Aves (EVOA)	60
3.2.4.3. IberAves	60
3.2.4.4. MediterAves	61
3.2.4.5. Portal Aves de Portugal	61
3.2.4.6. BioRia.....	62
3.2.4.7. Atlas Aves Invernantes e Migradoras.....	63
3.2.4.8. Chegadas	64
3.2.4.9. BioDiversity4All.....	65
3.2.4.10. Projecto de Monitorização das Aves Aquáticas da Margem Norte do Estuário do Sado.....	65
3.2.5. Eventos de observação de aves.....	67
3.2.5.1. ObservaRia.....	67
3.2.5.2. Festival de Observação de Aves & Atividades de Natureza de Sagres	69
3.2.5.3. ObservaNatura	71
3.2.5.4. ObservArribas.....	73
3.2.5.5. Algarve Nature Week	74
3.2.6. Entidades.....	75
3.2.6.1. Comité Português de Raridades (CPR).....	75
3.2.6.2. Turismo de Portugal	76
3.2.6.3. Liga para a Protecção da Natureza (LPN).....	76
3.2.6.4. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	77
3.2.6.5. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)	78

3.2.6.6. BirdLife International	79
3.2.6.7. Almargem	79
3.2.7. Exemplos de boas práticas	80
3.2.7.1. Centro Ambiental do Priolo (CAP)	80
3.2.7.2. Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena (EILP)	82
3.2.8. Plataformas móveis	84
3.2.8.1. Portugal Aves/eBird.....	84
CAPÍTULO IV TURISMO ORNITOLÓGICO NO BAIXO MONDEGO	87
4.1. Enquadramento geográfico da região em estudo	87
4.2. Caracterização da paisagem	92
4.3. O turismo no território.....	95
4.4. Estratégias de âmbito regional.....	102
4.5. Áreas Importantes para as Aves (IBA) da região em estudo	104
4.5.1. Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA).....	105
4.5.2. Paul da Madriz.....	109
4.5.3. Paul do Taipal.....	113
4.5.4. Estuário do Mondego.....	116
4.6. Proposta de um roteiro ornitológico para o Baixo Mondego	121
4.7. Exemplo da utilização da plataforma móvel Portugal Aves/eBird para a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA).....	127
CAPÍTULO V PRÁTICAS METODOLÓGICAS E ANÁLISE DE DADOS	131
5.1. Metodologias	131
5.2. Entrevista Estruturada às Empresas de Animação Turística que apresentam como oferta a observação de aves e se encontram registadas nos municípios do Baixo Mondego.....	135
5.2.1. Identificação do agente de animação turística	136
5.2.2. Recursos humanos.....	136
5.2.3. Caracterização da oferta e da procura de atividades de birdwatching.....	137
5.2.4. Comunicação ao birdwatcher	138

5.2.5. Perfil do birdwatcher	138
5.2.6. Análise aos dados obtidos	139
CAPÍTULO VI CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
Referências bibliográficas	145
Fontes	153
Apêndices.....	157

Índice de figuras

Figura 1 – Concetualização das diferentes etapas desta investigação.	4
Figura 2 – Evolução temporal da observação de aves até ao turismo ornitológico na atualidade.	10
Figura 3 – Cartaz da 20. ^a edição do <i>Great Salt Lake Bird Festival</i> (GSLBF), ocorrida em 2018.	14
Figura 4 – Cartaz da 30. ^a edição da <i>British Birdwatching Fair</i> (BBF), ocorrida em 2018.	16
Figura 5 – Cartaz da 8. ^a edição da <i>South American Bird Fair</i> , ocorrida em 2018.	17
Figura 6 – Equipamento essencial para observar aves.	22
Figura 7 – Áreas Importantes para as Aves (IBA) em Portugal Continental.	24
Figura 8 – Áreas Importantes para as Aves (IBA) no Arquipélago dos Açores.	25
Figura 9 – Áreas Importantes para as Aves (IBA) no Arquipélago da Madeira.	25
Figura 10 – Espécies de aves referidas por Oliveira (2015) como particularidades do território português.	27
Figura 11 – Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Rede Natura 2000 em Portugal Continental.	30
Figura 12 – Sítios de Importância Comunitária (SIC) em Portugal Continental.	33
Figura 13 – Sítios Ramsar em Portugal Continental.	36
Figura 14 – Evolução temporal das publicações referentes à observação de aves e posterior turismo ornitológico em Portugal.	37
Figura 15 – Evolução temporal das estratégias para o turismo em Portugal.	40
Figura 16 – Evolução do registo de Empresas de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, em Portugal, entre 2001 e 31 de Maio de 2018.	48
Figura 17 – Distribuição do número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, em Portugal Continental, a 31 de Maio de 2018.	50
Figura 18 – Distribuição do número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, no Arquipélago dos Açores, a 31 de Maio de 2018.	51
Figura 19 – Distribuição do número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, no Arquipélago da Madeira, a 31 de Maio de 2018.	52
Figura 20 – Logótipo da <i>Birds & Nature Tours</i> , Lda.	53
Figura 21 – Relação das Áreas Importantes para as Aves (IBA) com o número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, em Portugal Continental, a 31 de Maio de 2018.	55

Figura 22 – Relação das Áreas Importantes para as Aves (IBA) com o número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, no Arquipélago dos Açores, a 31 de Maio de 2018.	56
Figura 23 – Relação das Áreas Importantes para as Aves (IBA) com o número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, no Arquipélago da Madeira, a 31 de Maio de 2018.	57
Figura 24 – Flyer alusivo à <i>ObservaRia – Estarreja Birdwatching fair 2017</i>	68
Figura 25 – 3. ^a edição da <i>ObservaRia – Estarreja Birdwatching fair 2017</i> , em cima do lado esquerdo, entrada principal; em cima do lado direito, balcão de boas vindas; em baixo do lado esquerdo, pormenor de uma apresentação da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA); em baixo do lado direito, pormenor da lista das espécies observadas nas datas assinaladas num dos percursos da BioRia.	69
Figura 26 – Cartaz alusivo ao <i>Festival de Observação de Aves & Atividades de Natureza de Sagres 2017</i>	71
Figura 27 – Cartaz da 10. ^a Edição da <i>ObservaNatura</i>	72
Figura 28 – Cartaz referente à <i>ObservArribas</i> : à esquerda, 1. ^a edição, 2017; à direita, 2. ^a edição, 2018.	73
Figura 29 – Materiais de comunicação alusivos à <i>Algarve Nature Week 2018</i>	74
Figura 30 – Priolo (<i>Pyrrhula murina</i>), espécie de ave que incorpora a Lista Vermelha de espécies ameaçadas da <i>International Union for Conservation of Nature (IUCN)</i>	80
Figura 31 – Pormenor da exposição do Centro de Interpretação Ambiental (CIA) relativa ao Priolo (<i>Pyrrhula murina</i>) e à floresta Laurissilva.	81
Figura 32 – Itinerários e respetivas indicações do Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena (EILP).	83
Figura 33 – Portugal Aves/eBird.	85
Figura 34 – Localização geográfica da região em estudo e respetivos municípios.	88
Figura 35 – Esboço hipsométrico do Baixo Mondego.	89
Figura 36 – Normais climatológicas provisórias relativas ao período de 1981–2010 de Coimbra.	91
Figura 37 – Número de agentes de animação turística que oferecem a atividade observação de aves, registados nos municípios do Baixo Mondego, a 30 de Junho de 2018.	96
Figura 38 – Relação entre o número de agentes de animação turística, de observação de aves, por município e as Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego.	98
Figura 39 – Número de empreendimentos de turismo no espaço rural, localizados nos municípios do Baixo Mondego, a 30 de Junho de 2018.	100

Figura 40 – Relação entre o número de empreendimentos de turismo no espaço rural, por município e as Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego.....	101
Figura 41 – Localização geográfica das Áreas Importantes para as Aves (IBA) na região em estudo.	104
Figura 42 – Logótipo da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA).....	105
Figura 43 – Localização geográfica da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA).	105
Figura 44 – Em cima, painel informativo da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) (1); ao centro, Centro de Interpretação da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) (2); e em baixo, torre de observação de aves (3).....	107
Figura 45 – Localização geográfica do Paul da Madriz.....	109
Figura 46 – Em cima, painel informativo do Paul da Madriz (1); e em baixo, casa de observação de aves (2).....	110
Figura 47 – Outrora placa de informação em pleno Paul da Madriz.	112
Figura 48 – Localização geográfica do Paul do Taipal.....	113
Figura 49 – Em cima, sinalização rodoviária alusiva ao Paul do Taipal (1); e em baixo, plataforma de observação de aves (2).....	114
Figura 50 – Painel informativo do Paul do Taipal descolorido.	116
Figura 51 – Localização geográfica do Estuário do Mondego.	117
Figura 52 – Em cima, uma das espécies de aves do Estuário do Mondego: Flamingos-rosados (<i>Phoenicopterus roseus</i>) (1); e em baixo, pormenor das Salinas Corredor do Sol (2).	118
Figura 53 – Proposta da rota a ser desenvolvida.	122
Figura 54 – Brochura relativa à rota de observação de aves no Baixo Mondego.	125
Figura 55 – Etapas da aplicação da plataforma móvel Portugal Aves/eBird à Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) com a espécie de ave Garça-vermelha (<i>Ardea purpurea</i>).	130

Índice de quadros

Quadro 1 – Eventos de observação de aves em Portugal.....	67
Quadro 2 – Tipos de classificações das áreas com estatuto de proteção que integram o Baixo Mondego.....	95
Quadro 3 – Agentes de animação turística que segundo o Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) oferecem a atividade observação de aves no Baixo Mondego, a 30 de Junho de 2018.....	97
Quadro 4 – Empreendimentos de turismo no espaço rural que segundo o Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos (RNET) se encontram localizados nos municípios do Baixo Mondego, a 30 de Junho de 2018.....	101
Quadro 5 – Síntese das características principais das Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego.....	120

Acrónimos e siglas

ABLGVFX – Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira

AFN – Autoridade Florestal Nacional

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

APAA – Associação Portuguesa de Anilhadores de Aves

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

BBF – *British Birdwatching Fair*

BES – Banco Espírito Santo

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BOU – *British Ornithologists' Union*

BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa

CAP – Centro Ambiental do Priolo

CARAS – Centro de Acolhimento e Recuperação de Animais Selvagens

CBAT – *Community-Based AviTourism*

CBC – *Christmas Bird Count*

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CE – Comissão Europeia

CEAVG – Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçálinho

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIA – Centro de Interpretação Ambiental

CL – Companhia das Lezírias

CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

CPR – Comité Português de Raridades

CQE – Complexo Químico de Estarreja

DRRF – Direção Regional de Recursos Florestais

ECSA – *European Citizen Science Association*

EDP – Energias de Portugal

EEC – Estratégia de Eficiência Coletiva

EILP – Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena

EPN – *European Phenology Network*

EUA – Estados Unidos da América

EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FFP – Fundo Florestal Permanente

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

GPS – *Global Positioning System*

GSLBF – *Great Salt Lake Bird Festival*

GSSDCRM – Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro

GTCBT – *Great Texas Coastal Birding Trail*

HOS – *Hellenic Ornithological Society*

I.P. – Instituto Público

IBA – *Important Bird Area*

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IGP – Indicação Geográfica Protegida

IP – Itinerário Principal

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

IPOT – *International Project of Ornithology Tourism*

IUCN – *International Union for Conservation of Nature*

LPN – Liga para a Protecção da Natureza

NCBT – *North Carolina Birding Trail*

NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial

ONG – Organização Não Governamental

ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente

PACOPAR – Painel Consultivo Comunitário do Programa Atuação Responsável de Estarreja

PAP – Programa de Aprendizagem Permanente

PDM – Plano Diretor Municipal

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

POR – Programa Operacional Regional

PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RAMT – Regulamento da Actividade Marítimo-Turística

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal

REN – Reserva Ecológica Nacional

RNAAT – Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística
RNES – Reserva Natural do Estuário do Sado
RNET – Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos
RNPA – Reserva Natural do Paul de Arzila
RSPB – *Royal Society for the Protection of Birds*
SEO – *Sociedad Española de Ornitología*
SIC – Sítio de Importância Comunitária
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
SPNM – Serviço do Parque Natural da Madeira
SRAM – Secretaria Regional do Ambiente e do Mar
UA – Universidade de Aveiro
UE – União Europeia
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
WHSRN – *Western Hemispheric Shorebird Reserve Network*
ZEC – Zonas Especiais de Conservação
ZEE – Zona Económica Exclusiva
ZPE – Zonas de Proteção Especial

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Inicia-se neste Capítulo I uma breve contextualização teórica do turismo ornitológico, enquadrado no turismo pós-moderno. Seguem-se os objetivos e as questões de partida que nortearam toda esta investigação, assim como, uma breve síntese das metodologias utilizadas no decorrer deste trabalho, mas também as motivações que conduziram à seleção deste tema. Numa fase posterior está patente a estruturação desta Dissertação de Mestrado.

1.1. Enquadramento do tema: o turismo ornitológico

Assiste-se atualmente a uma procura constante pela inovação e por aquilo que é diferente, contrastando com o turismo massificado de outrora, onde imperava a estandardização dos produtos e da oferta turística. Passou-se de um modelo fordista para um modelo pós-fordista, evidenciado pela comercialização de experiências individuais consoante os estilos de vida e o estatuto socioeconómico, como referem Ioannides e Debbage (1997).

É neste contexto que no decorrer das últimas décadas do século XX despontam novas designações para se aludir a estas alterações verificadas no turismo, nomeadamente ‘novo turista’ e ‘novo turismo’, Krippendorf (1986) e Poon (1994), respetivamente. Resultado destas transformações vão emergindo novos turismos de nicho, alguns deles identificados por Novelli (2005) e Simões e Ferreira (2009), ou turismos de interesse especial (*special interest tourism*) como os designa Trauer (2006). Entre estas novas tipologias de turismo está o turismo ornitológico.

De acordo com o guia de observação de aves, elaborado pela Região de Turismo do Algarve (2015, p. 4), o turismo ornitológico aparece sintetizado como uma “viagem que tem como motivação a realização de atividades de lazer relacionadas com a Ornitologia,

nomeadamente, a deteção, identificação ou observação da avifauna; com o objetivo de se estar em contacto com a natureza para satisfazer necessidades de aprendizagem e/ou alcançar satisfação pessoal”.

Na edição mais recente da *Encyclopedia of Tourism*, editada por Jafar Jafari e Honggen Xiao no ano de 2016, o turismo de observação de aves (*birdwatching tourism*) é apresentado por Steven e Jones (2016) como uma das atividades turísticas mais sustentáveis.

Em suma, a procura permanente por aquilo que é singular e único, articulada a uma competitividade global proporcionaram a segmentação gradual do mercado turístico tal como hoje o observamos, tendo desta segmentação resultado novos produtos turísticos, como o turismo ornitológico.

1.2. Objetivos e questões de partida

Refira-se que esta Dissertação de Mestrado se centra num tema, o turismo ornitológico e numa região, o Baixo Mondego. Nela localizam-se às Áreas Importantes para as Aves (IBA) que servem de base a todo este trabalho.

Tenciona-se com esta investigação responder a um trinómio de três questões, que a seguir se apresentam:

- O que vai ser estudado: turismo ornitológico (Capítulo II);
- Onde vai ser estudado: Baixo Mondego (Capítulo IV);
- E como vai ser estudado: métodos de investigação (Capítulo V).

Este trabalho de investigação apresenta como principal objetivo averiguar as potencialidades do Baixo Mondego para o turismo ornitológico. Para além deste objetivo central, procura-se também alcançar capítulo a capítulo os seguintes propósitos:

- Capítulo I: identificar as questões de partida;
- Capítulo II: explorar a temática do turismo ornitológico;
- Capítulo III: apresentar aquilo que tem sido desenvolvido em Portugal no âmbito do turismo ornitológico;
- Capítulo IV: identificar os equipamentos e as infraestruturas existentes de apoio ao *birdwatching*;

- Capítulo V: enumerar as empresas de animação turística que proporcionam atividades de observação de aves;
- Capítulo VI: refletir sobre os resultados alcançados.

Relativamente aos métodos de investigação empregados ao longo desta dissertação, foi desenvolvida tanto investigação qualitativa como quantitativa, através da pesquisa bibliográfica e revisão da literatura, passando pela aplicação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) no território, à condução de uma entrevista telefónica e também auxiliado na metodologia da observação.

A escolha do Baixo Mondego deveu-se, essencialmente, à proximidade geográfica com o território em questão, mas também pelos inúmeros recursos que aqui se encontram dispostos e que não estão devidamente valorizados, nem estruturados em termos de oferta turística.

A motivação principal foi abordar um produto turístico de nicho que pressupõe um contacto direto com a natureza e que se apresenta muito pouco estudado: o turismo ornitológico.

1.3. Estrutura da dissertação

Este trabalho de investigação encontra-se repartido em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta-se com um carácter introdutório ao tema em si, e é constituído por três secções inferiores. Segue-se o capítulo dois, centrado exclusivamente na temática do turismo ornitológico e subdividido em cinco tópicos e para o qual foi realizada a reflexão teórica. No capítulo três e quatro é valorizado o território, primeiro a uma dimensão nacional e depois a uma escala regional. Posteriormente, no Capítulo V são abordadas as metodologias de investigação adotadas no decorrer deste trabalho, nomeadamente os métodos usados e, numa segunda fase, a entrevista aos agentes de animação turística com atividades de *birdwatching* no Baixo Mondego. Por último, o capítulo sexto encontra-se reservado às considerações finais. O conjunto deste trabalho está de seguida esquematizado (**Figura 1**).

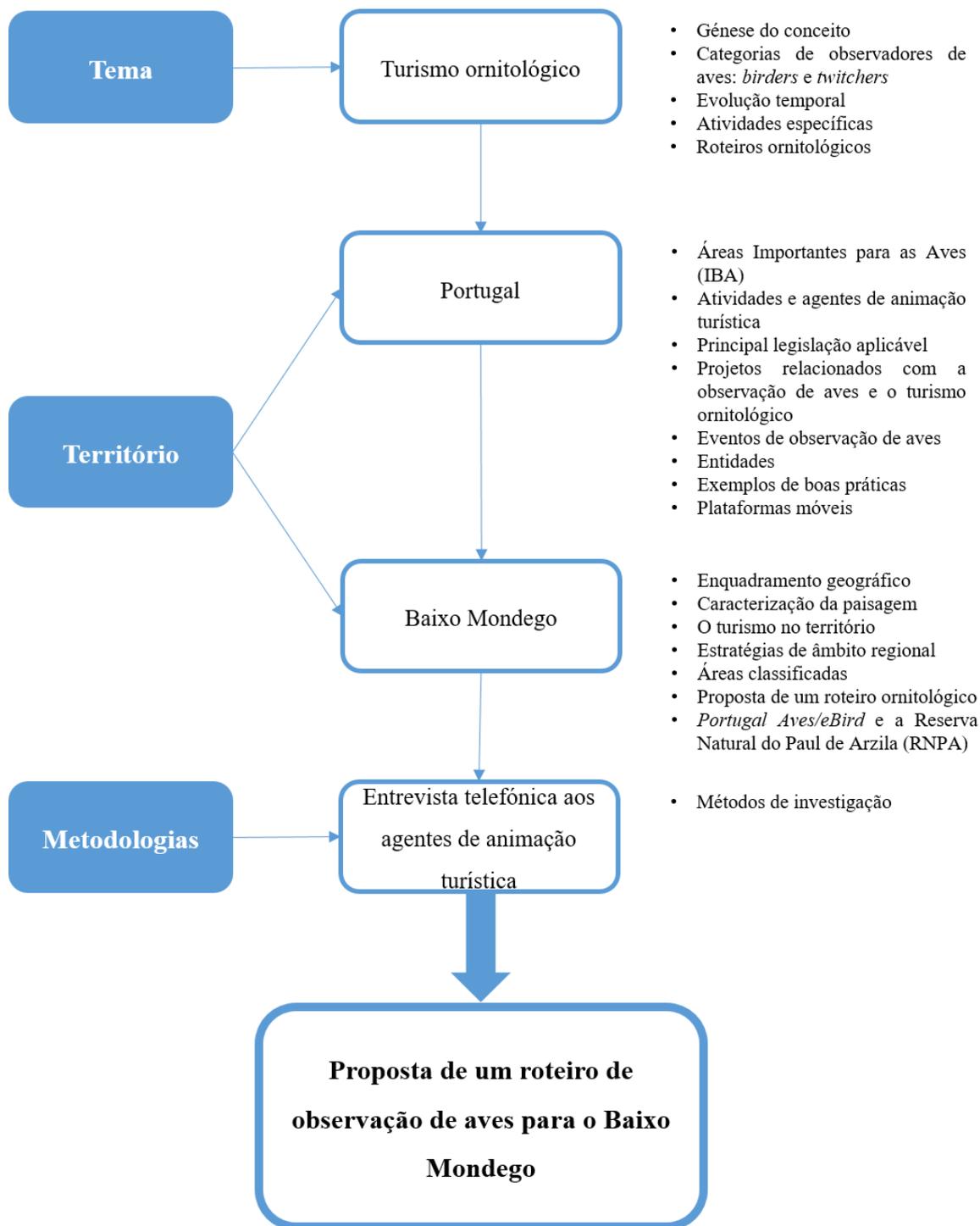


Figura 1 – Concetualização das diferentes etapas desta investigação.
Elaboração: Diogo Mateus, 2018.

Realizada esta breve introdução inicia-se no próximo capítulo uma revisão da literatura científica quanto ao turismo ornitológico.

CAPÍTULO II TURISMO ORNITOLÓGICO: UM NICHU A DESENVOLVER

Este Capítulo II Turismo ornitológico: um nicho a desenvolver é centrado numa abordagem à temática desta Dissertação de Mestrado, o turismo ornitológico. A revisão da literatura científica refletida tendeu a focalizar-se nos autores que principiaram as investigações da observação de aves como um produto turístico, tendo-se também procurado incorporar perspectivas e conhecimento mais atuais.

2.1. Génese do conceito

O turismo de observação de aves ou turismo ornitológico, nas suas expressões anglo-saxónicas *birdwatching* (*bird watching*) ou *avitourism* (uma denominação mais recente) é uma atividade de nicho que surge enquadrada no turismo de natureza, focada, explicitamente, em observar e identificar aves no seu meio natural (Biggs, Turpie, Fabricius e Spenceley, 2011; Leitão e Lopes, 2009; Şekerciöglu, 2002). Biggs et al. (2011), Cordell e Herbert (2018), Kerlinger (1993) e Moore, Scott e Moore (2008) referem-se também ao turismo de observação de aves com a designação inglesa de *birding*, enquanto Connell (2009) a considera ser, a par da de *twitching*, uma das formas mais especializadas dentro do turismo de observação de aves. Nesta Dissertação de Mestrado utiliza-se a expressão *turismo ornitológico* para fazer referência a este tipo de turismo.

O turismo ornitológico é, nos dias de hoje, uma atividade bastante dinâmica (Costa, Pintassilgo, Matias, Pinto e Guimarães, 2018), uma vez que é possível observar aves por qualquer caminho que se tome, numa variedade imensa de cores, comportamentos e formas, esta que é uma atividade que desde sempre atraiu a curiosidade do indivíduo comum, constitui-se, atualmente, como um importante segmento turístico. Em lugares ricos em biodiversidade, e apesar de não se encontrarem ainda desenvolvidos para a prática de turismo ornitológico, tem-se verificado um início da sua exploração resultado dessa mesma biodiversidade, como constataam Czajkowski, Giergiczny, Kronenberg e Tryjanowski (2014).

Segundo a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) existem sensivelmente cerca de 10 000 espécies de aves conhecidas, presentes desde o Pólo Norte ao Pólo Sul, sendo muitas delas características de determinadas regiões do globo. É a Colômbia que apresenta a maior diversidade aves, com aproximadamente 1 900 espécies de aves registadas, o que equivale a 20% de todas as espécies de aves mundiais (Maldonado, Moreno-Sánchez, Espinoza, Bruner, Garzón e Myers, 2018).

Salzman (1995, p. 50) define o turismo ornitológico como “[...] o segmento do ecoturismo com maior crescimento, sendo ambientalmente mais consciente e a melhor esperança económica para muitas áreas naturais sitiadas”.

Cordell e Herbert (2018), Şekerciöglü (2002), Cordell, Herbert e Pandolfi (2018) e Sali, Kuehn e Zhang (2008) afirmam que se tem verificado um crescente aumento da popularidade e do interesse pela observação de aves. Esta tem-se tornado mesmo na atividade ao ar livre que apresenta um crescimento mais expressivo (Weidensaul, 2007), sendo uma parte relevante da recreação relacionada com a vida selvagem (Moore et al., 2008; Ballantyne, Packer e Hughes, 2009). A cada vez maior divisão entre os tempos de trabalho e livre, conjugada com a generalização das férias pagas (Cravidão e Cunha, 1991), o aumento de salários e a crescente facilidade em viajar têm contribuído para que o turismo ornitológico tenha deixado de ser algo localizado, passando a ser uma atividade mais dispersa por inúmeros lugares do globo, traduzindo-se num considerável impacto no turismo de certos destinos.

De um ponto de vista turístico, a observação de aves, tem sido caracterizada pela pouca investigação que lhe tem sido dedicada (Connell, 2009; Steven, Morrison e Castley, 2015), sendo tradicionalmente ignorada no âmbito dos estudos de turismo de natureza, como afirma Kerlinger (1993).

2.2. Categorias de observadores de aves

Segundo Costa et al. (2018), os observadores de aves são aqueles que praticam atividades relacionadas com a observação de aves. A grande maioria destes observadores de aves (*birdwatchers*, *avitourists* ou *birders*, em inglês) encontram-se localizados nas regiões anglo-saxónicas, desde a América do Norte até à Oceânia, particularmente na

Austrália, mas também nas ilhas britânicas e nos países escandinavos. Apresentam-se como um grupo diversificado em termos de características socioeconômicas, das suas preferências e motivações (Lee, Lee, Kim e Mjelde, 2010), mas também em parâmetros tão variados como o sexo, a idade e o grau de dedicação a esta atividade, quer seja no tempo que dispensam quer seja nos gastos efetuados. Por norma, são indivíduos bem qualificados (Jones e Buckley, 2001), e exigem diferentes atividades, experiências e abordagens, constituindo-se como um desafio para os responsáveis pela oferta, pela distribuição e intermediação em turismo. Dão preferência ao conhecimento e à experiência, e rejeitam por completo práticas e destinos turísticos característicos do turismo de massas.

Ainda relativamente às motivações e também quanto à vontade de pagar para observar aves, Jones e Buckley (2001) distinguem os *birdwatchers* em quatro categorias: (i) observadores de aves gerais, sobretudo casuais; (ii) observadores de aves com orçamentos contidos; (iii) observadores de aves disponíveis para pagar com o propósito de verem mais aves; e (iv) observadores de aves que exigem pacotes de turismo ornitológico.

Hvenegaard e Dearden (1998) referem que os observadores de aves se encontram entre as pessoas com maior interesse e envolvimento na conservação. Num estudo elaborado por McFarlane e Boxall (1996) que decorreu na província canadiana de Alberta e cujo objetivo foi saber a participação dos *birdwatchers* na conservação da vida selvagem, ficou patente que os observadores de aves são indivíduos que se envolvem bastante em atividades vocacionadas para a conservação da vida selvagem. De acordo com estes autores, três quartos dos entrevistados faziam parte de pelo menos uma organização de conservação ligada à vida selvagem, sendo que 49% admitem fazer doações monetárias a essas mesmas organizações, para além do pagamento das taxas de adesão. Através desta investigação, os autores concluíram que 58% dos observadores de aves voluntariam tempo para a conservação da vida selvagem e 17% mantêm ou melhoram os seus *habitats*. Estudos semelhantes foram conduzidos por Hvenegaard, Butler e Krystofiak (1989) e Kellert (1985), nos quais traçam o perfil dos observadores de aves como indivíduos maioritariamente do sexo masculino, com idade média entre os 40 e os 50 anos, com formação superior e rendimentos acima da média. Porém, num estudo mais recente, Moore et al. (2008) mostram uma tendência de idades superiores relativamente aos estudos referidos, constatando uma média de idades entre os 50 e 60 anos, mais precisamente de 54 anos para os homens e de 59 anos para as mulheres.

Şekercioğlu (2018) afirma que os observadores de aves constituem o maior grupo entre os ecoturistas, sendo que contribuem para melhorar a conservação comunitária. Caso

o turismo ornitológico se desenvolva com o objetivo de proporcionar o bem-estar dos ecossistemas e comunidades locais, Biggs et al. (2011) designam este de turismo ornitológico comunitário (*Community-Based AviTourism – CBAT*), como uma forma de turismo comunitário.

Cordell e Herbert (2018) salientam entre as várias razões para as pessoas observarem aves, a oportunidade em experimentar algo que é novo com o intuito de desfrutar e aprender sobre o exterior e a natureza, mas também o fascínio traduzido pela diversidade de cores e de aves e do seu comportamento, possibilitando aliviar o *stress* e conhecer pessoas com interesses semelhantes. Por outro lado, Booth, Gaston, Evans e Armsworth (2011) afirmam que os observadores de aves são particularmente motivados pela raridade de algumas espécies.

Connell (2009) diferencia da maioria dos observadores de aves, as formas mais específicas de *birders* e *twitchers*. Se a primeira designação é caracteristicamente americana, a segunda é tipicamente britânica. Segundo este autor, os *birders* não procuram o prazer em observar aves mas, principalmente, a classificação científica e o estudo pormenorizado das espécies, debruçam-se sobre questões ambientais e recusam qualquer obsessão para com as listas de aves. Moore et al. (2008) afirmam mesmo que os *birders* são pessoas competitivas e que gostam de demonstrar as suas habilidades mas também de avistar aves particularmente raras.

Por outro lado, os *twitchers* apresentam como características principais o facto de não se importarem de percorrer milhares de quilómetros até aos sítios mais recônditos do planeta para observarem espécies raras e mesmo em vias de extinção, que não existem nos seus países de origem, com o objetivo primordial de possuírem listas de aves tão longas quanto lhes for possível, exibindo aqui como característica chave um certo espírito de colecionismo.

Na ótica de Moore et al. (2008), estas diferenças entre subconjuntos de observadores de aves devem no entanto ser vistas como oportunidades, na medida em que, se se direcionarem os esforços de *marketing* para a conservação de aves, *hotspot* ou zonas de observação de aves e até mesmo para roteiros ornitológicos, deve ter-se em consideração os diferentes desejos dos observadores de aves e não os tratar de uma forma homogénea. Deste modo, informações melhor direcionadas simplificam as experiências de observação de aves para estes grupos mais especializados, podendo assim atrair potenciais visitantes para determinadas áreas, maximizando o seu grau de satisfação.

Maple, Eagles e Rolfe (2010) referem que a segmentação de mercado mostrou-se também ser útil no auxílio da gestão de parques com vista ao desenvolvimento de programas especializados de observação de aves. A investigação realizada por estes autores conduziu à identificação de três níveis de especialização diferentes entre os observadores de aves no Parque Nacional de Point Pelee, Ontário, Canadá, distinguindo-os em observadores iniciantes, observadores intermédios e observadores avançados. Ainda de acordo com este estudo, ficou demonstrado que os observadores de aves intermédios e avançados tinham necessidades semelhantes de observação, enquanto os observadores de aves que se estavam a iniciar eram menos devotos e comprometidos para com esta atividade, tendo Maple et al. (2010) sugerido a criação de outro tipo de programas para estes indivíduos.

Revela-se, pois, essencial no contexto da gestão dos destinos turísticos e do turismo ornitológico entender os observadores de aves como um segmento de procura heterogéneo, consideração importante para a configuração dos serviços a prestar, dos roteiros de turismo ornitológico a elaborar, da preparação científica dos recursos humanos, do comércio local de bens e de equipamentos especificamente direcionados para os interesses singulares dos praticantes desta atividade.

Depois de se pôr em evidência a diversidade de expressões utilizadas para designar o turismo de observação de aves, bem como a diversidade de categorias de observadores de aves importa agora analisar como evoluiu o turismo ornitológico.

2.3. Evolução do turismo ornitológico

Com o propósito de clarificar este percurso histórico quer da observação de aves quer da sua identificação, atividade principal do turismo ornitológico, sintetizam-se de seguida as épocas ou anos que se consideram ser mais relevantes da evolução desta nova forma de turismo (**Figura 2**).

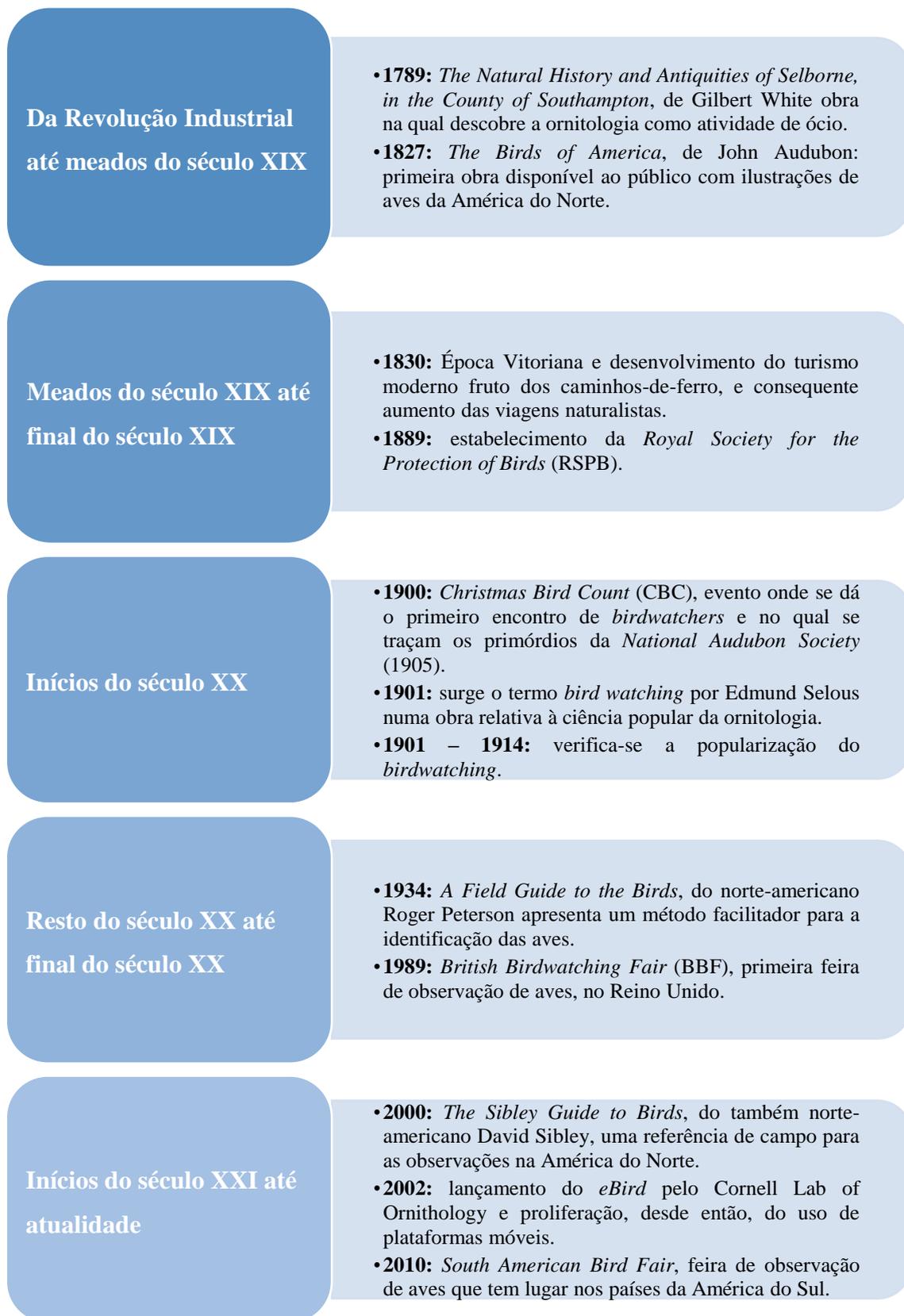


Figura 2 – Evolução temporal da observação de aves até ao turismo ornitológico na atualidade. Elaboração: Diogo Mateus, 2018.

É de realçar a tradição anglo-saxónica da observação de aves, tanto no Reino Unido como nos Estados Unidos da América (EUA). Estes foram os países pioneiros nos estudos da ornitologia, como se encontra patente nas referências mencionadas (**Figura 2**).

Desde a Revolução Industrial até meados do século XIX, o ano de 1789 marca a descoberta e até um certo fascínio que o ornitólogo e naturalista inglês Gilbert White considerava terem as vidas das aves, através da sua obra *The Natural History and Antiquities of Selborne, in the County of Southampton* e que tem sido continuamente republicada desde então, com inúmeras edições resultado dos mais de dois séculos decorridos desde a publicação original.

No decorrer do século XIX, eram os ornitólogos, colecionadores de ovos, artistas e naturalistas que se agrupavam como os mais entusiastas de aves, numa atividade que até então despertava pouco interesse.

Surgem também as primeiras sociedades ornitológicas, organizadas por amantes da natureza, realçando-se aqui a *Royal Society for the Protection of Birds* (RSPB), estabelecida em 1889 pela inglesa Emily Williamson. Atualmente conta com mais de 1 milhão de membros e dedica-se sobretudo à conservação e proteção de *habitats* e à salvaguarda de espécies de aves em vias de extinção, tendo também sob a sua chancela reservas naturais pelo Reino Unido. É a maior instituição de conservação da natureza do Reino Unido e a maior instituição de conservação de vida selvagem da Europa. Organiza, em conjunto com *Leicestershire & Rutland Wildlife Trust*, a *British Birdwatching Fair* (BBF) também conhecida por *Birdfair*.

Destaque-se também a importância do *Audubon Christmas Bird Count* (CBC), por via do ornitólogo norte-americano Frank Chapman que propôs na sua publicação *Bird Lore*, antecessora da *Audubon Magazine*, a contagem de aves como alternativa às caçadas que tinham lugar na época natalícia. O *Audubon Christmas Bird Count* (CBC) é um evento que se realizou em 1900 pela primeira vez. Este evento é considerado incontornável para a observação da avifauna, pois foi a primeira vez que os *birdwatchers* se reuniram. Desde então realizou-se sistematicamente ao longo de todo o século XX, tradição que ainda hoje se mantém, sendo por isso apreciável a regularidade com que ocorre, indo no presente ano de 2018 para a sua 118ª edição. Mais tarde estabelece-se no ano de 1905, em Nova Iorque, a *National Audubon Society*, que através da ciência, da educação, da advocacia e da conservação no terreno tem como prioridades máximas a proteção e a conservação das aves e dos seus *habitats*. A designação desta organização constitui-se como uma homenagem a

John Audubon, cuja obra *The Birds of America*, de 1827, se traduziu na primeira publicação do género relativa às aves da América do Norte.

Centre-se agora a atenção em Edmund Selous, ornitólogo e escritor de origem britânica. A primeira publicação que se conhece onde aparece a designação *bird watching* é da sua autoria, datada de 1901, numa obra que se debruça sobre a ciência da ornitologia.

Em 1934 surge um novo ímpeto no interesse pela observação de aves, com a publicação da obra *A Field Guide to the Birds* do naturalista e ornitólogo norte-americano Roger Peterson. Este guia trouxe consigo um método prático com vista à fácil identificação dos traços característicos das espécies de aves.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, difundiu-se a utilização dos binóculos, passando estes a estar mais acessíveis às classes médias.

No restante do século XX registaram-se avanços em obras relativas à observação de aves. Assistiu-se à proliferação dos guias de campo, a novos equipamentos e à socialização pela via da observação de aves, contribuindo para que se tenha registado um contínuo crescimento do interesse pelo turismo ornitológico.

Na viragem para o século XXI, mais precisamente no ano de 2000 é publicada pelo ornitólogo norte-americano David Sibley a obra *The Sibley Guide to Birds*, aquele que se tornou um trabalho de referência e guia de campo que compreende a identificação ornitológica da América do Norte e a distribuição geográfica das inúmeras espécies de aves presentes nesta região.

Mais recentemente, é de referir a proliferação de aplicações relacionadas com a ornitologia e a observação de aves para as plataformas móveis, como por exemplo, a eBird desenvolvida pelo Cornell Lab of Ornithology da Universidade de Cornell dos Estados Unidos da América (EUA). Esta aplicação permite a partilha, em tempo real, por parte de qualquer cidadão dos seus avistamentos de aves e saber deste modo a distribuição das espécies, permitindo também a elaboração de uma lista de aves individual vitalícia.

Cordell e Herbert (2018) defendem que a observação de aves se tornou no segmento do ecoturismo e o principal catalisador para o mesmo, aquele que regista o maior crescimento e com mais consciência ambiental e que proporciona uma esperança económica para muitas das áreas naturais ameaçadas em todo o mundo, o que na perspetiva de Connell (2009) reforça a ideia deste tipo de turismo ser um dos mais sustentáveis entre as várias atividades do turismo de natureza.

A longo prazo, a qualidade da observação de aves e a extensão das listas dependem do sucesso na conservação de aves e dos seus *habitats*, como refere Şekercioğlu (2018). O

futuro do turismo ornitológico depende disto mesmo. Mas o turismo ornitológico, para além de se fundamentar na observação de aves, contempla outras atividades específicas que importa conhecer, pela relevância que assumem para a socio economia local, regional e nacional e para os destinos turísticos.

2.4. Atividades específicas do turismo ornitológico

A observação de aves em geral e as atividades recreativas entre as quais se destacam os eventos de observação de aves, nomeadamente os festivais, são um exemplo da especificidade do turismo ornitológico, afluindo a este tipo de eventos indivíduos que não possuem todos o mesmo nível de compromisso e envolvimento nem de conhecimento desta atividade.

Burr e Scott (2004) defendem que o sucesso da comercialização de um festival requer o conhecimento das características, das motivações e da satisfação do visitante. Assim, torna-se imperiosa a compreensão das variáveis anteriormente referidas para que seja possível uma melhor organização, planeamento e promoção de um determinado evento.

Tomas, Scott e Crompton (2002) referem que os esforços para medir a perceção do visitante relativamente ao desempenho de um serviço e dos níveis de satisfação são desenvolvidos com o propósito de possibilitar a quem gere uma melhor monitorização dos eventos e identificar onde poderão ser feitas alterações com o objetivo de melhorar a qualidade da oferta, por um lado, e da experiência proporcionada aos visitantes, por outro. Estes autores acreditam que estas modificações efetuadas aumentarão a probabilidade de os visitantes regressarem a uma atração, neste caso evento ou festival, e de, efetivamente, o promoverem através de uma comunicação passa-palavra (*word-of-mouth*) positiva.

Na perspetiva de Zikmund e D'Amico (1993) este processo é facilitado pela segmentação do mercado, já que consiste em dividir um mercado heterogéneo em vários mercados mais pequenos e homogéneos e permite que qualquer variável possa ser tida em consideração para a partir dela se proceder à segmentação, nomeadamente com base em variáveis demográficas e assim antever as motivações dos visitantes. Isto torna-se útil se

se considerar um grupo de visitantes com uns a quererem observar aves e outros a preferirem fazer caminhadas pelos trilhos de observação.

Numa investigação conduzida por Burr e Scott (2004), em que o evento em estudo é o *Great Salt Lake Bird Festival* (GSLBF) na cidade de Farmington, Utah, nos Estados Unidos da América (EUA), cuja primeira edição foi em 1999, estes autores constataram um crescente interesse e participação neste tipo de eventos, com o número de visitantes a aumentar com o decorrer das diferentes edições.

No presente ano de 2018 este festival registou a sua vigésima edição (**Figura 3**). De carácter anual, a particularidade deste evento está na migração primaveril que ocorre todos os anos no Great Salt Lake, do estado norte-americano do Utah, como ponto de nutrição para as aves. Este território é parte integrante da *Western Hemispheric Shorebird Reserve Network* (WHSRN), estratégia de conservação iniciada em 1986, na Delaware Bay nos Estados Unidos da América (EUA). Esta rede tem como missão a preservação dos *habitats* chave um pouco por todo o continente americano, com vista ao apoio de populações saudáveis de aves costeiras.



Figura 3 – Cartaz da 20.ª edição do *Great Salt Lake Bird Festival* (GSLBF), ocorrida em 2018. Fonte: Environment for the Americas (2018).

Este festival oferece saídas de campo com guias locais especializados até aos melhores *hotspot* de observação e identificação de aves, assim como passeios de barco e a cavalo no ambiente envolvente do Great Salt Lake. São desenvolvidos também *workshops*

e apresentações com convidados especiais, alguns vocacionados mesmo para os observadores de aves mais experientes.

Burr e Scott (2004) afirmam que se por um lado o estudo que desenvolveram junto dos participantes no evento *Great Salt Lake Bird Festival* (GSLBF) possibilita aos organizadores do festival um desenvolvimento mais específico de programas e de materiais promocionais para os indivíduos com diferentes interesses pelas aves e observação destas, por outro lado sustentam que o seu estudo pode ser utilizado para promover a compreensão do perfil dos visitantes sendo útil para a organização de eventos e festivais futuros.

É também de realçar a relação com a imprensa, nem que seja pela inclusão destes festivais ou feiras de observação de aves em listas de revistas da especialidade, como a *Audubon Magazine* e a *Bird Watcher's Digest*.

A *Audubon Magazine* apareceu no final do século XIX, nos Estados Unidos da América (EUA), é uma revista de periodicidade bimensal e está disponível apenas para os membros da *National Audubon Society*. Por outro lado, a *Bird Watcher's Digest* inicia-se com a sua primeira publicação no ano de 1978, na cidade norte-americana de Marietta, Ohio, apresentando-se como a primeira revista especificamente vocacionada para o *birdwatching*.

No âmbito das feiras de observação de aves são de destacar a *British Birdwatching Fair* (BBF) e a *South American Bird Fair*. São eventos de periodicidade anual em que as primeiras edições se realizaram em 1989 e 2010, respetivamente. Como seria expectável, existem algumas semelhanças entre as duas: atendem observadores de aves de várias partes do mundo; em ambas as feiras há simpósios e palestras com todo o tipo de conhecimento científico relacionado com as aves, contando nalguns casos com a presença de convidados especiais; está disponível para venda todo o tipo de equipamento mais recente para observar aves; é de referir a presença de empresas de animação turística, de obras relacionadas com a ornitologia, de exposições de arte naturalista e de agências governamentais e organizações dedicadas às aves e à natureza; e por último, ambas permitem voluntariado.

A *British Birdwatching Fair* (BBF) celebrou neste ano de 2018 30 anos de existência. Esta que é a primeira feira do género ocorre em Rutland Water Nature Reserve, no Reino Unido. Salienta-se deste evento a angariação de fundos para projetos de conservação global de aves (**Figura 4**).



Figura 4 – Cartaz da 30.^a edição da *British Birdwatching Fair* (BBF), ocorrida em 2018.
 Fonte: Akroyd (2018).

Embora mais recente, a *South American Bird Fair* vai já para a sua oitava edição (**Figura 5**). Surge pela mão do ornitólogo argentino Horácio Matarasso num pequeno evento na localidade de San Martín de los Andes, Argentina. Teve como evento base a *British Birdwatching Fair* (BBF) e tem a particularidade de se realizar todos os anos num país diferente da América do Sul.

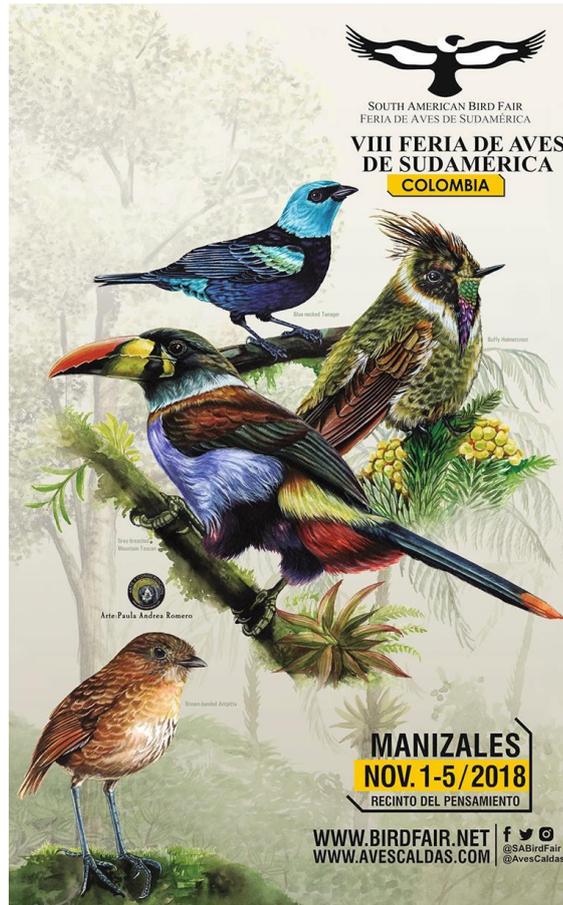


Figura 5 – Cartaz da 8.ª edição da *South American Bird Fair*, ocorrida em 2018. Fonte: Romero (2018).

Para além de se terem referido apenas estas duas feiras por se considerarem as mais importantes na observação de aves, este tipo de eventos tem sido replicado por outros países e regiões, que se têm afirmado como destinos de turismo ornitológico onde se densifica a oferta, designadamente, também de roteiros ornitológicos.

2.5. Roteiros ornitológicos

Vas (2017) refere que um destino que se queira afirmar no turismo ornitológico necessita primeiro de compreender o contexto global do mercado onde este produto turístico se insere, perceber quais os recursos que possui e que podem ser usados para posteriormente colocar-se na melhor posição do mercado com o propósito de assim recolher os benefícios desta tomada de atitude. Paralelamente ao mercado de observação

de aves, o mesmo autor sugere que os destinos de observação de aves se focalizem também no desenvolvimento de ofertas complementares que possam contribuir para uma maior atração dos *birdwatchers* e proporcionar-lhes uma experiência singular, como a elaboração de percursos ornitológicos.

Deste modo, um trilho de observação de aves pode ser definido como uma série de *hotspots* ou zonas selecionadas ao longo de uma rota pré-estabelecida, projetada com o objetivo de maximizar a quantidade e a diversidade de aves que um indivíduo pode observar, diminuindo deste modo o tempo e aumentando o seu grau de satisfação. Por norma, a escolha de locais para a observação de aves é feita com o intuito de incorporar algo de singular a um percurso ou trajeto, como a predominância de espécies endémicas ou a raridade de uma determinada ave.

Scott e Thigpen (2003) e Towner, Vas e Milne (2015) concordam como outros métodos eficazes para a atração de observadores de aves a novos destinos que se procuram afirmar no âmbito do turismo ornitológico, a concretização de eventos dedicados a esta temática, partilhando também da mesma ideia quanto à relevância que desempenha a hospedagem e as refeições aquando da sua estada. Scott e Thigpen (2003) chegam mesmo a defender a necessidade da promoção de parcerias entre organizações e empresas envolvidas na prestação destes serviços para atrair novos *birdwatchers*. Para Vas (2017), é o aprimorar do sentimento de relação qualidade-preço que se apresenta como a forma mais viável de superar a concorrência e atrair novos observadores de aves.

Alguns dos melhores percursos de observação de aves dispõem de sinalização, como símbolos ou mapas a assinalar a localização de espécies mas também de infraestruturas e de equipamentos de apoio ao *birdwatching*, nomeadamente, torres de observação de aves e Centros de Interpretação Ambiental (CIA) onde os visitantes podem solicitar informações ou visualizar exposições relativas à área em si e locais adjacentes. Vas (2012) afirma mesmo que alguns dos itinerários mais avançados não foram idealizados apenas para descobrir aves, servindo também outros propósitos: aprendizagem e conservação.

Glowinski (2008) enumera como alguns dos melhores exemplos de itinerários de observação de aves existentes nos Estados Unidos da América (EUA), o *Great Texas Coastal Birding Trail* (GTCBT) e o *North Carolina Birding Trail* (NCBT), localizados nos estados norte-americanos do Texas e da Carolina do Norte, respetivamente.

Vas (2012) defende que um trilho de observação de aves como estratégia turística permite atrair novos *birdwatchers* e colocá-los em contacto com as comunidades e

negócios locais, apesar de este autor reconhecer que há diferentes abordagens quanto ao desenvolvimento de um trajeto ornitológico, ao qual se junta o estado ainda embrionário deste tipo de turismo relativamente a outras tipologias do turismo de natureza, representando por isso desafios para os que planeiam o turismo e atuam no âmbito da gestão dos destinos turísticos.

Como qualquer atividade turística, e apesar das perspetivas positivas aqui trazidas quanto a rotas de observação de aves, o turismo ornitológico não se desenvolve sem impactos ambientais negativos. Eubanks, Stoll e Ditton (2004) sustentam que apesar do *birdwatching* ser uma atividade não-consumptiva, os observadores de aves não são não-consumptivos, apontando desde logo para as deslocações por eles efetuadas. Num estudo conduzido por Kerlinger e Brett (1995), que decorreu no *Hawk Mountain Sanctuary*, Pensilvânia, Estados Unidos da América (EUA), foi possível constatar que o excesso de pessoas que atendia a este santuário de aves selvagens originava tráfego automóvel, carência de lugares de estacionamento e percursos sobrelotados. Outros dos aspetos contraproducentes das atividades relacionadas com a observação de aves está nos efeitos negativos que a fotografia pode desempenhar para as aves em si, nomeadamente quando se trata de espécies sensíveis como raridades ou em perigo de extinção. Şekercioglu (2002) refere-se a este distúrbio como uma intrusão, apesar de não se efetivar verdadeiramente alterações nos *habitats* das aves, o que do ponto de vista de Klein, Humphrey e Percival (1995), poderá ser atenuado com práticas educativas dirigidas ao público e requerer mudanças necessárias nas práticas de gestão, recorrendo a guias-intérpretes de turismo, por exemplo.

Depois de se aludir às atividades de turismo ornitológico a nível internacional, mostra-se pertinente abordar o turismo ornitológico à escala do território português.

CAPÍTULO III TURISMO ORNITOLÓGICO EM PORTUGAL

Neste capítulo que agora se inicia está presente uma abordagem detalhada da realidade portuguesa quanto ao turismo ornitológico, apresentando-se as áreas de relevância ornitológica em Portugal. O país possui um elevado valor ornitológico, o que se traduz num forte potencial deste tipo de turismo, em que o número de observadores de aves é cada vez maior e suscetível de ser captado com vista à descoberta das espécies únicas presentes no território nacional.

3.1. Observação de aves

De forma a perspetivar o enquadramento territorial do turismo ornitológico em Portugal, estão de seguida apresentadas as Áreas Importantes para as Aves (IBA), os sítios Rede Natura 2000 e os Sítios Ramsar para o espaço geográfico nacional.

Quanto ao equipamento utilizado na observação de aves, este deve incluir uns binóculos, de preferência com uma ampliação de 8x42, um tripé, uma máquina fotográfica, um lápis, um bloco de notas e um guia de campo para facilitar a identificação das aves, com conteúdo sintetizado sobre as espécies e a sua localização geográfica, surgindo aqui como exemplos, o guia *Aves de Portugal* de carácter nacional ou o *Guia de Observação de Aves no Algarve* de âmbito regional (**Figura 6**); recomenda-se também vestuário discreto e confortável e calçado próprio para atividades ao ar livre.



Figura 6 – Equipamento essencial para observar aves.
Fotografia de Diogo Mateus, Junho de 2018.

Alguns observadores de aves mais avançados recorrem a um telescópio ou *spotting scope* para usufruir de um maior campo de visão e observar aves a grandes distâncias, sendo recomendável nestes casos uma ampliação de 20x – 60x. Socorrem-se também de roupa camuflada com o propósito de se confundirem com a paisagem e passarem despercebidos às aves.

3.1.1. Áreas Importantes para as Aves (IBA)

Em Portugal pode-se descobrir grande parte da biodiversidade existente na Península Ibérica, estando para o efeito demarcadas 93 Áreas Importantes para as Aves (IBA) (Costa, Nunes, Geraldés e Costa, 2003), onde podem ser vistas cerca de 330 espécies diferentes.

Leitão e Lopes (2009, p. 66) notam que “muitas destas espécies têm uma distribuição muito restrita na Europa e no Mundo, pelo que se tornam atractivas para os visitantes estrangeiros. A observação de aves em Portugal é ainda facilitada pela dimensão relativamente pequena do território, pela qualidade da rede rodoviária, pelo clima ameno e pelo elevado nível de segurança pública”. Acrescem a isto os preços acessíveis de estada praticados.

Estas 93 Áreas Importantes para as Aves (IBA) encontram-se distribuídas por Portugal Continental, Arquipélago dos Açores e Arquipélago da Madeira (**Figura 7**, **Figura 8** e **Figura 9**, respetivamente).

É no território continental de Portugal onde se localiza grande parte das áreas classificadas dedicadas às aves, principalmente na parte sul do país.

Quanto ao Arquipélago dos Açores, as Áreas Importantes para as Aves (IBA) estão presentes em todas as ilhas do arquipélago, o que faz deste território único e extremamente atrativo para a prática do turismo ornitológico.

Por último, o Arquipélago da Madeira é o que possui menor quantidade de áreas classificadas onde é possível observar aves.

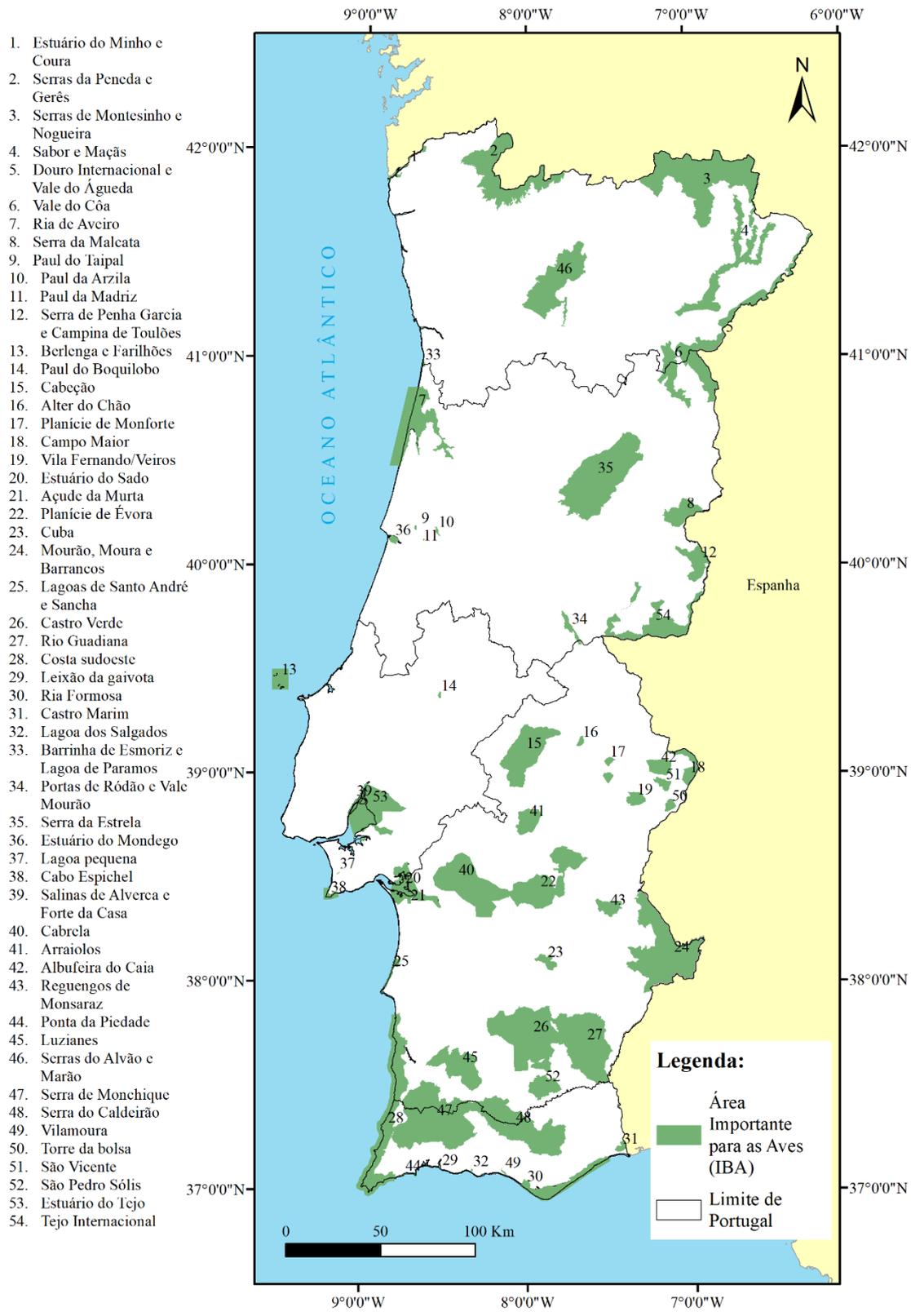


Figura 7 – Áreas Importantes para as Aves (IBA) em Portugal Continental.
 Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

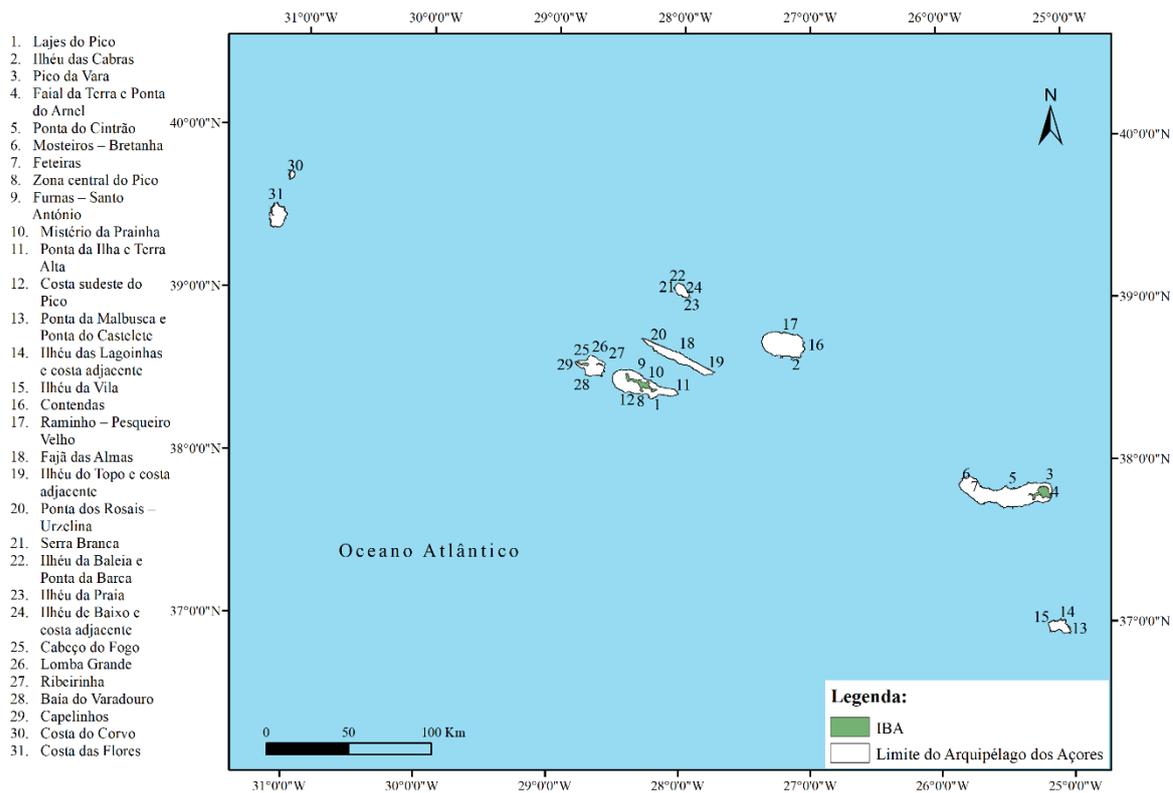


Figura 8 – Áreas Importantes para as Aves (IBA) no Arquipélago dos Açores.
 Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

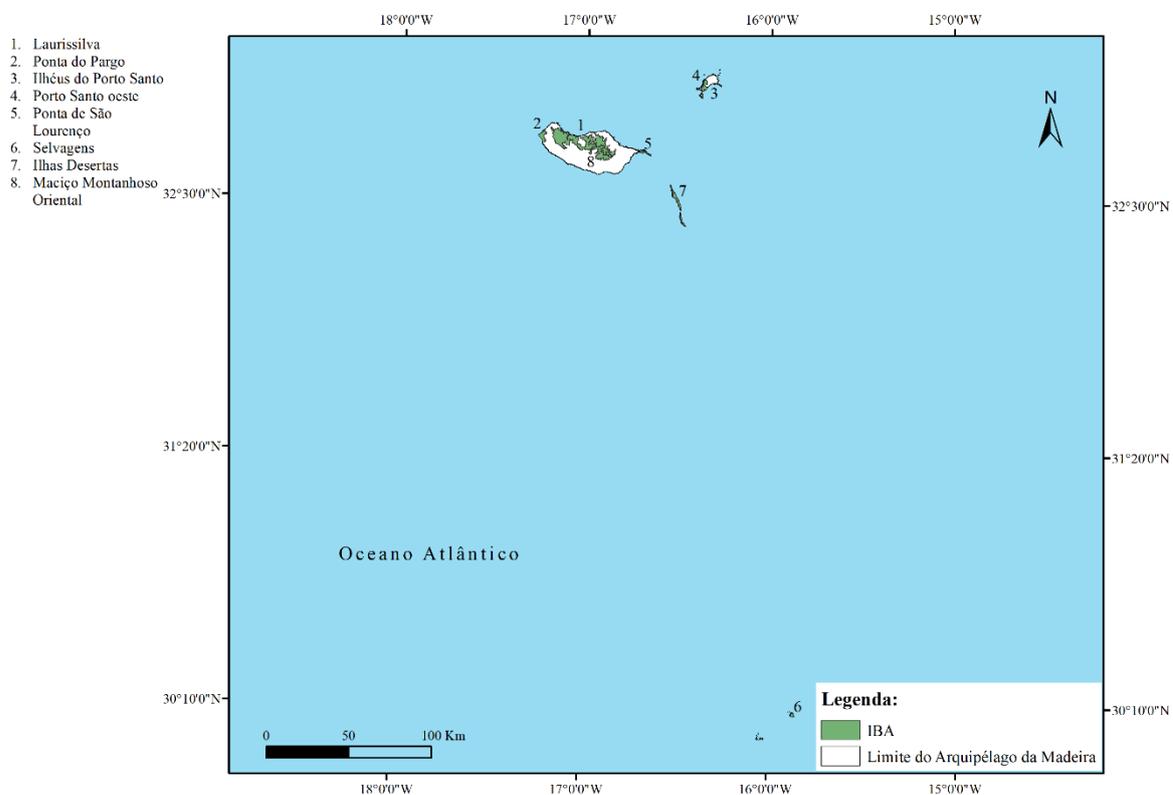


Figura 9 – Áreas Importantes para as Aves (IBA) no Arquipélago da Madeira.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A diversidade de aves existente em Portugal Continental e nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira é derivada do facto de o país se inserir em cinco regiões biogeográficas distintas, três terrestres (Mediterrânica e Atlântica na parte continental, Macaronésia nos arquipélagos) e duas marinhas (mar Atlântico que banha o território continental e o mar Macaronésio que circunda as ilhas).

Porém, é a região biogeográfica mediterrânica e a sua paisagem característica e única que conferem a Portugal a potencialidade em atrair novos observadores de aves, pois muitas das espécies presentes em território nacional não são passíveis de encontrar no norte e centro europeus, por exemplo. A multiplicidade de *habitats*, que vai das montanhas aos estuários, a planícies ou a escarpas e lagoas costeiras, mas também a falésias rochosas e a vales fluviais assim como a dunas e a praias fazem de Portugal um destino com excelentes condições para a observação de aves em estado selvagem.

Resultado desta pluralidade de *habitats*, Santos (2015) afirma que em Portugal há a possibilidade de serem encontradas várias tipologias de aves, nomeadamente:

- Aves de montanha, localizadas nas zonas montanhosas do norte e centro este de Portugal Continental;
- Aves planadoras, situadas no norte e centro de Portugal, relativamente próximo da fronteira com Espanha, mas também em vales fluviais com acentuadas escarpas;
- Aves florestais, na zona geográfica a sul do rio Tejo;
- Aves aquáticas, nos estuários do Tejo e do Sado;
- Aves estepárias sobretudo no Alentejo, nas planícies cerealíferas;
- E aves de presa e florestais encontradas na rochosa costa sudoeste do território continental e nas serras de Monchique e Caldeirão.

Por sua vez, Oliveira (2015) defende que Portugal consegue ser um destino atrativo para observadores de aves oriundos da Europa central e do norte, pois conseguem aqui visualizar espécies de aves que são tipicamente mediterrânicas e que de outro modo não lhes seria possível ver nos seus países de origem (**Figura 10**), particularmente:

- Grifo (*Gyps fulvus*), canto superior esquerdo – localiza-se no Douro Internacional e Vale do Águeda, no Tejo Internacional, em Castro Verde e Mértola, em Moura-Mourão-Barrancos e Sagres;

- Abutre-do-Egito (conhecido também por Britango) (*Neophron percnopterus*), canto superior direito – localiza-se no Douro Internacional e Vale do Águeda, no Tejo Internacional, em Castro Verde e Mértola e em Sagres;
- Águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*), canto inferior esquerdo – localiza-se no Tejo Internacional, em Castro Verde e Mértola, em Moura-Mourão-Barrancos e Sagres;
- E a Galinha-sultana (conhecida também por Caimão) (*Porphyrio porphyrio*), canto inferior direito – localiza-se nos Estuários do Tejo e do Sado, nas Lagoas de Santo André e Sancha, na Lagoa dos Salgados, na ria Formosa e em Castro Marim. Segundo o Portal Aves de Portugal, esta espécie de ave é também possível de ser descoberta na região que serve de base ao presente trabalho de investigação, havendo possibilidade de avistamento na Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), no Paul da Madriz e no Paul do Taipal.



Figura 10 – Espécies de aves referidas por Oliveira (2015) como particularidades do território português. Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte das imagens: Portal Aves de Portugal (2018efgh).

Como anteriormente foi referido, Portugal apresenta um vasto potencial para o desenvolvimento de um produto turístico de qualidade no âmbito do turismo ornitológico, embora muito falte fazer para acompanhar o ritmo de crescimento deste segmento do turismo de natureza.

Assim, dever-se-á efetivar um maior investimento na formação de guias cientificamente especializados e de técnicos de turismo, conhecedores dos territórios, aumentando a quantidade e a qualidade de informação disponível ao público em geral, quer seja com recurso a *website*, quer seja através de brochuras informativas com elementos relativos aos locais, de dados alusivos à riqueza das espécies existentes, até mesmo com a inclusão de rotas ou de percursos pedestres. Uma promoção contínua do destino Portugal e da temática da observação de aves em si poderá ser facilitada através da realização de *fam trips*, ou seja, de viagens de familiarização e de reconhecimento para a imprensa especializada e, deste modo, mostrar o que de melhor o país tem para oferecer. A presença em eventos relacionados com o turismo ornitológico a nível internacional permitirá captar turistas de diferentes países a visitar Portugal, como aliás tem feito a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) com a sua participação em várias edições da *British Birdwatching Fair* (BBF).

Se a estes esforços forem conjugadas iniciativas e estratégias a uma escala nacional ou até mesmo intermunicipal, o turismo ornitológico tem tudo para possibilitar benefícios económicos para as comunidades locais e regiões onde se desenvolva, desde que haja um correto planeamento das atividades turísticas nos territórios com vista a uma utilização sustentável dos mesmos. Moreira (2013, p. 6) afirma mesmo que “parece, hoje, inquestionável que o turismo tem no território, qualquer que seja a escala geográfica, um importante quadro de referência e que quando convenientemente gerido e planeado o turismo é fator de desenvolvimento local, sub-regional e regional”. É nestas escalas que na perspetiva de Moreira e Santos (2010, p. 1088) “[...] se organiza uma parte muito significativa do sistema turístico”.

3.1.2. Rede Natura 2000

É também de referir o papel determinante que o ordenamento do território deve desempenhar com vista à conservação e valorização das potencialidades do turismo ornitológico no país, sendo aqui de destacar a tendência crescente para o estabelecimento de áreas classificadas, o que trouxe consigo os respetivos planos de ordenamento.

Assim, como outros enquadramentos jurídicos de proteção a ter em consideração e respetivas áreas classificadas existem a Rede Natura 2000, a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN), uma vez que todos estes instrumentos são obrigatórios no Plano Diretor Municipal (PDM) de cada município português.

Centre-se agora a atenção na Rede Natura 2000. Esta rede de áreas protegidas é a maior do mundo e proporciona um abrigo às espécies e aos seus *habitats* que se encontrem num estado vulnerável ou em perigo. Estão assinaladas em Portugal Continental 41 Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Rede Natura 2000 (**Figura 11**).

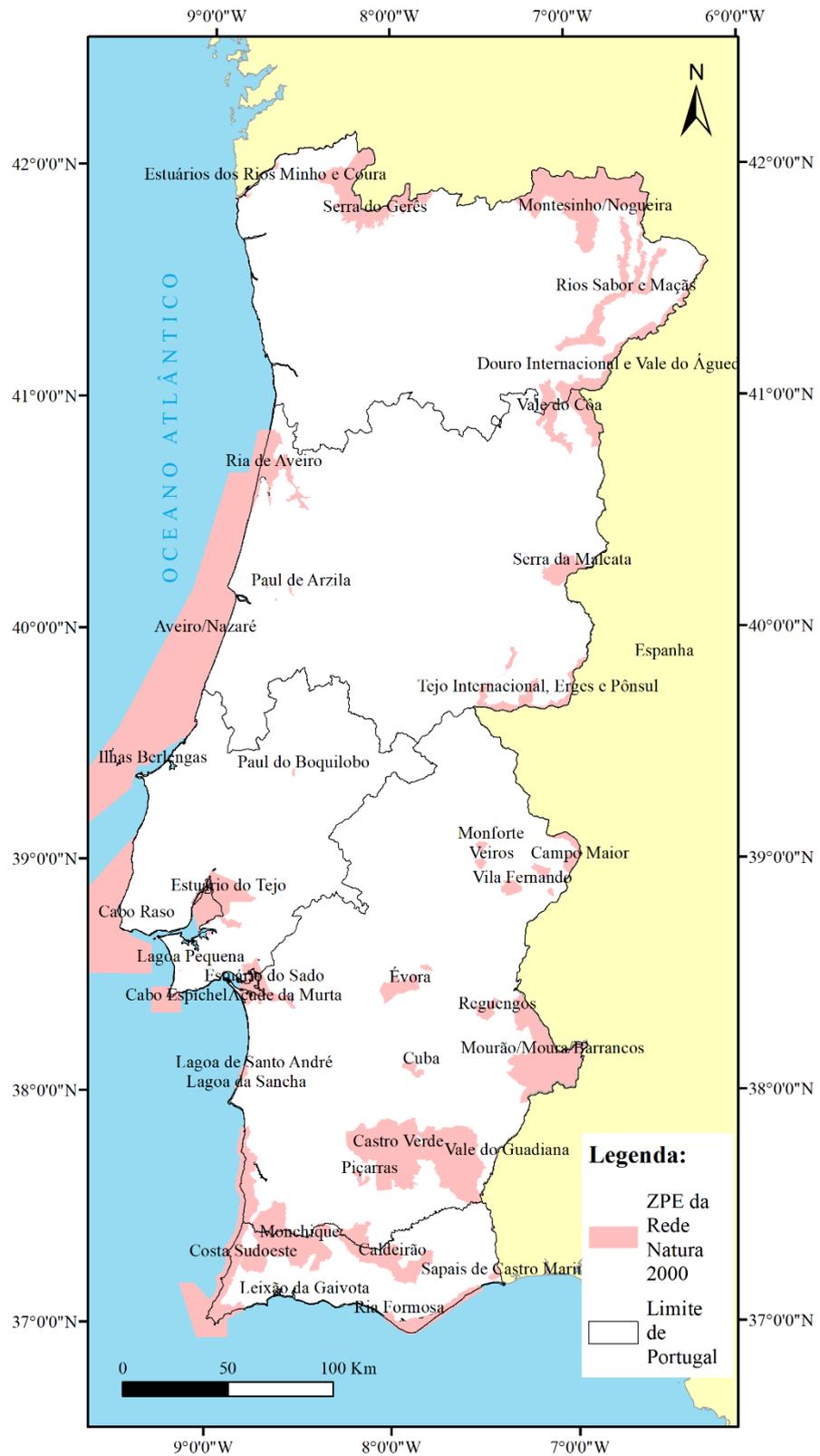


Figura 11 – Zonas de Proteção Especial (ZPE) da Rede Natura 2000 em Portugal Continental.
 Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Esta rede ecológica visa garantir a conservação da natureza e a proteção da biodiversidade do espaço comunitário resultante das Diretivas n.º 79/409/CEE do Conselho, de 2 de Abril de 1979 (Diretiva Aves) – esta foi revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de Novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens – e n.º 92/43/CEE (Diretiva *Habitats*).

A Rede Natura 2000 é composta pelas áreas classificadas como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e Zonas de Proteção Especiais (ZPE) que resultam da implementação de duas diretivas europeias:

- Diretiva n.º 79/409/CEE que tem como propósito a conservação e a gestão das aves e dos seus *habitats*, solicitando para o efeito a criação de Zonas de Proteção Especial (ZPE), que segundo a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) “[...] consistem num conjunto de áreas de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou restabelecimento do estado de conservação das populações de aves selvagens e dos seus *habitats*, bem como das espécies de aves migratórias e cuja ocorrência no território nacional seja regular” (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, 2018, p. 2);
- E a Diretiva n.º 92/43/CEE vocacionada para a preservação dos *habitats* da fauna e da flora considerados raros, vulneráveis ou ameaçados, requisitando para o propósito a instituição de Zonas Especiais de Conservação (ZEC), que “[...] consistem num conjunto de sítios de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou o restabelecimento do estado de conservação favorável dos *habitats* naturais ou das populações das espécies para as quais o sítio é designado” (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, 2018, p. 1 e 2).

Tendo em atenção ao que se encontra patente na Diretiva n.º 92/43/CEE, a instituição da Rede Natura 2000 é elaborada tendo em conta as três seguintes fases:

- “Fase 1 – Preparação das Listas Nacionais: cada Estado-Membro deve fazer um levantamento e caracterização a nível nacional de cada um dos *habitats* e espécies que ocorrem no seu território para que com base nesta informação

sejam identificados os sítios importantes para a conservação que posteriormente são submetidos à Comissão sob a forma de lista nacional;

- Fase 2 – Sítios de Importância Comunitária: identificação dos Sítios de Importância Comunitária (SIC) em que assentará a Rede Natura 2000 e que contribuam significativamente para a manutenção ou recuperação dum estado favorável de conservação dos tipos de habitats e espécies inventariados, a coerência da Rede Natura 2000 e/ou, a manutenção da diversidade biológica no âmbito da(s) região(ões) biogeográfica(s) considerada(s);
- Fase 3 – Zonas Especiais de Conservação: logo que um sítio seja considerado como Sítio de Importância Comunitária (SIC) o Estado Membro será convidado a designá-lo no prazo de seis anos, como Zona Especial de Conservação (ZEC)” (Jesus, 2018, p. 2 e 3).

Dito isto, é então de destacar a relevância dos Sítios de Importância Comunitária (SIC) demarcados em Portugal Continental (**Figura 12**), uma vez que desempenham um papel fundamental na promoção da biodiversidade e da sua conservação.

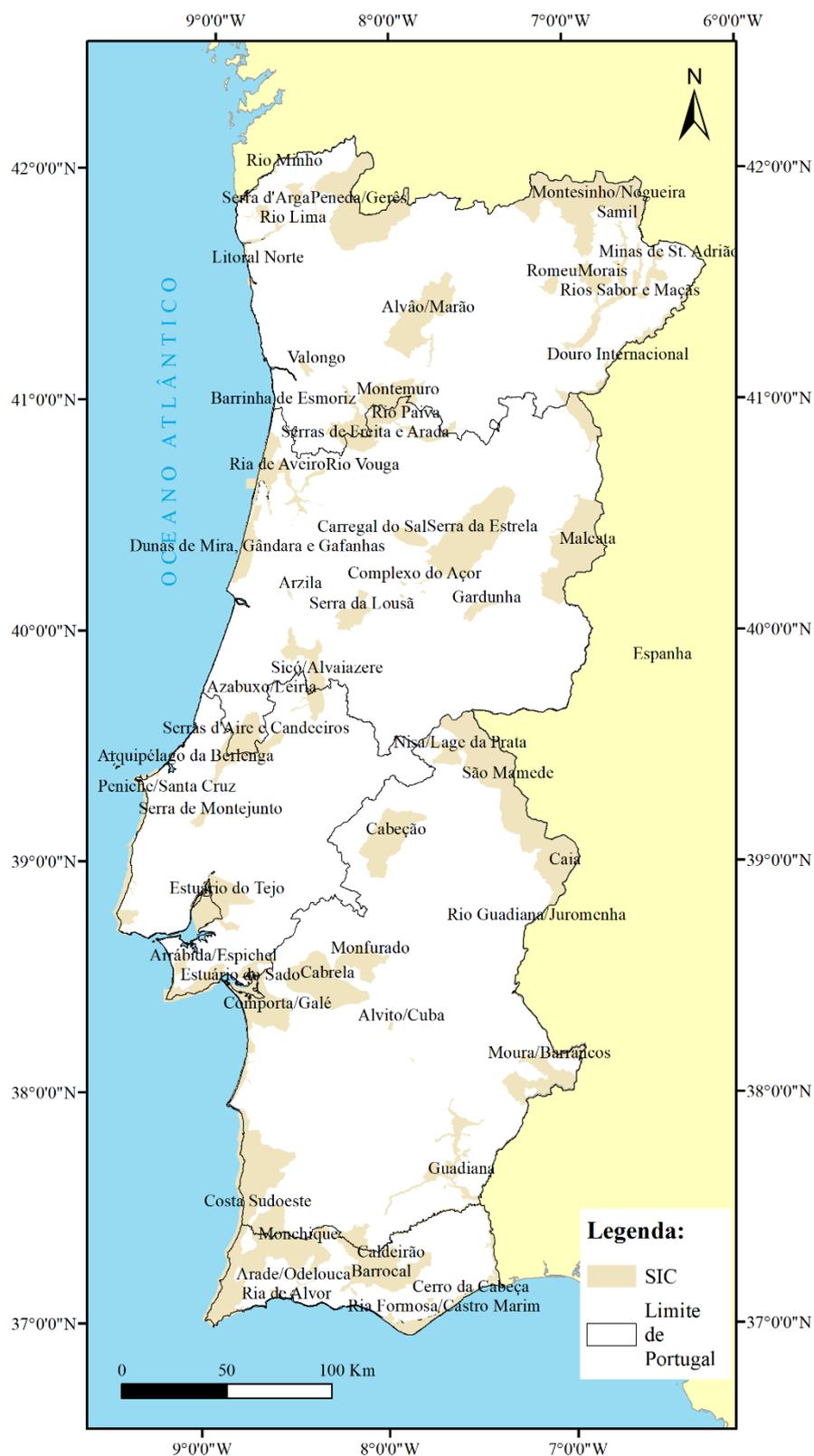


Figura 12 – Sítios de Importância Comunitária (SIC) em Portugal Continental.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

3.1.3. Sítios Ramsar

Lopes e Gomes (2016) afirmam que a gestão de áreas classificadas tem sido um fator de desenvolvimento e de êxito para atingir os objetivos de conservação da biodiversidade, tal como é defendido pelas inúmeras convenções e tratados de âmbito internacional.

Nesse sentido, é aqui de referir a *Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas* ou mais vulgarmente conhecida como a *Convenção de Ramsar*. Esta convenção resulta de um tratado internacional, adotado a 2 de Fevereiro de 1971 no Irão, mais concretamente na cidade de Ramsar (daí ter sido designada como *Convenção de Ramsar*), e efetivado a 21 de Dezembro de 1975. Desde então tem-se verificado uma cada vez maior adesão por parte dos países dos vários continentes na salvaguarda destes ecossistemas altamente sensíveis. Este acontecimento constitui um marco de fulcral importância dado tratar-se do primeiro tratado à escala global dedicado, exclusivamente, à conservação ambiental. Tem um dia comemorativo e assinala-se todos os anos o dia da sua adoção.

Segundo o texto resultante desta conferência e de acordo com o Artigo 1 da mesma, as zonas húmidas são definidas como “[...] *areas of marsh, fen, peatland or water, whether natural or artificial, permanent or temporary, with water that is static or flowing, fresh, brackish or salt, including areas of marine water the depth of which at low tide does not exceed six metres*” (The Ramsar Convention Secretariat, 2018). Entretanto e de acordo com as emendas realizadas nos anos de 1982 e 1987, nesta última, passaram-se a incluir as zonas costeiras marinhas e as zonas aquáticas no interior dos territórios.

Apenas no ano de 1980 é ratificada por Portugal a *Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas*, aprovada pelo Decreto n.º 101/80, de 9 de outubro. Foi homologada a 24 de Novembro de 1980 e entrou em vigor a 24 de Março de 1981. A República Portuguesa comprometeu-se a:

- “Designar Zonas Húmidas para inclusão na Lista de Zonas Húmidas de Importância Internacional. Estes Sítios são reconhecidos a partir de critérios de representatividade do ecossistema, de valores faunísticos e florísticos e da sua importância para a conservação de aves aquáticas e peixes;
- Elaborar Planos de Ordenamento e de Gestão para as Zonas Húmidas, com vista à sua utilização sustentável; e

- Promover a conservação de Zonas Húmidas e de aves aquáticas, estabelecendo Reservas Naturais, e providenciar a sua proteção apropriada” (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 2018, p. 1).

Existem atualmente em Portugal 31 Sítios Ramsar, 18 no continente (**Figura 13**) e 13 no Arquipélago dos Açores, num total que perfaz aproximadamente 132,487 hectares de zonas húmidas de interesse internacional. Quanto ao Arquipélago da Madeira, este não possui qualquer área classificada com a designação de Sítio Ramsar.



Figura 13 – Sítios Ramsar em Portugal Continental.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

No Arquipélago dos Açores, a primeira classificação atribuída foi às Lagoas das Fajãs da Caldeira e dos Cubres em 2005. Resultado de um estudo encomendado pelo Governo Regional dos Açores ao Centro de Informação Geográfica e Planeamento Territorial da Universidade dos Açores, foram incluídos no ano de 2008 11 novas zonas húmidas: Caldeira da Graciosa, Caldeira do Faial, Caldeirão do Corvo, Complexo Vulcânico das Furnas, Complexo Vulcânico das Sete Cidades, Complexo Vulcânico do Fogo, Ilhéus das Formigas e Recife Dollabarat, Planalto Central da Terceira, Planalto Central das Flores, Planalto Central de São Jorge e Planalto Central do Pico. Mais recentemente foi incorporado o Paul da Praia da Vitória, em 2012.

3.2. O turismo ornitológico em Portugal

Tendo em vista uma resenha história da observação de aves até ao turismo ornitológico da atualidade em Portugal, apresentam-se de seguida as principais obras respeitantes a esta temática, num período temporal que se principiou ainda na segunda metade do século XIX (**Figura 14**).

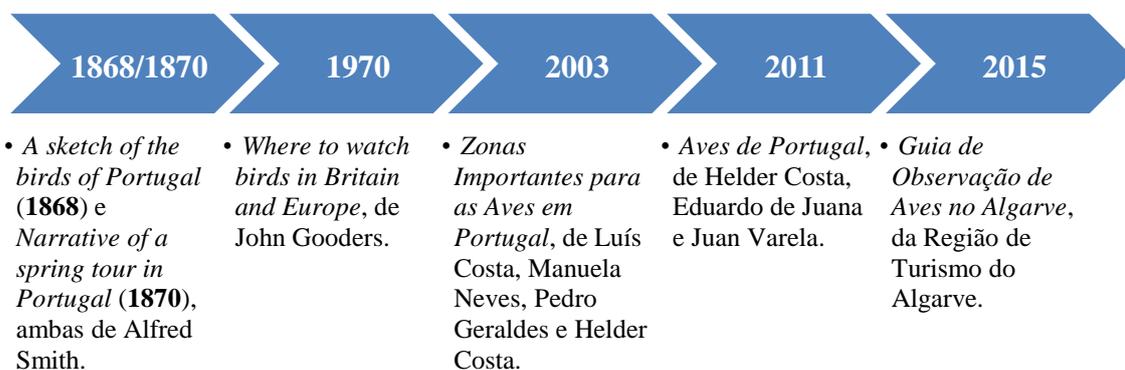


Figura 14 – Evolução temporal das publicações referentes à observação de aves e posterior turismo ornitológico em Portugal.
Elaboração: Diogo Mateus, 2018.

Como elemento que se diferencia no esquema anterior (**Figura 14**), não é de estranhar a influência inglesa patente nas primeiras publicações de observação de aves concernentes ao território português, ou não se tratasse esta de uma tradição anglo-saxónica.

Oliveira (2015) afirma que terá sido o reverendo inglês Alfred Smith, o primeiro indivíduo a fazer turismo ornitológico em Portugal, no ano de 1868. Esta sua visita culminou com a publicação de um artigo da sua autoria na revista inglesa de ornitologia *Ibis*, em 1868, intitulado *A sketch of the birds of Portugal*, revista esta que ainda hoje existe e é publicada em nome da *British Ornithologists' Union* (BOU) pela Wiley-Blackwell. Dois anos mais tarde, em 1870, é publicada uma obra pelo mesmo autor descrevendo a viagem que realizou a Portugal e que inclui também uma lista sobre as aves de Portugal, designada *Narrative of a spring tour in Portugal*, obra esta que se encontra disponível na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) para acesso público e *online*.

Decorre o ano de 1970 e John Gooders, ornitólogo e escritor de nacionalidade inglesa edita a obra *Where to watch birds in Britain and Europe*, onde sinaliza algumas das áreas onde é possível fazer observação de aves em Portugal, realçando nesta sua publicação a ria de Aveiro, área lagunar do Centro de Portugal.

Surge no ano de 2003, resultante de um projeto elaborado pela SPEA, o livro *Zonas Importantes para as Aves em Portugal*, de Luís Costa, Manuela Neves, Pedro Geraldês e Helder Costa. Nesta obra estão compiladas todas as *Important Bird Area* (IBA) de Portugal, onde para cada uma destas áreas é indicada a sua localização e uma breve descrição da mesma, mas também outros parâmetros como o interesse ornitológico e o regime de proteção legal patente.

É apenas no ano de 2011 que surge o primeiro guia de aves dedicado, exclusivamente, ao território geográfico português, intitulado *Aves de Portugal*, pela mão dos autores Helder Costa, Eduardo de Juana e Juan Varela. Esta publicação engloba não só todo o território continental, mas também os Arquipélagos da Madeira e dos Açores e as Ilhas Selvagens, apresentando informação pormenorizada de toda a avifauna portuguesa.

Quanto a entidades públicas, o Turismo de Portugal tem procurado valorizar e reforçar a divulgação do potencial do turismo ornitológico no país, através da elaboração de publicações de apoio a esta atividade, como são exemplos o *Roteiro Turístico de Turismo de Natureza de Observação de Aves de Portugal* ou o *Guia de Observação de Aves no Algarve*, este último já preparado sob a tutela do Turismo do Algarve.

O *Roteiro Turístico de Turismo de Natureza de Observação de Aves de Portugal* contou no seu desenvolvimento com o apoio técnico da SPEA e a nível institucional do antigo Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). Neste roteiro estão patentes 36 sítios de interesse para a observação de aves em Portugal e várias sugestões de itinerários a realizar

com o objetivo de maximizar a descoberta da avifauna portuguesa, assim como uma lista de princípios a ter em consideração pelo observador de aves.

Quanto ao *Guia de Observação de Aves no Algarve*, trata-se de uma reedição ocorrida no ano de 2015, resultado da anterior publicação do *Guia de Observação de Aves* em 2012, ambos pela Região de Turismo do Algarve. Apresenta-se como um guia muito completo e um ótimo instrumento de campo para quem está a iniciar a prática de observação de aves ou quer conhecer aquilo que esta região do país tem para oferecer. No guia encontram-se cerca de 25 itinerários propostos, integrados em 9 áreas principais a visitar e a descobrir, além de apresentar um conjunto de informações úteis que vão desde as acessibilidades, às melhores épocas do ano para observar determinadas aves, entre outros conteúdos.

A crescente importância dada ao património natural e à sua respetiva conservação é algo recente em Portugal, num movimento que tem ganho cada vez mais adeptos e que tem acompanhado aquilo que de resto se verifica um pouco por todo o globo.

3.2.1. Estratégias para o turismo de âmbito nacional

As estratégias a que aqui se faz referência representam aquelas que têm sido as linhas de ação e a procura contínua por parte das várias entidades governamentais portuguesas pela adoção das melhores práticas turísticas com vista a um desenvolvimento sustentável mas também competitivo do turismo em Portugal, constituindo efetivamente instrumentos para uma gestão territorial coesa e inclusiva. Numa escala temporal que teve como ponto de partida o *Plano Estratégico Nacional do Turismo* (PENT), iniciado em 2006, aprovado em 2007 e revisto para o período 2013 – 2015, encontram-se atualmente definidas as estratégias e prioridades para a próxima década do turismo nacional, plasmadas na *Estratégia Turismo 2027* (**Figura 15**).

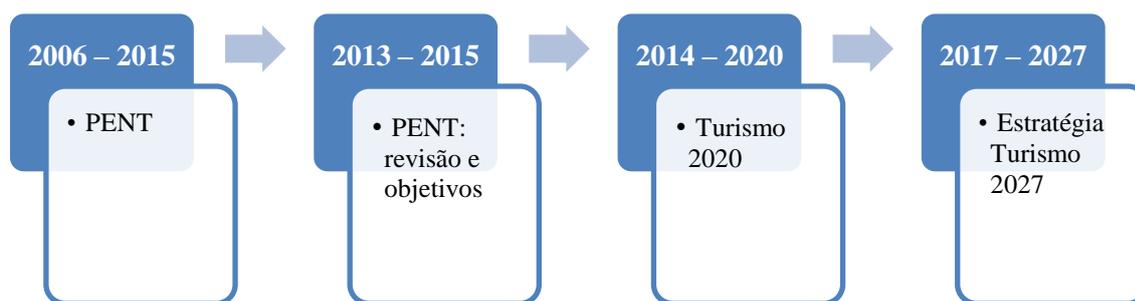


Figura 15 – Evolução temporal das estratégias para o turismo em Portugal.
Elaboração: Diogo Mateus, 2018.

Para cada uma das estratégias agora assinaladas (**Figura 15**), teve-se em especial atenção enfatizar as medidas e iniciativas propostas para a observação de aves em Portugal, temática central desta Dissertação de Mestrado.

3.2.1.1. Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de abril, aprovou as linhas orientadoras e os objetivos fundamentais do *Plano Estratégico Nacional do Turismo* (PENT), cuja responsabilidade para a sua concretização ficou sob a chancela do Turismo de Portugal, com o propósito de articular os diferentes organismos públicos tendo em vista a materialização das ações estipuladas neste documento, a fim de alcançar um crescimento sustentável do turismo português. Esta iniciativa governamental foi inicialmente apresentada para o horizonte temporal que compreendeu o período 2006 – 2015, tendo sido posteriormente revista para o intervalo temporal de 2013 a 2015 (**Figura 15**), revisão esta a que adiante se faz referência.

Com o propósito da adoção das práticas adequadas ao desenvolvimento turístico no território português, foram consideradas as tendências de maior procura internacional e, posteriormente, organizadas em estudos que conduziram à seleção de 10 produtos turísticos estratégicos refletidos em função das suas potencialidades de crescimento e da competitividade portuguesa, mas também da sua parcela de mercado, tendo-se procurado elaborar novas formas de interação entre o Turismo de Portugal, os destinos turísticos em si e os agentes de animação turística. Entre estes 10 produtos turísticos sinalizados, encontra-se o turismo de natureza e, mais concretamente, linhas de orientação para o

birdwatching. Assume-se, por isso, a designação *PENT Turismo de Natureza* sempre que se aludir a esta estratégia de matriz nacional.

No *PENT Turismo de Natureza* encontram-se patentes para este produto turístico as oportunidades e requisitos de mercado, a capacidade competitiva do país, o modelo de negócio a desenvolver e a estratégia de desenvolvimento respetiva.

Relativamente às oportunidades e requisitos de mercado de turismo de natureza, e mais especificamente para aquilo que se encontra vocacionado para o turismo ornitológico, este surge incorporado numa tipologia de mercado de natureza *hard*, apresentando o *birdwatching* como uma atividade que requer um grau considerável de conhecimento assim como de concentração, perfazendo este mercado em conjunto com outras práticas desportivas neste ambiente exterior “[...] cerca de 20% do total das viagens de Natureza” (THR, 2017, p. 9).

Em relação aos gastos efetuados pelos turistas que usufruem de viagens de natureza, são várias as opções que se encontram ao seu dispor, apesar de “[...] quanto mais específico ou especializado é o produto/serviço consumido, maior é o gasto” (THR, 2017, p. 11). Esta diferença de gastos é no caso do turismo de natureza *hard* e mais especificamente do *birdwatching* explicado pela necessidade de aquisição de equipamento de observação de aves ou pelo facto de requerer serviços prestados por empresas de animação turística, estando sempre dependente do grau de especialização de cada observador de aves.

Situe-se agora no modelo de negócio que se encontra patente no *PENT Turismo de Natureza*. Este subcapítulo é composto pelo *targeting*, o *clienting*, o sistema de valor e a produção de valor para este tipo de turismo (THR, 2017).

De uma perspetiva de *clienting*, este corresponde às ações direcionadas para a atração e posterior fidelização do cliente-tipo escolhido, ou não fosse “a eficácia das acções de comercialização e promoção, [...] de vital importância num mercado cada vez mais segmentado e no qual intervém um número crescente de concorrentes” (THR, 2017, p. 34). Apesar de estarem indicadas medidas neste âmbito do *clienting* em termos de publicidade *off* e *online* e de *fam trips*, é no segmento natureza do portal de turismo que é recomendada a melhoria deste mesmo segmento no *website* do Turismo de Portugal¹, e onde se encontram ações específicas para a observação de aves em território nacional, nomeadamente:

¹ <https://www.visitportugal.com/pt-pt/experiencias/natureza>

- “Informar sobre as condições climáticas do destino, melhores períodos para a realização de actividades de interesse especial (observação da fauna ou flora, etc.)” (THR, 2017, p. 35).

Quanto à produção de valor, entre os vários pontos indicados neste subcapítulo, cabe aqui evidenciar dois, as experiências e a pirâmide emocional, visto tratarem-se dos únicos que se focam na observação de aves.

No que às experiências diz respeito, dever-se-á ter em atenção “um sistema integral de experiências para garantir um grande valor aos clientes” (THR, 2017, p. 42), apesar de que grande parte das empresas de animação turística “[...] não dedica grandes esforços à estruturação de uma oferta de experiências ampla e diversa nem a gerir adequadamente o seu conteúdo” (THR, 2017, p. 42), defendendo portanto que “para oferecer ao mercado um valor de maior conteúdo e mais atractivo, Portugal deverá desenvolver um sistema integral, variado e equilibrado de experiências na natureza, para satisfazer uma ampla gama de necessidades e de motivações” (THR, 2017, p. 42). Com o recurso a experiências estéticas, é sugerido o desenvolvimento de actividades temáticas, ilustrando como ação a executar, a realização de percursos noturnos para a observação de fauna.

No âmbito da pirâmide emocional, é sugerido pelo *PENT Turismo de Natureza*, que Portugal deva focalizar esforços na satisfação das emoções e das necessidades dos turistas nomeadamente no que diz respeito à variedade, entre outros parâmetros sinalizados. Como se encontra referido no *PENT Turismo de Natureza*, recorre-se ao exemplo do *Yellowstone National Park*, parque este que se situa nos estados norte-americanos do Idaho, Montana e Wyoming, para ilustrar a diversidade de itinerários que uma área classificada pode oferecer a quem a procura. É portanto proposta nesta estratégia nacional o desenvolvimento de um leque diversificado de itinerários com vários níveis de dificuldade, como por exemplo, e entre os percursos sugeridos, itinerários temáticos para a observação da fauna.

3.2.1.2. Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT): revisão e objetivos

O referencial estratégico para o turismo em Portugal que se desenvolveu no período de 2013 a 2015 deveu-se à necessidade de atualização e revisão da estratégia do

desenvolvimento turístico português que se encontrava até então em vigor (**Figura 15**), em parte devido à instabilidade dos mercados financeiros posterior à crise da dívida soberana que se abateu sobre o continente europeu, continente este no qual se localizam os países de origem de uma procura turística muito expressiva para o território português.

Esta revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) incorpora como pontos de análise o impacto das transformações do contexto no turismo português; a visão, proposta de valor e objetivos a atingir para o destino Portugal; os produtos, destinos e mercados emissores; e os programas de implementação e posterior monitorização desta estratégia revista.

Centre-se agora a atenção no trinómio dos produtos, destinos e mercados emissores e mais propriamente naquilo que se encontra dedicado à observação de aves.

Apesar de os produtos turísticos que se encontram enumerados no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) continuarem em vigor nesta sua revisão, verifica-se com esta atualização uma segmentação maior do turismo de natureza e também uma valorização dos “[...] recursos naturais, paisagísticos e culturais, no sentido do enriquecimento do produto e da promoção das respetivas atividades” (Turismo de Portugal, 2017a, p. 14).

Entre os dez produtos turísticos que foram alvo de aposta, visou-se uma estruturação da oferta do turismo de natureza com vista à inclusão de secções mais ativas, entre as quais se encontra a observação de aves, prevendo-se já no *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT): revisão e objetivos* um crescimento ao ano de 5% nos anos posteriores à realização desta estratégia para o produto turístico em causa. São também reconhecidos como principais emissores de turistas de natureza, os países da Alemanha, Reino Unido, Holanda e países escandinavos, sinalizando-se como fator de competitividade do país, o facto de “90% do território [ser] considerado zona rural e 23% do território português [ser] formado por Áreas Protegidas e Rede Natura 2000, revelador de fortes valores naturais e de biodiversidade ao nível da fauna, flora e da qualidade paisagística e ambiental” (Turismo de Portugal, 2017a, p. 18).

Como anteriormente foi aludido, esta revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) trouxe consigo programas de implementação. Entre os 40 projetos expostos nesta visão renovada do turismo português, é o Projeto 13 no qual se encontram as linhas de ação para a observação de aves. Este projeto está vocacionado para o turismo de natureza, com o qual se pretende implementar a qualificação de agentes e recursos turísticos em segmentos que apresentem potencialidades de diferenciação.

Assim, são propostas as seguintes atividades a serem desenvolvidas para a concretização deste projeto:

- “Assegurar a requalificação e valorização dos recursos e dos espaços críticos à estruturação do produto no território, mediante o desenvolvimento de planos concertados e validados entre as principais partes envolvidas;
- Melhorar as condições de acolhimento e suportes de interpretação das principais áreas naturais com interesse turístico;
- Assegurar um eficaz sistema de sinalização das principais atrações e manter uma boa rede de informação ao turista;
- Promover políticas de estímulo à oferta de alojamento integrado em sistemas colaborativos e de marca;
- Incentivar a adoção de boas práticas ambientais e programas de certificação internacional e decorrentes dos compromissos regionais e locais por parte dos empreendimentos e agentes;
- Desenvolver e promover itinerários e propostas de serviços estruturados, com particular enfoque nos segmentos identificados, para clientes com diferentes níveis de conhecimento e com diferentes níveis de dificuldade;
- Estimular o desenvolvimento de ofertas integradas/pacotes de turismo de natureza” (Turismo de Portugal, 2017a, p. 55).

3.2.1.3. Turismo 2020

Ao contrário das estratégias turísticas mencionadas (**Figura 15**), as linhas de ação do documento *Turismo 2020* não apresentam qualquer referência específica relativamente ao *birdwatching* ou até mesmo à observação de aves. Ainda assim, retiraram-se deste instrumento de gestão territorial aquelas que se consideram ser as linhas de ação mais vocacionadas para esta atividade.

O *Turismo 2020* foi desenvolvido tendo em consideração o horizonte temporal 2014 – 2020, e foca-se principalmente nas tendências de mudança que vinham a interferir com a atividade turística do país, como por exemplo, a cada vez maior procura de atividades

ligadas ao turismo de natureza e também ao aparecimento de produtos turísticos mais sofisticados nesta vertente, dando por isso especial enfoque às tendências ambientais.

Neste documento é apresentada como uma oportunidade para o território nacional, a dinâmica de crescimento que se tem verificado quanto ao turismo de natureza, o que eventualmente possibilitará o surgimento e afirmação de novas regiões turísticas em Portugal, sendo por isso necessário assegurar que o país se mantem como um destino que se expõe com qualidade e sustentabilidade, “[...] essenciais para a manutenção e reforço da atratividade e notoriedade de Portugal enquanto destino turístico, para a redução da sazonalidade, para a dinamização do turismo interno, para a sustentabilidade do crescimento e para a criação de novas e inovadoras propostas de valor” (Turismo de Portugal, 2017b, p. 55).

No âmbito de um destino que se quer de qualidade e marcado pela sustentabilidade, encontram-se nesta estratégia nacional enumerados seis pressupostos de atuação:

- “O território é o mais relevante ativo turístico;
- O crescimento do turismo contribui para a valorização dos recursos territoriais mas gera desafios de sustentabilidade;
- A qualidade do destino depende de uma oferta de experiências, atividades e produtos turísticos diversificados;
- Não faz sentido planificar centralmente a estruturação de produtos estratégicos;
- A mitigação da sazonalidade depende essencialmente da capacidade de resposta às motivações turísticas;
- Transformar Portugal num destino turístico inteligente tem efeitos positivos na sustentabilidade e qualificação do destino” (Turismo de Portugal, 2017b, p. 56-62).

Se por um lado se encontram os pressupostos de atuação, por outro são necessárias linhas de atuação, traduzidas pelas seguintes ações:

- “Trabalhar em rede na execução das estratégias já aprovadas ao invés de aprovar estratégias novas;
- Criação de ambiente regulatório adequado ao surgimento de propostas sustentáveis e de qualidade;
- Atualização da intervenção do Turismo de Portugal nos instrumentos de gestão territorial;

- Reorientação dos instrumentos de financiamento para a qualificação e sustentabilidade do destino;
- Reorientação dos instrumentos de financiamento para a requalificação e inovação do alojamento;
- Plano de mitigação da sazonalidade;
- Portugal: Destino Turístico Inteligente;
- Estruturação de rotas e itinerários experienciais;
- Fórum informal de reflexão sobre crescimento de turismo urbano” (Turismo de Portugal, 2017b, p. 63-67).

Quanto à linha de atuação que se refere especificamente à conceção de um ambiente regulador apropriado ao aparecimento de propostas que se apresentem como de qualidade e sustentáveis, a atual estratégia mostra entre outras ações a serem executadas, que se deve efetuar uma “revisão e simplificação do processo de reconhecimento de empreendimentos turísticos e de atividades de animação turística como turismo de natureza e implementação, acompanhamento e monitorização do programa nacional para o turismo de natureza” (Turismo de Portugal, 2017b, p. 64).

3.2.1.4. Estratégia Turismo 2027

A *Estratégia Turismo 2027* constitui o referencial estratégico para o turismo português para o horizonte 2017 – 2027 e estabelece uma visão de longo prazo visto tratar-se da próxima década relativa ao planeamento estrutural e estratégico do turismo em Portugal, sendo aquela que se encontra atualmente em execução. Foi aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro.

Propõe-se com os seguintes objetivos para o turismo português:

- “Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;
- Assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
- Promover uma integração das políticas setoriais;
- Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo;

- Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo” (Turismo de Portugal, 2017c, p. 10).

A realização e concretização da *Estratégia Turismo 2027* passa pela implementação de projetos tidos como prioritários, estipulados nas linhas de atuação para cada um dos cinco eixos estratégicos: “valorizar o território, impulsionar a economia, potenciar o conhecimento, gerar redes e conectividade, projetar Portugal” (Turismo de Portugal, 2017c, p. 55). Procura-se assim uma afirmação contínua do turismo como fator de desenvolvimento às mais diversas escalas, “[...] posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo” (Turismo de Portugal, 2017c, p. 54).

Relativamente ao turismo de natureza e de forma particular a observação de aves, encontram-se nesta estratégia duas linhas de atuação e três tipos de projetos prioritários, ambos no eixo da valorização do território, onde se procura:

- Uma afirmação do turismo na economia do mar, com recurso a:
 - “Atividades náuticas de usufruto do mar ligadas ao mergulho, vela, canoagem, observação de cetáceos e aves marinhas, pesca, passeios marítimo-turísticos e atividades de praia, que integrem a sustentabilidade na cultura náutica do mar” (Turismo de Portugal, 2017c, p. 55).
- E a promoção de um ponto de vista económico dos patrimónios rural e natural, bem como garantir a sua conservação, recorrendo ao:
 - “Desenvolvimento do turismo de natureza e em espaço rural através de projetos de valorização económica e de uma gestão ativa do património natural e rural, onde se inclui a rede de nacional de áreas protegidas, as reservas da biosfera e os Geoparques reconhecidos pela UNESCO, nomeadamente, no contexto da promoção da marca Natural.PT” (Turismo de Portugal, 2017c, p. 55);
 - E a “Infraestruturas e serviços de apoio ao turismo de natureza e/ou ao turismo em espaço rural, sinalética e elementos de interpretação turístico-ambiental” (Turismo de Portugal, 2017c, p. 55).

3.2.2. Atividades e agentes de animação turística

Dado o panorama atual de evolução da observação de aves e do turismo ornitológico em Portugal, não é de admirar que apareçam cada vez mais novas empresas de animação turística nesta área, que dispõem de uma série de serviços e de produtos que lhes estão associados.

Num estudo conduzido por Costa, Breda, Costa e Miguéns (2008) é constatado que as micro e pequenas empresas dominam o setor turístico português e que se situam por norma junto das principais rotas turísticas. Apesar deste tamanho reduzido, estas empresas assumem um papel crucial no desenvolvimento económico local, contribuindo para um acentuado desenvolvimento das áreas periféricas. Estas empresas deparam-se com múltiplos desafios. Num contexto de globalização aperceberam-se da importância da cooperação e do estabelecimento de redes com outros agentes e grupos de interesse turísticos (*stakeholders*), como forma de desenvolverem um posicionamento estratégico e de atuarem num ambiente cada vez mais competitivo.

Recorrendo ao Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), é possível concluir que o número de empresas de animação turística que oferecem observação de aves como atividade tem registado um crescimento muito considerável, numa análise efetuada que vai do ano de 2001 a 31 de Maio de 2018 (**Figura 16**).

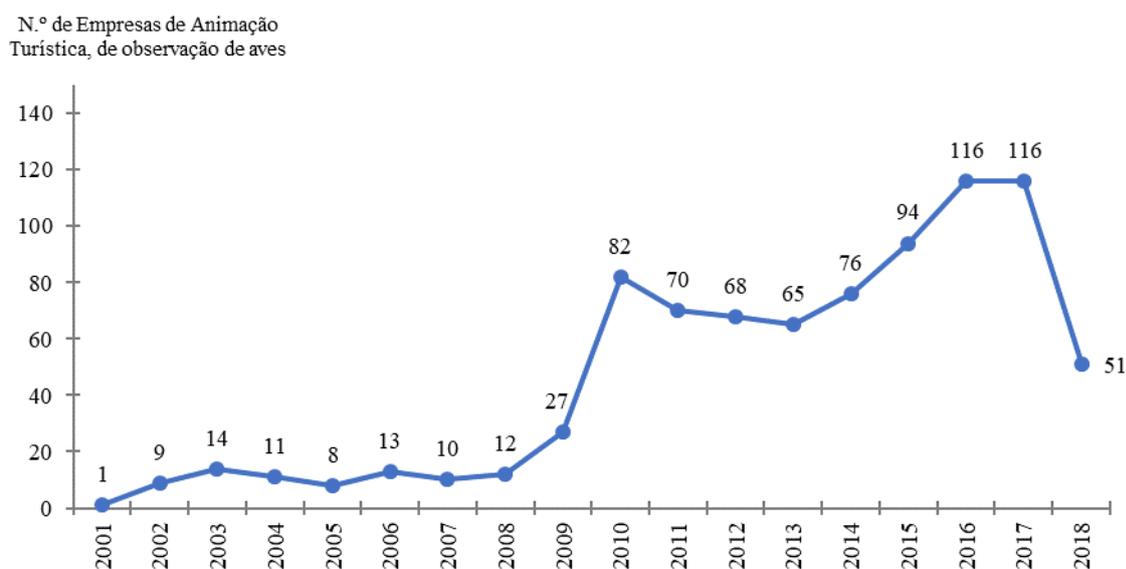


Figura 16 – Evolução do registo de Empresas de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, em Portugal, entre 2001 e 31 de Maio de 2018. Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT).

Numa observação mais pormenorizada, destacam-se quatro etapas da evolução no número de empresas de animação turística que disponibilizam atividades de observação de aves:

- 2001 – 2008: este intervalo de tempo é caracterizado pelo aparecimento das primeiras iniciativas empresariais relativamente à observação de aves, tendo-se registado um total de 78 empresas com licença atribuída em pouco mais de meia década;
- 2009 – 2010: esta fase é espelhada pelo forte crescimento de empresas turísticas a desenvolverem as suas atividades em torno da observação de aves;
- 2011 – 2013: este período de contração é determinado pelos efeitos da crise económica que se fizeram sentir em Portugal, ainda que mesmo assim se tenha mantido elevado o número de registos atribuídos;
- 2014 – 2017: nesta etapa caminha-se e atinge-se o ponto mais alto no registo de novas empresas, computam-se 402 registos novos, perfazendo um crescimento médio de 100,5 empresas novas por cada um dos quatro anos desta etapa, comparativamente às 70 empresas de 2011, às 68 empresas verificadas em 2012 e às 65 empresas registadas no ano de 2013.

Relativamente aos dados apresentados para o ano de 2018, à data da sua consulta no Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) (31 de Maio de 2018) encontravam-se registadas cerca de 51 empresas de animação turística.

Do total das 843 empresas que estão nos registos, todas elas são empresas de animação turística, não se encontrando nenhum agente registado como operador marítimo-turístico ligado à observação de aves. O que leva a supor que os operadores marítimo-turísticos não oferecem serviços de observação de aves marinhas, constatação que causa alguma surpresa se se atender à extensa linha de costa e à extensão litoral da Zona de Proteção Especial (ZPE) da Rede Natura 2000 (**Figura 11**).

Dadas as possibilidades desta atividade se transformar num motor de desenvolvimento local e regional, e contribuir até para a atenuação dos efeitos da sazonalidade de determinados destinos, encontram-se de seguida, distribuídas geograficamente as empresas de animação turística a uma escala municipal, para Portugal Continental (**Figura 17**), Arquipélago dos Açores (**Figura 18**) e Arquipélago da Madeira (**Figura 19**).

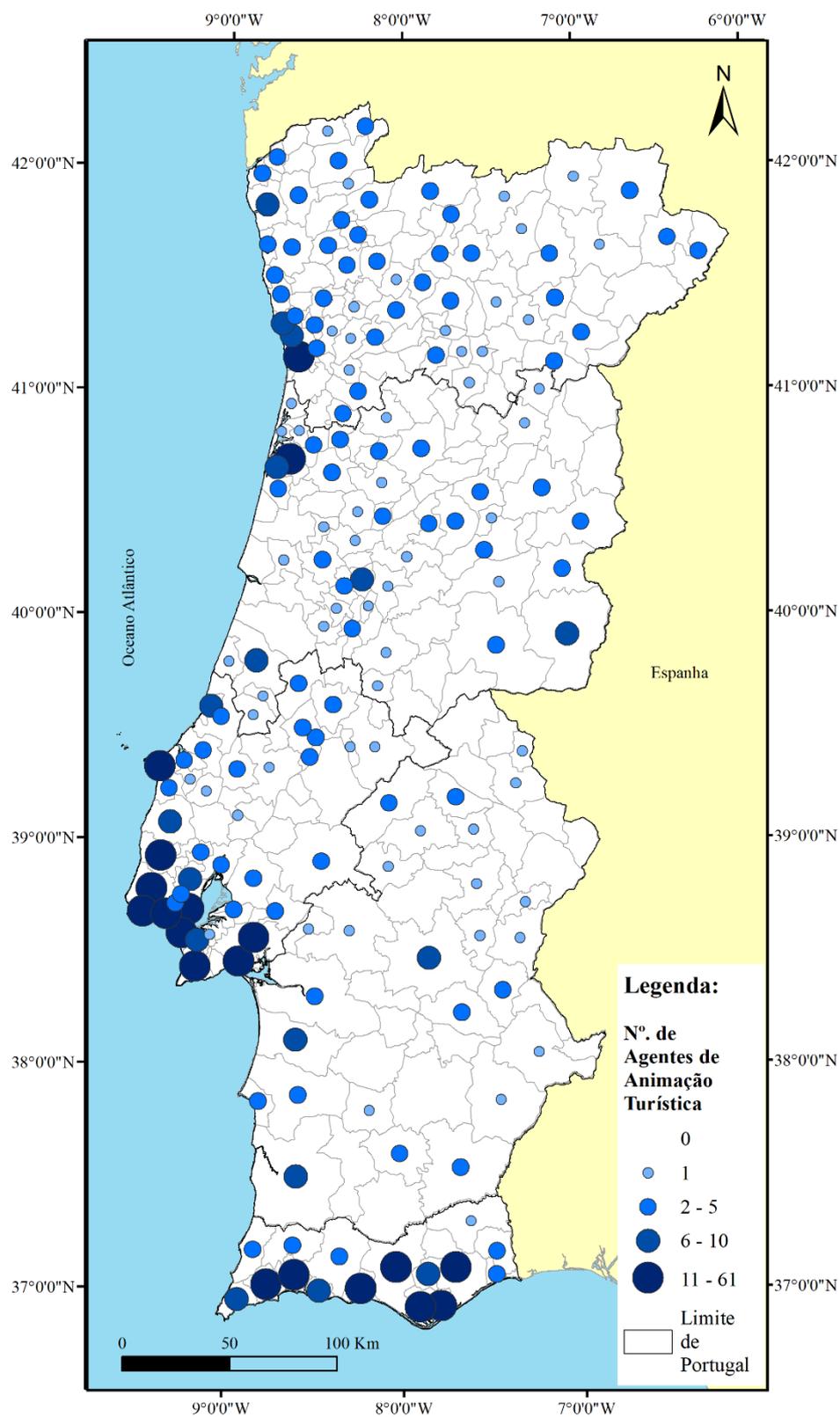


Figura 17 – Distribuição do número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, em Portugal Continental, a 31 de Maio de 2018. Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

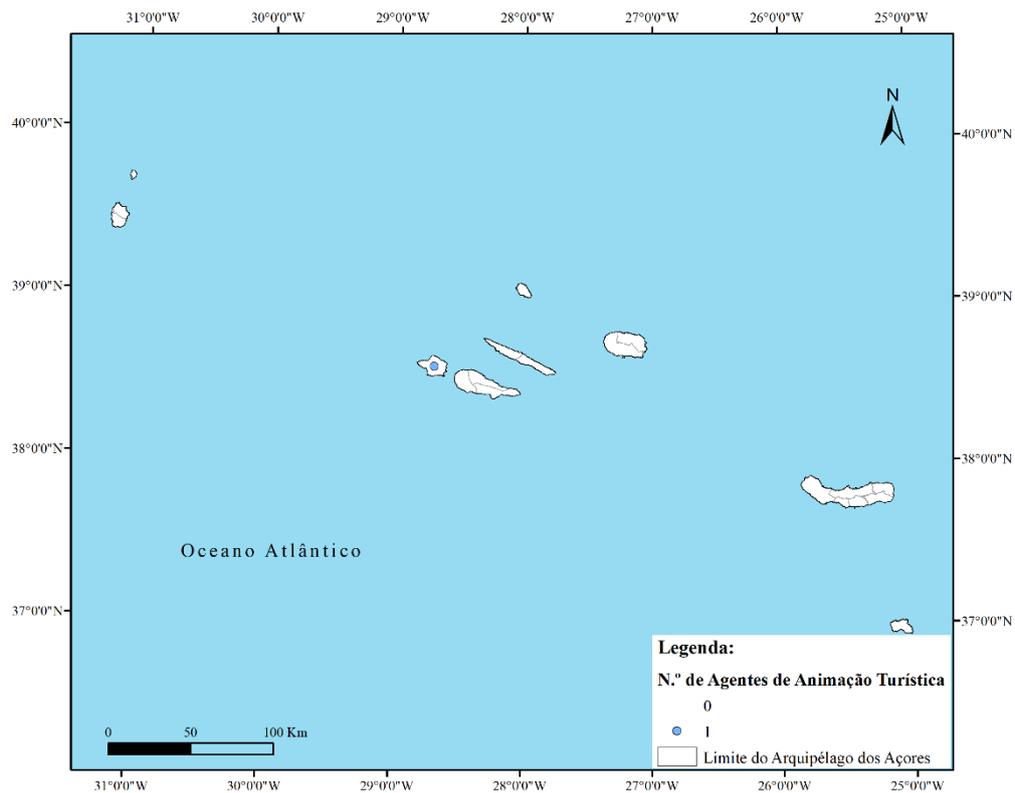


Figura 18 – Distribuição do número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, no Arquipélago dos Açores, a 31 de Maio de 2018. Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

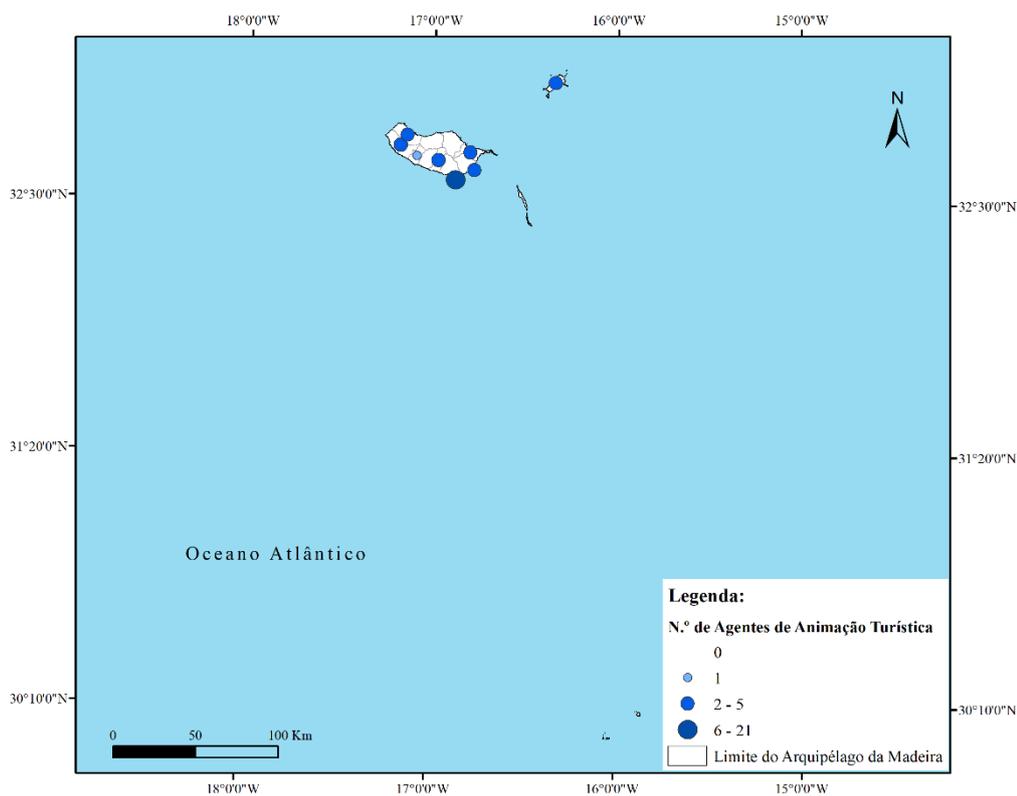


Figura 19 – Distribuição do número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, no Arquipélago da Madeira, a 31 de Maio de 2018.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Numa primeira observação conclui-se que um maior número de agentes de animação turística que oferecem a atividade observação de aves está concentrado na área metropolitana de Lisboa assim como nos seus territórios circundantes, mas também na região do Algarve e no Arquipélago da Madeira.

Fazendo uma análise mais pormenorizada, os municípios que possuem maior número de empresas de animação turística que têm como atividade a observação de aves são os municípios de Lisboa (61 empresas), Sintra (28 empresas), Setúbal (24 empresas), Cascais e Lagos (22 empresas), Loulé e Funchal (21 empresas) e Albufeira (21 empresas) (**Figura 17** e **Figura 19**).

Por outro lado, o Arquipélago dos Açores que é tido como um destino de excelência pela natureza e paisagens envolventes que possui, conta apenas com uma empresa registada ligada à observação de aves (**Figura 18**), localizada no município da Horta.

É também pertinente referir, que dos 278 municípios presentes em Portugal Continental, em 93 deles não há qualquer agente creditado de observação de aves, e que em 62 municípios encontra-se só uma empresa a desenvolver atividades de observação de

aves. Relativamente ao Arquipélago da Madeira, constata-se que apenas 3 municípios não têm qualquer empresa a prestar serviços nesta área e somente um município conta com uma empresa.

Apesar de não ter sido a primeira empresa de animação turística a disponibilizar serviços relacionados com o *birdwatching*, cabe aqui destacar aquele que se apresenta como o primeiro agente português exclusivamente vocacionado para a organização de atividades de observação de aves, denominado *Birds & Nature Tours*, Lda. (**Figura 20**).



Figura 20 – Logótipo da *Birds & Nature Tours*, Lda.
Fonte: Birds & Nature (2018a).

Entre as informações patentes no *website* deste operador turístico, é explicado o logótipo do mesmo, “[...] representado por um Peneireiro-cinzento *Elanus caeruleus*, espécie que, sendo cosmopolita, é relativamente rara e local, constituindo Portugal e concretamente a área do estuário do Tejo, um dos locais do planeta em que mais facilmente se observa” (Birds & Nature, 2018b). São também referidos os produtos turísticos disponibilizados e serviços prestados por esta empresa, que incluem *workshops* e cursos de *birdwatching*, *tours* fotográficos e de observação de aves, organização de expedições internacionais para observar aves e atividades no âmbito do programa Aves & Mais. Este agente turístico faculta equipamento ótico aos *birdwatchers*, e guias de campo com vista à facilitação da observação das espécies de aves.

Estabelecida em 2008 e projetada por João Jara, a *Birds & Nature Tours*, Lda. conta frequentemente com 12 guias ornitólogos. Tem desenvolvido também projetos ligados à conservação da biodiversidade e da natureza, nomeadamente através do *Projeto de Monitorização das Aves Aquáticas da Margem Norte do Estuário do Sado*, projeto este a que mais à frente se faz referência.

A *Birds & Nature Tours*, Lda. tem também permissão por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a desenvolver atividades nas áreas classificadas que integram os seus programas ornitológicos. Tal como esta empresa, são inúmeras as que estão registadas em municípios que se localizam nas Áreas Importantes para as Aves (IBA), ou que se localizam próximo destas, quer seja em Portugal Continental (**Figura 21**), quer seja nos Arquipélagos dos Açores (**Figura 22**) ou na Madeira (**Figura 23**).

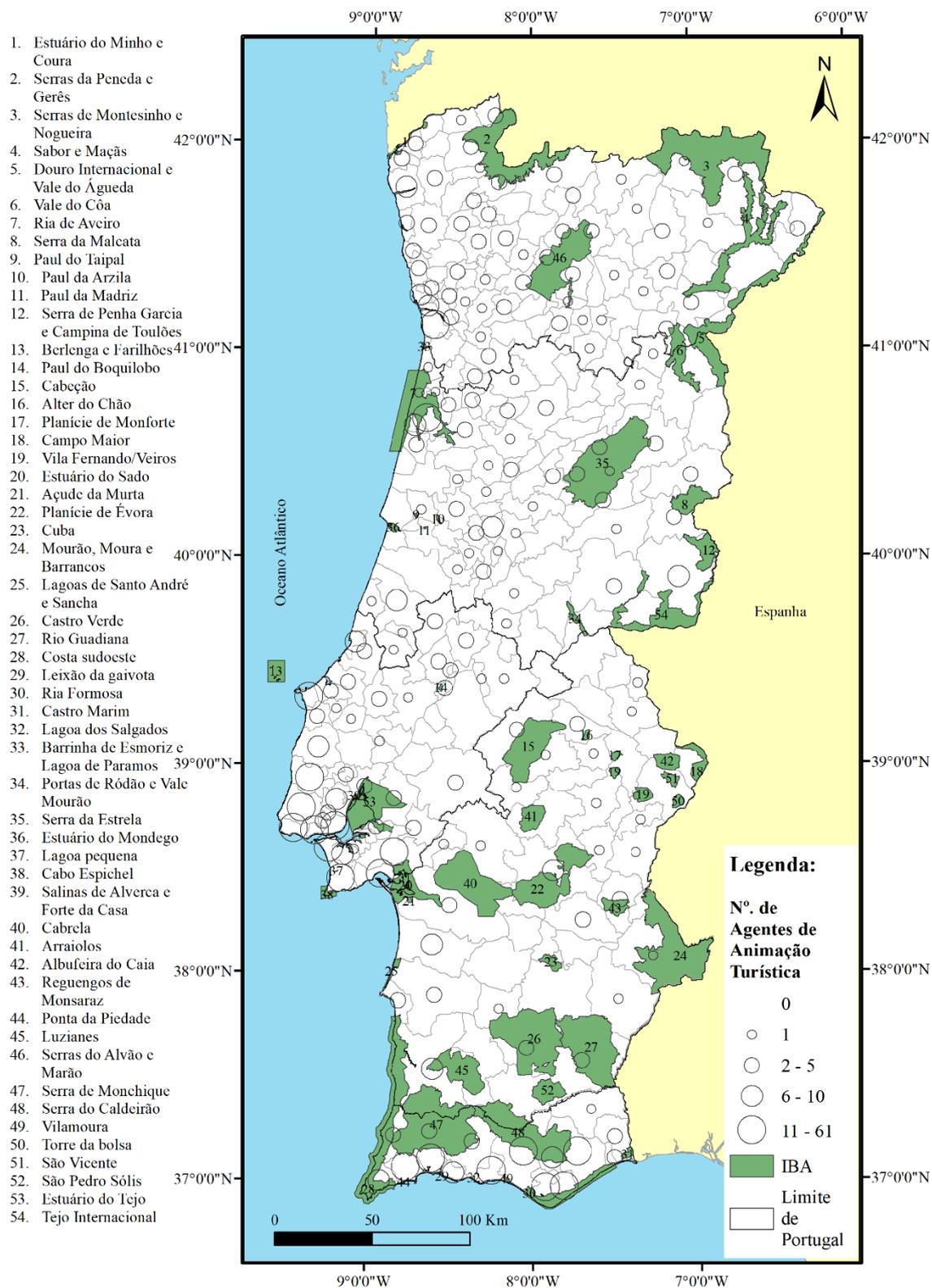


Figura 21 – Relação das Áreas Importantes para as Aves (IBA) com o número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, em Portugal Continental, a 31 de Maio de 2018.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

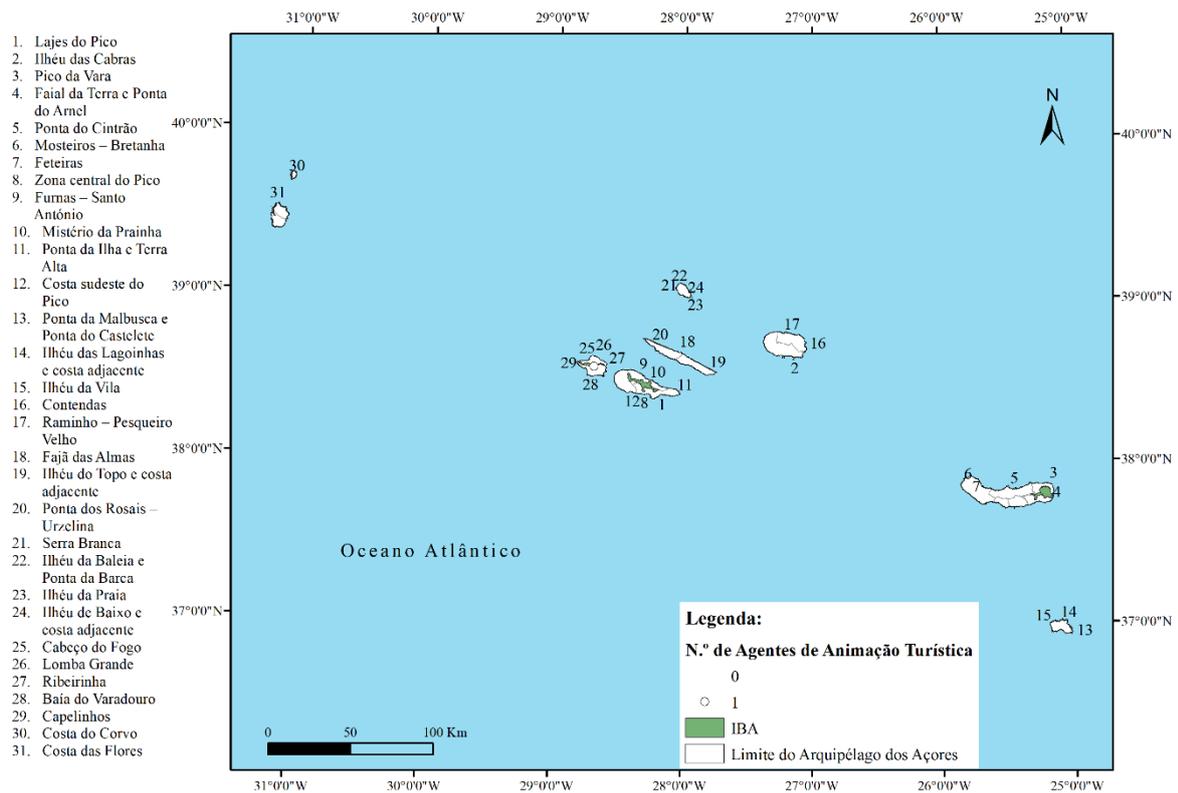


Figura 22 – Relação das Áreas Importantes para as Aves (IBA) com o número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, no Arquipélago dos Açores, a 31 de Maio de 2018.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

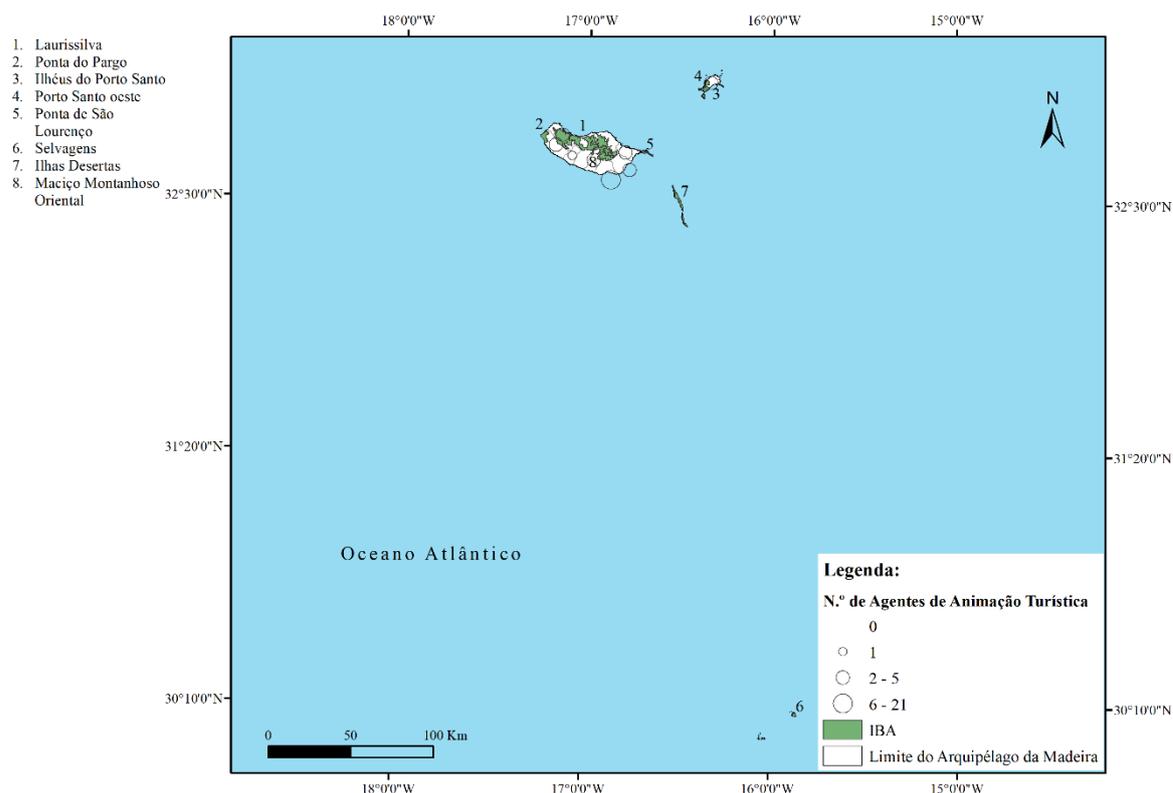


Figura 23 – Relação das Áreas Importantes para as Aves (IBA) com o número de Agentes de Animação Turística que oferecem a atividade observação de aves, por município, no Arquipélago da Madeira, a 31 de Maio de 2018.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Apesar de ser uma das regiões do país com maior número de agentes de animação turística registados (**Figura 23**), o Arquipélago da Madeira possui um número bastante inferior de Áreas Importantes para as Aves (IBA) quando comparado com o número destas áreas classificadas delimitadas no Arquipélago dos Açores (**Figura 22**).

3.2.3. Principal legislação aplicável

Quanto ao conjunto de informação legislativa aqui trazida, esta reflete a evolução da regulação jurídica que maior relevância apresenta para os agentes de animação turística:

- Decreto-Lei n.º 204/2000 de 1 de setembro – emitido pelo Ministério da Economia, este Decreto-Lei procurou “[...] regulamentar o acesso e o exercício da actividade das empresas de animação turística” (Decreto-Lei

204/2000, p. 4599), foi aprovado no Conselho de Ministros a 13 de Julho de 2000 e promulgado a 16 de Agosto de 2000;

- Decreto-Lei n.º 21/2002 de 31 de janeiro – emitido pelo Ministério do Equipamento Social, neste diploma foi “[...] aprovado o Regulamento da Actividade Marítimo-Turística (RAMT) [...]” (Decreto-Lei 21/2002, p. 872), foi aprovado no Conselho de Ministros a 5 de Dezembro de 2001 e promulgado a 18 de Janeiro de 2002;
- Decreto-Lei n.º 108/2009 de 15 de maio – emitido pelo Ministério da Economia e da Inovação, este diploma instituiu “[...] as condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos” (Decreto-Lei 108/2009, p. 3036), foi aprovado no Conselho de Ministros a 5 de Fevereiro de 2009 e promulgado a 5 de Maio de 2009;
- Portaria n.º 651/2009 de 12 de junho – emitida pelos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, esta portaria apresentou como objetivo “[...] definir o Código de Conduta a adoptar pelas empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos que exerçam actividades reconhecidas como turismo de natureza e o logótipo que os identifica” (Portaria 651/2009, p. 3641);
- Decreto-Lei n.º 95/2013 de 19 de julho – emitido pelo Ministério da Economia e do Emprego, esta legislação “[...] procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, conformando-o com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno” (Decreto-Lei 95/2013, p. 4192), foi aprovado no Conselho de Ministros a 9 de Maio de 2013 e promulgado a 15 de Julho de 2013.

Após décadas de se verificarem alterações profundas do turismo em si e na dinâmica do mercado turístico, quer interno quer externo, tem sido notório o esforço por

parte do poder político em acompanhar estas mudanças, através do papel de regulador do Estado da atividade turística em Portugal.

3.2.4. Projetos relacionados com a observação de aves e o turismo ornitológico em Portugal

Neste segmento desta investigação, pesquisaram-se aqueles projetos considerados de importância maior que contribuam ou tenham contribuído de alguma forma para que haja uma observação de aves e um turismo ornitológico mais sustentáveis no território português, quer seja através de projetos de conservação das inúmeras espécies ou de projetos difusores de informações e conhecimentos sobre as aves observáveis em Portugal.

3.2.4.1. Estruturas-tipo para a prática de observação de aves

Surge no ano de 2009, o estudo *Birdwatching no Algarve* no qual se localizaram as zonas com maiores potencialidades e apresentaram propostas relativamente às intervenções a realizar nos locais onde se desenvolva a observação de aves nesta região do país, com o objetivo de delinear uma estratégia para a promoção desta atividade. Esta investigação contou com a chancela do Turismo do Algarve e teve apoio técnico por parte da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e da Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve.

Dois anos mais tarde, e resultante desse estudo, nasce o projeto *Estruturas-tipo para a prática de observação de aves*, financiado pela candidatura Via Algarviana II ao Programa Operacional Regional (POR) do Algarve (PO Algarve 21), que vigorou entre 2007 a 2013. Ao Turismo do Algarve juntou-se, em colaboração, o escritório de arquitetura Arquilínea, com vista à implementação de plataformas de observação e abrigos fotográficos, mas também de passadiços e de outras estruturas de suporte à observação de aves nesta região de Portugal.

3.2.4.2. Espaço de Visitação e Observação de Aves (EVOA)

O projeto *Espaço de Visitação e Observação de Aves* (EVOA) situa-se na Reserva Natural do Estuário do Tejo, faz parte da marca Natural.PT desde o ano de 2015 e engloba como parceiros a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a Aquaves – Associação de Conservação e Gestão de Ambientes Naturais –, a Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (ABLGVFX), a Companhia das Lezírias (CL), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e a Liga para a Protecção da Natureza (LPN). É financiado pela Brisa Auto-estradas de Portugal e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), mais especificamente pelo Programa Operacional Regional (POR) de Lisboa (PO Lisboa 2020).

Localizado nas zonas húmidas do estuário do Rio Tejo, o *Espaço de Visitação e Observação de Aves* (EVOA) insere-se numa área de refúgio que serve também de local para a nidificação das aves. Este projeto trouxe consigo os vários observatórios que se encontram colocados ao longo das lagoas, inúmeros *hotspot* camuflados e um Centro de Interpretação Ambiental (CIA), no qual o visitante pode visualizar a exposição permanente que aí se encontra e experienciar também outras atividades ligadas à observação de aves.

3.2.4.3. IberAves

O projeto *IberAves* consistiu num projeto piloto onde se elaboraram ferramentas e conteúdos formativos a nível europeu para a temática do turismo ornitológico, e no qual se procurou também aperfeiçoar a qualidade da oferta turística desta atividade e garantir, ao mesmo tempo, a conservação do ambiente em áreas protegidas europeias e que são parte da Rede Natura 2000.

Este projeto teve a coordenação da *Sociedad Española de Ornitología* (SEO) e foi realizado em parceria com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e a *BirdLife International*. Beneficiou de fundos europeus do Programa de Aprendizagem Permanente (PAP), que decorreu no período 2008 – 2010 sob alçada do Programa Leonardo da Vinci.

Na ótica de Leitão e Lopes (2009, p. 68), “é a continuação e a multiplicação de iniciativas como esta que irão possibilitar a criação de um produto turístico ornitológico de qualidade no nosso país”.

3.2.4.4. MediterAves

Este projeto tratou-se de um *International Project of Ornithology Tourism* (IPOT), teve por base o projeto *IberAves* e decorreu nas áreas classificadas da Rede Natura 2000 e nas reservas da biosfera localizadas em alguns dos países presentes na bacia do Mediterrâneo. Decorreu no intervalo temporal compreendido entre 2011 a 2013, foi financiado pelo Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida 2007 – 2013 sob a égide do Programa Leonardo da Vinci e possuiu como entidades parceiras a *Hellenic Ornithological Society* (HOS), a *BirdLife International*, a *BirdLife Cyprus*, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e a *Sociedad Española de Ornitología* (SEO).

Este projeto consistiu na combinação da administração e conservação das áreas anteriormente aludidas com as expectativas e requisitos dos *birdwatchers*, tendo daqui derivado “[...] uma ferramenta de gestão online para formar e informar profissionais na indústria turística sobre como operar de uma forma ambientalmente sustentável e aconselhar os seus clientes quanto às suas responsabilidades para com as áreas que visitam e as aves que habitam nelas” (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, 2018a).

3.2.4.5. Portal Aves de Portugal

São várias as publicações dedicadas à observação de aves e a roteiros ornitológicos, como aquelas que foram antes mencionadas, algumas em língua portuguesa mas que rapidamente ficam desatualizadas ou por uma ou outra não ser muito recente o que as torna difíceis de encontrar. Visto que a internet se tem apresentado cada vez mais como um meio privilegiado na divulgação e partilha de informação por estar em constante atualização, impunha-se o estabelecimento de um portal onde fosse relativamente fácil consultar

informação completa e sempre atualizada sobre as aves e sobre os melhores *hotspot* para as observar em estado selvagem.

É desta necessidade que surge, em 2008, o projeto *Portal Aves de Portugal*². Neste *website* está informação disponível sobre as espécies de ocorrência mais regular mas também as que são menos observáveis, nomeadamente para as áreas classificadas de Portugal, tal como outras informações úteis para a observação de aves em geral.

3.2.4.6. BioRia

A *BioRia* consiste num projeto pioneiro de conservação da natureza e biodiversidade desenvolvido pela Câmara Municipal de Estarreja, que abrangeu a recuperação de zonas ambientais degradadas, e que conta atualmente como entidades parceiras a Universidade de Aveiro (UA) e o Painel Consultivo Comunitário do Programa Atuação Responsável de Estarreja (PACOPAR), constituído pelas empresas do Complexo Químico de Estarreja (CQE).

Este projeto desenvolveu uma rede de percursos pedestres e adequada para a circulação de bicicletas em pleno contacto com a natureza, numa rede de percursos *BioRia* que progressivamente foi sendo alargada a todo o município de Estarreja. Atualmente são estes os percursos que os visitantes podem usufruir:

- Percurso de Salreu;
- Percurso do Rio Jardim;
- Percurso do Bocage;
- Percurso do Rio Antuã;
- Percurso do Rio Gonde;
- Percurso das Ribeiras de Veiros;
- Percurso das Ribeiras de Pardilhó;
- Percurso de Fermelã.

A concretização do Percurso de Salreu em 2005, marcou o início deste projeto, projeto este que segundo Vidal (2015, p. 42-43) “[...] foi subdividido em três candidaturas

² <http://www.avesdeportugal.info/>

a apoios comunitários que foram aceites num valor global de investimento que ultrapassa os 700.000,00 euros”. Este financiamento foi concedido pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) do período 2007 – 2013 e mais precisamente pelo Programa Operacional Regional (POR) do Centro (PO Mais Centro).

No *website* da Câmara Municipal de Estarreja³ estão disponíveis informações complementares para cada um destes percursos, como a distância a percorrer, a duração do percurso, o âmbito do percurso, o grau de dificuldade, a época aconselhada e as coordenadas GPS – *Global Positioning System*.

É também de evidenciar a presença de um Centro de Interpretação Ambiental (CIA) na *BioRia*, que se situa estrategicamente no princípio do Percurso de Salreu. Abriu ao público no ano de 2009 e trata-se da verdadeira porta de entrada para a ria de Aveiro, para além de ser o ponto de partida para os visitantes e um catalisador das diferentes atividades ligadas à natureza e ao meio envolvente.

3.2.4.7. Atlas Aves Invernantes e Migradoras

O projeto *Atlas Aves Invernantes e Migradoras* foi de índole nacional, e apresentado com o propósito da recolha de dados relativamente à abundância e distribuição das aves migradoras em duas estações específicas do ano, Outono e Inverno, no território português. Os trabalhos de campo foram em grande medida conduzidos por voluntários e tiveram lugar nos períodos temporais de 2011/2012 e 2012/2013.

A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) foi a entidade responsável pela coordenação deste projeto, projeto este que foi financiado, em parte, pelo Fundo Energias de Portugal (EDP) para a Biodiversidade 2010 e a que se uniram como parceiros o Laboratório de Ornitologia da Universidade de Évora (LabOr), o outrora Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), a Associação Portuguesa de Anilhadores de Aves (APAA), a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM) dos Açores e o Serviço do Parque Natural da Madeira (SPNM).

³ <https://www.cm-estarreja.pt/bioria>

A relevância deste projeto prende-se na inexistência para o espaço geográfico nacional de atlas ou outras publicações destinadas, especificamente, para as espécies de aves migradoras que cruzam Portugal no percorrer das suas rotas migratórias, e neste caso sejam aves invernantes, permitindo assim um melhor conhecimento ornitológico do país para posteriormente se organizar e atualizar a oferta turística deste produto de turismo de natureza. Apesar de este projeto ter terminado no ano de 2013, o *Atlas Aves Invernantes e Migradoras* ainda não se encontra publicado.

3.2.4.8. Chegadas

Resultado do projeto *Noticiário Ornitológico* da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), tem início em 2003 o projeto *Chegadas*. Este projeto foi aceite na *European Phenology Network* (EPN) nesse mesmo ano, é um dos com maior duração alguma vez realizado em Portugal e é um tipo de projeto *citizen-science*.

Teve como objetivos iniciais o fortalecer do conhecimento relativamente à chegada primaveril a Portugal Continental de várias espécies estivais para posteriormente se determinarem padrões e tendências plurianuais nas chegadas destas mesmas espécies selecionadas.

Numa segunda fase, este projeto concentrou-se em apenas 11 espécies migratórias, tendo em vista uma análise das tendências das suas chegadas ao território continental português. Estas 11 espécies migratórias são as seguintes:

- Abelharuco (*Merops apiaster*);
- Andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*);
- Andorinha-dáurica (*Cecropis daurica*);
- Andorinhão-preto (*Apus apus*);
- Cuco-comum ou cuco-canoro (*Cuculus canorus*);
- Felosa-poliglota (*Hippolais polyglotta*);
- Milhafre-preto (*Milvus migrans*);
- Papa-figos (*Oriolus oriolus*);
- Picanço-barreteiro (*Lanius senator*);
- Rola-brava (*Streptopelia turtur*);

- Rouxinol-comum (*Luscinia megarhynchos*).

3.2.4.9. BioDiversity4All

O projeto *BioDiversity4All* iniciou-se em 2010 e consistiu numa iniciativa da Organização Não Governamental (ONG) sem fins lucrativos Biodiversidade Para Todos. Esta Organização Não Governamental (ONG) é membro da *European Citizen Science Association* (ECSA) e assume-se como a maior base de dados portuguesa dedicada às espécies existentes em Portugal, como as aves, tornando-se num instrumento utilizado até pela comunidade científica.

Este projeto disponibiliza informação relativa à distribuição da biodiversidade em território nacional através de uma base de dados pública de livre acesso, recorrendo-se à participação ativa dos cidadãos com recurso aos seus registos de observações submetidos na plataforma *BioDiversity4All*⁴, assentando deste modo num princípio de *citizen-science*.

3.2.4.10. Projecto de Monitorização das Aves Aquáticas da Margem Norte do Estuário do Sado

Como a própria designação indica, este projeto consta na monitorização de aves aquáticas localizadas na margem norte do Estuário do Sado, foi iniciado no ano de 2009 e alista como parceiros o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e a Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), a Câmara Municipal de Setúbal, o Hotel do Sado e o fabricante de instrumentos óticos Swarovski Optik. Aquando da referência do agente turístico *Birds & Nature Tours, Lda.*, referiu-se também que esta empresa é a responsável por este projeto, tendo sido exposto ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) após uma modificação legislativa que permitiu aos agentes privados

⁴ <http://www.biodiversity4all.org/>

que operam em atividades ligadas ao turismo de natureza desenvolverem projetos de conservação.

A *Birds & Nature Tours*, Lda. tenciona através deste projeto recolher dados que permitam um melhor conhecimento e conservação das aves patentes na Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES), recorrendo a voluntários que efetuam todos os meses uma contagem em áreas de refúgio de preia-mar das aves aquáticas nesta área classificada que se apresenta com elevada relevância ornitológica.

A *Birds & Nature Tours*, Lda. pretende deste modo alcançar os objetivos que a seguir se apresentam:

- “Obter informação acerca da variação sazonal dos efectivos populacionais das diversas espécies de aves que ocorrem no estuário do Sado;
- Obter informação relativamente à fenologia de cada espécie;
- Identificar as áreas no estuário que albergam uma maior concentração de aves ao longo do ano;
- Obter dados que possam contribuir para entender o impacto das várias formas de ocupação de áreas anteriormente exploradas como salinas;
- Obter uma série temporal que permita interpretar a resposta das aves monitorizadas face a alterações no seu habitat;
- Complementar os dados recolhidos através de outras entidades, nomeadamente através do ICNF;
- Promover o voluntariado em projectos de conservação da natureza” (*Birds & Nature*, 2018c).

Procura-se assim com a execução destes objetivos conseguir uma intervenção real mas também prática nesta área protegida em termos de conservação das espécies de aves que aqui se encontram, sobretudo as aves aquáticas pertencentes ao grupo das limícolas e os seus respetivos *habitats*, localizados nesta que é uma das maiores áreas húmidas existentes no território português.

3.2.5. Eventos de observação de aves

Nesta secção da presente Dissertação de Mestrado, procuram apresentar-se aqueles que se consideram ser os eventos de maior relevância e interesse para a observação de aves em Portugal, mas também expor aquilo que de melhor tem sido feito e realizado em território português (**Quadro 1**).

Evento	Município	1.ª edição (ano)	N.º de edições	Duração (dias)
ObservaRia	Estarreja	2013	3	4
Festival de Observação de Aves & Atividades de Natureza de Sagres	Vila do Bispo	2010	9	5
ObservaNatura	Setúbal	2009	10	3
ObserArribas	Miranda do Douro	2017	2	3
Algarve Nature Week	Lagos ⁵	2015	4	10

Quadro 1 – Eventos de observação de aves em Portugal.
Elaboração: Diogo Mateus, 2018.

3.2.5.1. ObservaRia

A feira internacional *ObservaRia – Estarreja Birdwatching fair*, é um evento que se desenvolve em torno do turismo de natureza e, mais concretamente, da observação de aves. As atividades têm lugar no Esteiro e no Centro de Interpretação Ambiental (CIA) de Salreu e pelos percursos existentes na BioRia e pelos quais se encontra a ave protegida Garça-vermelha ou Garça-imperial (*Ardea purpurea*) como espécie predominante. Este acontecimento é organizado pela Câmara Municipal de Estarreja e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A 3.ª edição desta feira decorreu entre os dias 6 e 9 de Abril de 2017 (**Figura 24**), sendo que a próxima edição apenas terá lugar no ano de 2019. Esta periodicidade bienal é assumida pelo município de Estarreja como uma concentração dos recursos da câmara municipal tendo em vista o reforço da promoção deste evento com o propósito de expandir

⁵ Edição de 2015 em Faro; edição de 2016 em Tavira; edição de 2017 em Loulé.

a sua dimensão de uma edição para a edição seguinte e também da qualidade daquilo que é oferecido aos visitantes.



Figura 24 – Flyer alusivo à *ObservaRia – Estarreja Birdwatching fair* 2017.
Fonte: BioRia (2018).

Esta feira disponibiliza um programa alargado de atividades em redor da observação de aves que engloba todas as faixas etárias, desde apresentações com especialistas de renome internacional nesta temática a oficinas dedicadas às crianças.

A edição de 2017 da *ObservaRia – Estarreja Birdwatching fair* teve o primeiro dia dedicado ao público escolar e à realização de *fam trips* para a imprensa especializada e também para os operadores externos ficarem a par das potencialidades da região onde se enquadra a BioRia, tendo sido posteriormente promovida uma bolsa de contactos com operadores externos.

De seguida, encontram-se algumas fotografias relativas à edição de 2017 deste evento de observação de aves (**Figura 25**).



Figura 25 – 3.ª edição da *ObservaRia – Estarreja Birdwatching fair* 2017, em cima do lado esquerdo, entrada principal; em cima do lado direito, balcão de boas vindas; em baixo do lado esquerdo, pormenor de uma apresentação da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA); em baixo do lado direito, pormenor da lista das espécies observadas nas datas assinaladas num dos percursos da BioRia. Fotografias de Diogo Mateus, Abril de 2017.

3.2.5.2. Festival de Observação de Aves & Atividades de Natureza de Sagres

O *Festival de Observação de Aves & Atividades de Natureza de Sagres* é o maior evento do género que ocorre em Portugal, em que a entidade responsável pela sua promoção é a Câmara Municipal de Vila do Bispo, juntamente com a Sociedade Portuguesa

para o Estudo das Aves (SPEA) e a Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, e que em resultado deste projeto venceu o ‘Prémio Município do Ano 2015’. Este evento é financiado pelo Turismo do Algarve e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), mais propriamente através do Programa Operacional Regional (POR) do Algarve (CRESC Algarve 2020) no âmbito do Portugal 2020.

Inaugurado em 2010, este festival tem uma periodicidade anual e a particularidade de ocorrer no primeiro fim-de-semana do mês de Outubro. A excecionalidade da localização da Vila do Bispo e também de Sagres faz deste ponto de passagem das aves migratórias um local de excelência para a sua observação, aves estas que abandonam o continente europeu rumo a África no final de todos os verões e onde há a possibilidade de observar espécies como o Grifo (*Gyps fulvus*), o Abutre-do-Egito ou Britango (*Neophron percnopterus*) e a Cegonha-preta (*Ciconia nigra*).

As últimas edições deste evento têm tido uma cada vez maior afluência de visitantes estrangeiros e de ano para ano tem-se verificado uma maior variedade de nacionalidades a marcarem presença neste festival. A última edição ocorreu entre os dias 4 e 8 de Outubro de 2017 e disponibilizou aos participantes um leque muito diversificado de atividades (**Figura 26**).



Figura 26 – Cartaz alusivo ao *Festival de Observação de Aves & Atividades de Natureza de Sagres 2017*.
 Fonte: Cães & Companhia (2018).

É também de sublinhar, que nesta 8.^a edição os participantes foram convidados a partilhar os seus registos de aves observadas com recurso à plataforma móvel Portugal Aves/eBird. Esta aplicação para dispositivos móveis encontra-se melhor elucidada na temática das Plataformas móveis, presente neste trabalho de investigação.

3.2.5.3. ObservaNatura

Em plena Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) e mais concretamente na Herdade da Mourisca, localizada no município de Setúbal tem lugar a *ObservaNatura*. Esta feira apresenta como tema central o turismo de natureza e mais especificamente a observação de aves e é organizada em conjunto pelas seguintes entidades: o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a Tróia-Natura, S.A. e a Câmara Municipal de Setúbal.

A primeira edição deste evento realizou-se no ano de 2009, caminhando atualmente para a sua 10.^a edição (**Figura 27**).



Figura 27 – Cartaz da 10.^a Edição da *ObservaNatureza*.
Fonte: Natural.PT (2018a).

São várias as atividades ao ar livre que os participantes podem disfrutar, desde logo passeios pela Reserva Natural do Estuário do Sado (RNES) onde lhes é possível observar algumas das aves características desta área classificada, como a Garça-vermelha ou Garça-imperial (*Ardea purpurea*), a Garça-real (*Ardea cinerea*) e o Corvo-marinho-de-faces-brancas (*Phalacrocorax carbo*), mas também frequentar pequenos cursos, sessões de anilhagem e palestras e comunicações dedicadas a esta temática, entre outras atividades desenvolvidas. Nas várias edições deste acontecimento tem sido dada relevância à marca Natural.PT, com a disponibilização de serviços e de produtos provenientes das áreas protegidas de Portugal Continental.

3.2.5.4. ObservArribas

O evento *ObservArribas – Festival Ibérico de Natureza das Arribas do Douro* teve a sua primeira aparição pública na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) no ano de 2017 e é organizado em conjunto pela Câmara Municipal de Miranda de Douro e pelo projeto *LIFE Rupis*, anteriormente referido.

Trata-se de um festival muito recente e cujas primeira e segunda edições ocorreram em 2017 e 2018 (**Figura 28**).



Figura 28 – Cartaz referente à *ObservArribas*: à esquerda, 1.^a edição, 2017; à direita, 2.^a edição, 2018. Fonte: Rota da Terra Fria (2018); Pumpkin.PT (2018).

A primeira edição teve lugar nos dias 23 e 25 de Junho de 2017, com inúmeras atividades ligadas à observação de aves e também outras ao ar livre, nomeadamente passeios em contacto com a natureza, apresentações e *workshop* para os visitantes e uma secção com serviços e produtos relacionados com o turismo de natureza. Neste festival estão igualmente incluídas atividades para os menores e presentes tradições gastronómicas e culturais da região de Miranda do Douro.

Já a segunda edição ocorreu entre 25 e 27 de Maio de 2018, as atividades foram em grande parte semelhantes às do ano anterior. A edição deste ano coincidiu com as duas décadas que se assinalam do estabelecimento do Parque Natural do Douro Internacional,

área classificada onde decorre o festival e que teve como espécie destacada a Águia-perdigueira ou Águia-de-bonelli (*Aquila fasciata*), ave esta que é a Ave do Ano 2018 de Portugal.

3.2.5.5. Algarve Nature Week

O Turismo do Algarve é a entidade responsável por este evento, ligado ao turismo de natureza e no qual é possível usufruir das inúmeras atividades que decorrem ao ar livre, entre as quais, a observação de aves. O presente ano de 2018 coincidiu com a 4.^a edição deste evento, que se desenvolveu entre os dias 13 e 22 de Abril na cidade de Lagos (**Figura 29**). As edições de 2015, 2016 e 2017 tiveram lugar nas cidades de Faro, Tavira e Loulé, respetivamente.



Figura 29 – Materiais de comunicação alusivos à Algarve Nature Week 2018.
Fonte: Algarve Nature Week (2018).

Apesar de ser um evento relativamente recente, já conquistou o primeiro prémio na categoria ‘Turismo Rural e de Natureza’ na edição de 2015 do ART&TUR – Festival Internacional de Cinema de Turismo –, do qual o seu vídeo promocional foi o vencedor.

É ainda de referir que este evento é beneficiário do Programa Operacional Regional (POR) do Algarve (CRESC Algarve 2020) e que se enquadra no âmbito da candidatura ‘Algarve Natural – Promoção e Valorização do Património Natural do Algarve’.

3.2.6. Entidades

Face ao exposto nas secções precedentes infere-se que são várias as entidades que em Portugal têm valorizado a atividade de observação de aves e de turismo ornitológico.

3.2.6.1. Comité Português de Raridades (CPR)

O registo de espécies raras em Portugal é ratificado pelo Comité Português de Raridades (CPR) que opera no campo de ação da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), ainda que anteriormente tenha funcionado sob alçada da *Sociedad Española de Ornitología* (SEO) num contexto ibérico. Segundo o Portal Aves de Portugal, já foram observadas aproximadamente cerca de 200 espécies de aves que surgiram fora da sua área normal de ocorrência.

O Comité Português de Raridades (CPR) estabeleceu-se a 1 de Janeiro de 1995 e tem como tarefa principal a homologação das observações de aves que são tidas como raras em todo o território português e respetiva Zona Económica Exclusiva (ZEE).

Para proceder ao registo de uma espécie de ave accidental ou rara e que tenha ocorrido em espaço geográfico português, qualquer observador de aves pode submeter as fotografias e os detalhes que considerar pertinentes com vista à identificação da espécie para o Comité Português de Raridades (CPR), enviando para o efeito a ficha de registo de raridades disponibilizada.

No *website* Raridades Online⁶ está disponível informação relativa às raridades observadas em Portugal Continental, sendo possível visualizar a lista completa e atualizada de aves raras encontradas.

⁶ <http://raridades.avesdeportugal.info/>

3.2.6.2. Turismo de Portugal

É a Autoridade Turística Nacional de Portugal e faz parte do Ministério da Economia. Esta entidade tem como responsabilidades a sustentabilidade, a valorização e a promoção da atividade turística nacional e sob a sua alçada estão as competências institucionais do desenvolvimento do turismo português.

O Turismo de Portugal tem procurado dinamizar o turismo como um dos pilares do desenvolvimento económico nacional, através de uma promoção contínua interna e externa do destino Portugal, bem como auxiliar ao nível dos investimentos e da qualificação das infraestruturas e dos equipamentos turísticos. É também de destacar o papel ativo que as Escolas do Turismo de Portugal têm desempenhado na formação de novos profissionais ligados ao turismo.

O *website* Visit Portugal⁷ é gerido pelo Turismo de Portugal como a página oficial da promoção turística do território português, com o qual venceu o prémio de melhor *website* oficial de turismo e de entidade distinguida como melhor organismo oficial de turismo nos *World Travel Awards* 2017 e 2018. Foi também neste evento que se deu a consagração de Portugal com a conquista do galardão de melhor destino turístico europeu e de melhor destino turístico do mundo.

3.2.6.3. Liga para a Protecção da Natureza (LPN)

Estabelecida em 1948, a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) que se apresenta como a mais antiga organização de defesa ambiental ibérica. Para além da salvaguarda do ambiente e da sua sustentabilidade, esta associação procura também a preservação do património natural, dos *habitats* e das espécies que por lá coabitam.

A Liga para a Protecção da Natureza (LPN) é detentora de algumas infraestruturas de natureza ambiental em Portugal, nomeadamente do Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho (CEAVG) na vila alentejana de Castro Verde, do Centro de Acolhimento

⁷ <https://www.visitportugal.com/pt-pt>

e Recuperação de Animais Selvagens (CARAS), situado na cidade de Évora e da Quinta da Moenda, localizada em Vila Nova de Poiares.

3.2.6.4. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

O atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) é uma entidade pública incorporada na administração indireta do Estado Português, tendo derivado da união do antigo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) com a Autoridade Florestal Nacional (AFN) e ainda com o Fundo Florestal Permanente (FFP), resultante da aprovação do Decreto-Lei n.º 135/2012 de 29 de junho.

Aprovado pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, este Decreto-Lei legisla que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) “[...] tem por missão propor, acompanhar e assegurar a execução das políticas de conservação da natureza e das florestas, visando a conservação, a utilização sustentável, a valorização, a fruição e o reconhecimento público do património natural, promovendo o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e dos recursos associados, fomentar a competitividade das fileiras florestais, assegurar a prevenção estrutural no quadro do planeamento e atuação concertadas no domínio da defesa da floresta e dos recursos cinegéticos e aquícolas das águas interiores e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas” (Decreto-Lei 135/2012, p. 3327).

No âmbito do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), merece um particular destaque a marca Natural.PT. Esta marca tem-se afirmado cada vez mais como uma aposta na divulgação das áreas protegidas e da biodiversidade de Portugal e não só, mas também na promoção dos costumes e tradições locais que fazem parte do rico património cultural português, difundindo-os tanto a uma escala nacional como internacional.

3.2.6.5. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)

Estabelecida em 1993, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), de cariz científico, sem fins lucrativos, que desenvolve as suas ações no âmbito do estudo e da conservação das espécies de aves e dos seus *habitats* em Portugal.

A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) faz parte desde 1999 da *BirdLife International*, uma rede internacional de organizações de conservação da natureza que integra mais de 100 países. A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) procura nas suas ações ir ao encontro das necessidades e dos interesses de profissionais e entusiastas amadores na área da ornitologia e da conservação da avifauna, focando-se também na sensibilização ambiental e na promoção do *birdwatching*. A singularidade da sua atuação levou a que já fosse distinguida com o Prémio Banco Espírito Santo (BES) Biodiversidade (2008) e com o Prémio Best of the Best LIFE projects (2009).

Dado o crescente aumento do número de observadores de aves assim como pelo interesse no turismo ornitológico, há que apelar à responsabilidade de todos com vista à preservação dos *habitats* das aves. Dito isto impõe-se a implementação de códigos de conduta que todos devem ter em conta e respeitar.

Nesse sentido, são vários os códigos de ética destinados a todo e qualquer observador de aves que se preze, cabendo aqui destacar o *Código Ético para os Observadores de Aves* (**Apêndice 1**) estruturado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) e no qual se encontram as dez seguintes regras:

1. “O bem-estar das aves deve estar sempre em primeiro lugar;
2. O habitat deve ficar tal e qual como foi encontrado;
3. Não alterar o comportamento das aves de nenhum modo;
4. Informe e denuncie quando necessário;
5. Respeite sempre a normativa sobre a proteção das aves;
6. Respeite os direitos dos proprietários;
7. Respeite os direitos das pessoas da zona de observação;
8. Partilhe as suas informações com outros observadores locais;
9. Comporte-se como gostaria que os outros se comportassem na sua zona;
10. Promova o desenvolvimento sustentável desta atividade.” (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, 2018b, p. 1).

Este código de conduta é evidenciador do respeito pela comunidade local e pelo património natural, pelos *habitats* e pela proteção das aves, sublinhando os comportamentos recomendados.

3.2.6.6. BirdLife International

A *BirdLife International* constitui uma organização internacional que apresenta como missão a salvaguarda das aves e dos seus *habitats* com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável dos recursos atuais através de programas regionais estabelecidos para o efeito. Encontra-se presente em mais de 100 países através de parcerias com as entidades de cada um desses estados e ultrapassa atualmente os 2 milhões de associados.

Em Portugal, a *BirdLife International* tem como parceira a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA).

3.2.6.7. Almargem

Instituída no ano de 1988, a Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA), membro fundador da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) e encontra-se registada na Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Esta associação tem como objetivos essenciais a promoção e proteção dos elementos mais relevantes que se encontram patentes no património natural, cultural e histórico da região do Algarve, a divulgação de propostas com o propósito da requalificação e valorização desses mesmos elementos e a promoção de atividades orientadas para um desenvolvimento local integrado e em plena harmonia com a natureza.

Esta entidade desenvolve as suas atividades em torno de ações de consciencialização cultural e ecológica, de divulgação do mundo rural e da natureza e da

elaboração de pareceres técnicos, para além de permanecer atenta a potenciais ameaças que, eventualmente, interfiram com o património cultural e natural do Algarve.

3.2.7. Exemplos de boas práticas

Apesar de se trazerem aqui dois exemplos apenas de boas práticas, são alguns dos mais bem-sucedidos e que melhor ilustram aquilo que de excelência tem sido feito em Portugal, no âmbito da observação de aves e do turismo ornitológico, mas também nos territórios onde esta atividade se desenrola.

3.2.7.1. Centro Ambiental do Priolo (CAP)

O Centro Ambiental do Priolo (CAP) foi estabelecido centrado no Priolo (*Pyrrhula murina*) (**Figura 30**), ave característica da parte leste da ilha de São Miguel, no Arquipélago dos Açores.



Figura 30 – Priolo (*Pyrrhula murina*), espécie de ave que incorpora a Lista Vermelha de espécies ameaçadas da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN).
Fonte: Universidade dos Açores (2018).

Trata-se de um Centro de Interpretação Ambiental (CIA) cuja coordenação é da responsabilidade da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), juntamente com as entidades da Direção Regional de Recursos Florestais (DRRF) e da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), no campo de intervenção do programa LIFE – Priolo. Nele (entenda-se aqui, o Centro de Interpretação Ambiental [CIA]) está permanentemente uma exibição interativa sobre o Priolo (*Pyrrhula murina*) e a floresta Laurissilva (**Figura 31**), mas também aquilo que tem sido desenvolvido para salvaguardar esta espécie endémica do risco de extinção e do seu *habitat*.



Figura 31 – Pormenor da exposição do Centro de Interpretação Ambiental (CIA) relativa ao Priolo (*Pyrrhula murina*) e à floresta Laurissilva.
Fonte: Visit Azores (2018).

Relativamente aos objetivos atingir com o Centro Ambiental do Priolo (CAP), tem-se procurado:

- Efetuar a receção e prestar informação aos visitantes da Zona de Proteção Especial (ZPE) Pico da Vara/Ribeira do Guilherme, potenciando a investigação científica;
- Fomentar o turismo de natureza;
- Criar um programa de atividades destinadas à população local orientada para o conhecimento das espécies autóctones dos Açores;
- Divulgar o Priolo (*Pyrrhula murina*) como símbolo dos Açores entre a população escolar;

- Promover a comercialização de produtos artesanais e alimentares de produção local;
- Desenvolver uma rede de parceiros para a conservação do Priolo (*Pyrrhula murina*) e do seu *habitat*;
- Incentivar o voluntariado.

Apresenta como missão preponderante a divulgação desta ave da floresta Laurissilva, *habitat* que é o seu principal refúgio. As ações de conservação tiveram início no ano de 2003, nomeadamente através de financiamento europeu proveniente do programa LIFE, tendo em vista ações e iniciativas de preservação com o objetivo primordial da salvaguarda da espécie Priolo (*Pyrrhula murina*).

O projeto LIFE+ Terras do Priolo veio dar continuidade ao programa começado em 2003, através de iniciativas que visam a promoção sustentável da administração da Zona de Proteção (ZPE) Especial Pico da Vara/Ribeira do Guilherme, recorrendo ao incremento de medidas que procuram o restauro do *habitat* do Priolo (*Pyrrhula murina*), mas também da sensibilização dos visitantes para as questões da sustentabilidade, neste que é um património único existente no Arquipélago dos Açores.

3.2.7.2. Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena (EILP)

Como outro exemplo de boas práticas existente em Portugal, é de salientar o Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena (EILP), localizado na região de Lisboa e Vale do Tejo e que tem como área protegida a si articulada o Parque Natural da Arrábida. Estabelecida em 2002, esta área de observação de aves situa-se no município de Sesimbra, na freguesia do Castelo e usufrui como estatutos de classificação, ser uma Zona de Proteção Especial (ZPE) e, conseqüentemente, parte integrante da Rede Natura 2000. Integra-se também no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sintra-Sado. Uma parte do Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena (EILP) encontra-se designada de Sítio Ramsar – Lagoa de Albufeira. Consistiu numa iniciativa do município de Sesimbra e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a que mais tarde se uniu a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), com o propósito de auxiliar na gestão das visitas e no desenvolvimento de atividades relacionadas com as aves.

O Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena (EILP) é uma das zonas de maior relevância ornitológica a nível europeu, visto ser uma área na qual as aves nidificam e circulam, existindo portanto uma variedade de aves considerável, quer sejam migratórias ou espécies residentes, acrescentando a isto os vários tipos de *habitat* aqui presentes e que lhes servem de refúgio, apresentando-se, por isso, como um lugar de excelência a ter em conta nos guias de observação de aves no território português.

No Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena (EILP) estão localizados observatórios ao longo de itinerários sinalizados (**Figura 32**), ideais para a prática de observação de aves mas também para os aficionados pela fotografia de natureza.



Figura 32 – Itinerários e respetivas indicações do Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena (EILP).
Fonte: Unidade Funcional de Comunicação e Informação da Câmara Municipal de Sesimbra (2018).

Há também a possibilidade de aluguer de equipamentos indispensáveis para observar aves, como binóculos mas também conjuntos para os mais pequenos desenvolverem as suas explorações, isto a preços meramente simbólicos. Como outros serviços proporcionados por este espaço, enumeram-se as sessões de anilhagem ou até mesmo a marcação por parte dos visitantes de visitas guiadas com vista à exploração acompanhada do Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena (EILP).

3.2.8. Plataformas móveis

Ao longo da última década tornou-se normal a cada vez maior adaptação da tecnologia ao quotidiano, e o turismo ornitológico não é exceção. As plataformas móveis permitem ao observador de aves ter acesso a informação de forma praticamente instantânea para cada espécie visualizada ou explorar novas áreas de observação de aves, possibilitando experiências mais enriquecedoras para os utilizadores e a partilha das suas descobertas com outros através da mesma plataforma, tornando-se por isso um instrumento útil para os ornitólogos, na medida em que ficam disponibilizados os dados e as localizações das aves, o que lhes permite estudar e compreender os seus comportamentos, por exemplo. Mais recentemente tem-se verificado um crescente incentivo nos eventos de observação de aves à utilização destas ferramentas digitais.

3.2.8.1. Portugal Aves/eBird

Como anteriormente foi exposto, a base que serve de aplicação à versão portuguesa deste instrumento tecnológico foi desenvolvida pelo Cornell Lab of Ornithology da Universidade norte-americana de Cornell e pela *National Audubon Society*. A *BirdLife International* é colaboradora desta plataforma e a edição portuguesa foi proporcionada através de uma colaboração com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), permitindo deste modo ter acesso para o território português àquela que se apresenta como uma das maiores plataformas da biodiversidade a nível global (**Figura 33**).



Figura 33 – Portugal Aves/eBird.
Fotografia de Diogo Mateus, Junho de 2018.

Disponível desde o ano de 2002, esta plataforma possibilita o registo e a partilha das observações de aves e posterior envio logo após o seu avistamento, quer tenha internet ou se encontre em modo *offline*. A informação divulgada fica deste modo acessível a outros observadores de aves mas também à comunidade científica, permitindo um melhor conhecimento das espécies, em termos da sua abundância e da sua distribuição. Proporciona de igual modo, a identificação de locais tendentes à observação de aves e da ocorrência de espécies-alvo.

De forma a ilustrar o funcionamento deste suporte móvel, encontra-se no âmbito do território em estudo, o Baixo Mondego, exemplificada para a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) o seu manuseamento e, conseqüente, registo de uma ave, neste caso a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*) visto tratar-se da ave característica desta área classificada, ou não estivesse ela no seu logótipo de identificação.

Terminada a abordagem do turismo ornitológico em Portugal, impõe-se de seguida uma análise desta temática para o território em estudo, o Baixo Mondego.

CAPÍTULO IV TURISMO ORNITOLÓGICO NO BAIXO MONDEGO

Concluída a análise do território português no âmbito do turismo ornitológico, importa neste Capítulo IV efetuar uma análise à região do Baixo Mondego. Nesta parte que agora se inicia foram enquadradas as Áreas Importantes para as Aves (IBA) que integram a área em estudo – Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), Paul da Madriz, Paul do Taipal e Estuário do Mondego –, tendo sido efetuado trabalho de campo em cada uma delas a fim de apurar as condições reais para a prática de *birdwatching* e o posterior desenvolvimento de um produto turístico. Houve nesta secção especial atenção em incorporar trabalhos publicados e desenvolvidos nesta região do centro de Portugal, que é o Baixo Mondego, nomeadamente para o seu enquadramento geográfico e caracterização da paisagem. Numa fase posterior, foram identificados todos os agentes de animação turística registados com atividades de observação de aves nos municípios que constituem o território do Baixo Mondego, mas também efetuado um levantamento do número de empreendimentos de turismo no espaço rural existentes nesses mesmos municípios. A proposta que intitula esta Dissertação de Mestrado encontra-se presente neste Capítulo IV. Como último tópico abordado, ilustrou-se a aplicação da plataforma móvel Portugal Aves/eBird para uma das Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego, tendo sido selecionada a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) e escolhida como espécie de ave a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*).

4.1. Enquadramento geográfico da região em estudo

A região em estudo localiza-se na parte continental do território português (Nomenclatura de Unidade Territorial [NUT] I), situa-se na Região Centro de Portugal (NUT II) e mais precisamente na Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) de nível III – Região de Coimbra. O Baixo Mondego compreende os municípios de Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova e Soure (**Figura 34**).

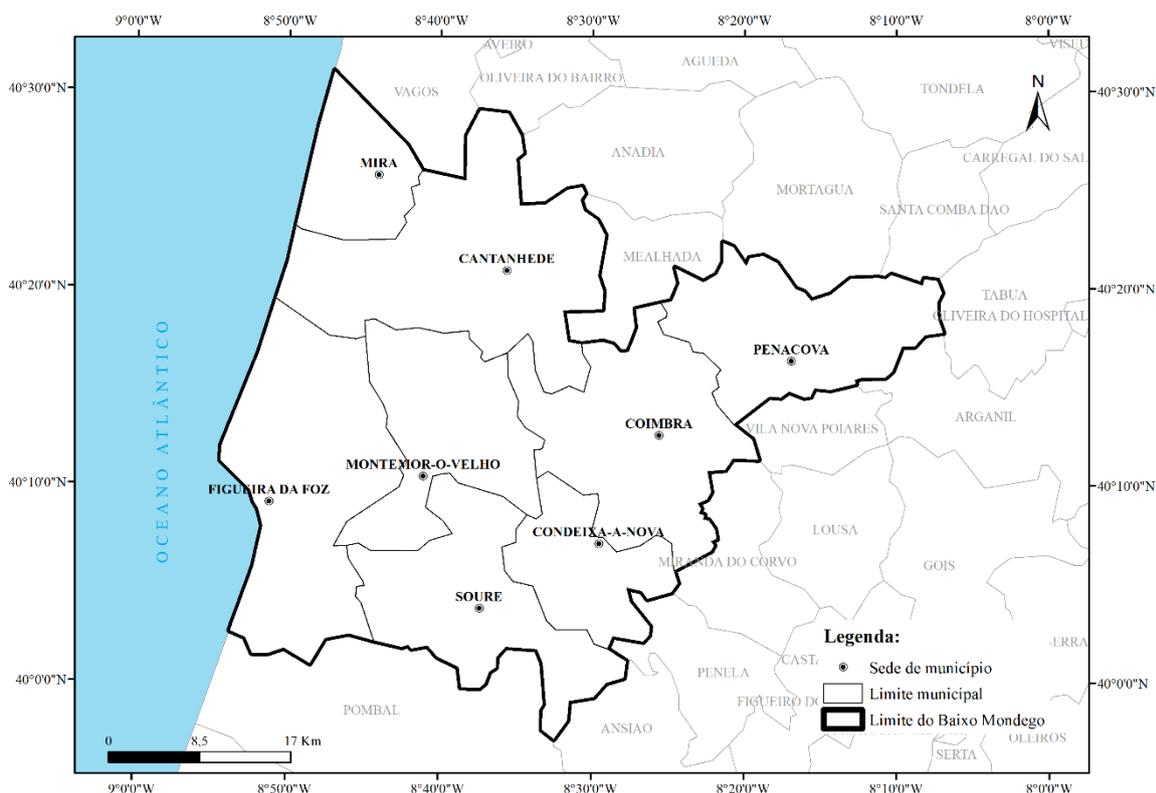


Figura 34 – Localização geográfica da região em estudo e respetivos municípios. Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Toda esta região está integrada na bacia hidrográfica do rio Mondego, bacia esta que “[...] é limitada a Norte pelas bacias dos rios Vouga e Douro, a Este pelas dos rios Douro e Tejo e a Sul pelas dos rios Lis e Tejo” (Louro e Lourenço, 2005, p. 19) e situa-se no troço final deste que é o maior rio exclusivamente português. Esta última secção do troço que desagua na cidade da Figueira da Foz apresenta de jusante – Coimbra – para montante uma extensão de cerca de 40 km de comprimento. Rebelo, Cunha e Almeida (1990), Rebelo (2010), Moreira (2011, 2013) defendem que o rio em si dispõe de potencialidades consideráveis quanto ao desenvolvimento de práticas de lazer e de turismo. Moreira e Santos (2016, p. 268) chegam mesmo a afirmar que “os espelhos de água passaram a atrair investimentos turísticos, com especial relevância para a navegação, a hotelaria e a restauração, enquanto a regularização e a integração de outros equipamentos de lazer se iam multiplicando”.

Como principais atividades económicas da região em estudo é de destacar a forte terciarização deste território devido ao comércio, mas principalmente aos serviços ligados à área da saúde e ao centro universitário presentes no polo urbano de Coimbra. Relativamente ao setor primário, Neves (2015) refere a importância que as culturas

agrícolas do arroz e do milho pelos campos do Baixo Mondego representam para as áreas rurais e também alguma produção leiteira ainda existente.

A região do Baixo Mondego, território central desta investigação, é caracterizada pela amenidade climática, abundância de linhas de água e pelas baixas altitudes, altitudes estas que são tipicamente características de planícies aluviais (**Figura 35**).

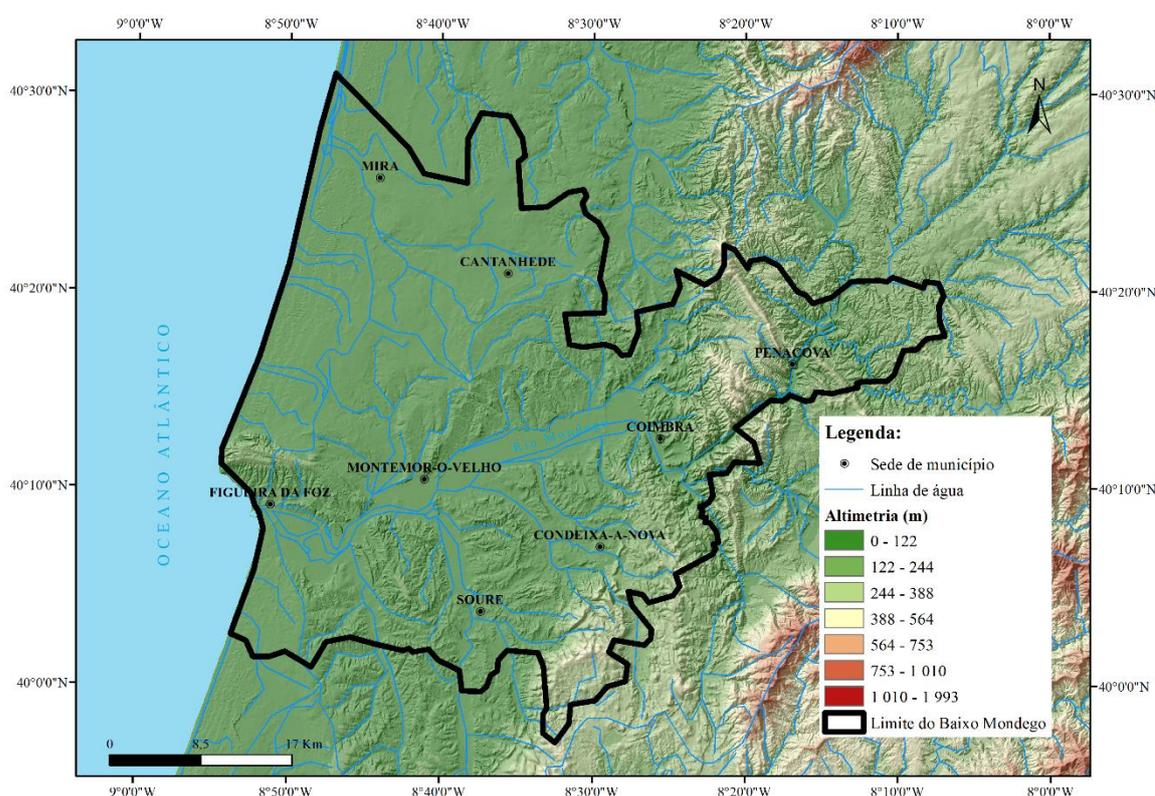


Figura 35 – Esboço hipsométrico do Baixo Mondego.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Relativamente à altimetria do vale do Baixo Mondego (**Figura 35**), os seus vales largos e baixas altitudes encontram-se estudados na tese de licenciatura de Alfredo Martins, uma referência para o estudo da geografia desta área sobre a qual se foca a presente dissertação, é *O esforço do homem na bacia do Mondego* cuja publicação data do ano de 1940. Segundo este autor, a altimetria do vale do Mondego apresenta-se assimetricamente repartida e com uma extensão aproximada de 360 km². Martins (1940, p. 18) atenta que “ao Sul, engolfa-se profundamente ao longo dos rios Carnide e Arunca, passando além de Soure; vai no Rio-de-Mouros até montante de Ega, e na ribeira de Cernache, ainda para lá da Anobra, enquanto ao norte orla a Serra da Boa-Viagem, sobe ao longo do emissário da lagoa da Vela, circunda o *Horst* de Montemor-o-Velho, para se estirar depois numa larga

faixa paralela ao Mondego, emitindo ramificações que atingem Ançã, Vil-de-Matos e Souselas; e acaba, finalmente, como acontece à secção meridional, por se estreitar junto de Coimbra”.

Quanto à largura do vale do Baixo Mondego (**Figura 35**), o incontornável autor da geografia portuguesa afirma que as aluviões aqui presentes dispõem de um enorme potencial agrícola, potencial este reforçado pelas cheias que outrora ocorriam nesta planície e que resultavam numa expansão significativa dessas mesmas aluviões, localizadas nesta que é a última parte do rio Mondego.

Como anteriormente foi referido, a área do Baixo Mondego disfruta de alguma amenidade climática. Em dois estudos conduzidos por Martinho e Seco (2001), nos quais procederam à análise da repartição da precipitação e do estado do tempo no território em estudo, ambos concluíram que há uma certa “[...] ‘meridionalidade’ do vale do Mondego entre a Figueira da Foz e a área de Montemor-o-Velho [...]” onde observam “[...] a importância do relevo na repartição da precipitação pois, os valores mais elevados ocorrem nas áreas de maior altitude” (Martinho e Seco, 2001, p. 226). Referem também que este território é caracterizado por uma forte variação e distribuição da precipitação ao longo do ano, o que evidencia o cariz mediterrânico do vale do Baixo Mondego e no qual os valores mais elevados de precipitação se registam na estação de Inverno.

As robustas variações dos valores climáticos que se registam ao longo do ano devem-se à prevalência de circulações anticiclónicas na época de Verão e de circulações atmosféricas perturbadas nos meses de Inverno. Como elucidam Martinho e Seco (2001, p. 226), quanto “a estes aspetos característicos da dinâmica atmosférica há que juntar todo um conjunto de condições locais de entre as quais se destacam a altitude e orientação do relevo, a disponibilidade de água no solo e a proximidade de mar que, em função das suas diferentes associações influenciam o estado do tempo ao longo do ano nas diversas áreas do Baixo Mondego”.

Todas estas variabilidades climáticas interferem com a observação de aves, ou não fosse esta uma atividade praticada ao ar livre.

Posto isto, apresentam-se de seguida as normais climatológicas relativas à temperatura do ar para Coimbra, ainda que provisórias para o intervalo balizado entre os anos de 1981 e 2010 (**Figura 36**).

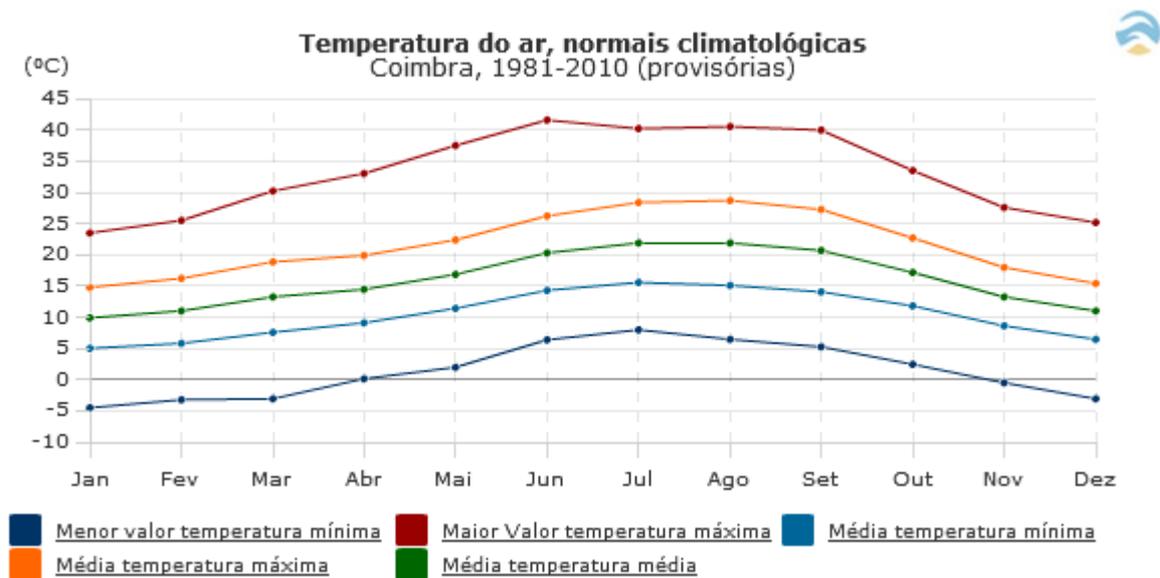


Figura 36 – Normais climatológicas provisórias relativas ao período de 1981–2010 de Coimbra.

Após uma análise pormenorizada ao intervalo de tempo das normais climatológicas, conclui-se que o menor valor de temperatura mínima se regista em Janeiro (-4,5 °C), e uma máxima que chega aos 8 °C em Julho. Quanto aos maiores valores de temperatura máxima oscilaram entre os 23,5 °C e os 41,6 °C, nos meses de Janeiro e Junho, respetivamente. Por outro lado, os valores médios de temperatura mínima variaram entre os 5 °C no mês de Janeiro e os 15,6 °C no mês de Julho. Por sua vez, os valores médios da temperatura máxima registaram o seu mínimo no mês de Janeiro com uma temperatura de 14,8 °C e o seu máximo a ser atingido no mês de Agosto (28,7 °C). Por fim, a média de temperatura média compreendeu-se entre os meses de Janeiro e os meses de Julho e Agosto (9,9 °C e 21,9 °C, na devida ordem).

Outra das características do vale do Baixo Mondego é a abundância de cursos de água, em grande parte representada pelo vale principal correspondente ao rio Mondego, mas também pelos vales secundários através dos seus afluentes, como a ribeira de Ega, rio Pranto, ribeira de Cernache, rio Arunca, ribeira de Fornos, rio da Foja e ribeira de Ançã. A paisagem é igualmente marcada pela presença de zonas húmidas, mas também de paus e sapais que atentam a dificuldade de escoamento das águas.

4.2. Caracterização da paisagem

Almeida, Soares, Cunha e Marques (1990) consideram o Baixo Mondego a porção mais ocidental da bacia hidrográfica do rio Mondego, “[...] aquela que se projecta para Ocidente da Portela no ponto onde, junto a Coimbra, o rio deixa o *Maciço Hespérico* e passa a cortar unidades da *Orla Meso-Cenozóica Ocidental* [...]”, sustentando logo de seguida que “é tão somente parte da bacia hidrográfica do Rio, região conduzida pelo «Mondego baixo», onde os elementos da estrutura geológica impõem regras ao desenvolvimento essencialmente esquerdo da rede de drenagem e justificam, em grande parte, o desenvolvimento morfológico, conduzindo o complexo significado do próprio campo” (Almeida et al., 1990, p. 17 e 18).

Soares, Cunha e Marques (1989) referem que a diversidade estrutural e lítica relativamente às múltiplas tipologias de solos, morfologias, cobertos vegetais e conseqüente uso por parte do ser humano, se vão traduzindo num gradual surgimento de um leque diferenciado de unidades paisagísticas, unidades estas, que na ótica de Almeida (1999) têm sido sujeitas a diversas análises de inúmeras perspetivas e com um grau de pormenor mais ou menos considerável.

Corria o ano de 1999 e comunicava o Professor Doutor António Campar de Almeida nas Actas de Encontros de Geomorfologia as conclusões do seu trabalho, intitulado *Apreciação da paisagem do Baixo Mondego*. Através da realização de vários itinerários pelas unidades paisagísticas da área em estudo e com recurso a um conjunto de pessoas, procurou ter uma perspetiva das tipologias de paisagem percecionadas por esses mesmos indivíduos relativamente ao Baixo Mondego. Esta investigação procurou perceber quais os elementos que estas pessoas melhor destacavam nas paisagens observadas, sem nada pré-estabelecido quanto ao que iam observar e apenas anotar aquilo que de melhor apreciavam ao seu redor.

Desta investigação sobressaíram dois tipos de paisagens características do Baixo Mondego, uma representada pela paisagem dos campos do Mondego e outra ilustrada pelas serras calcárias.

Relativamente à paisagem exibida pelos campos do Mondego, o mesmo autor sintetiza-a como “[...] uma planície larga subdividida por inúmeros campos ora inundados de água ora não, cortada por rios ladeados de árvores e atravessados por pontes que ligam povoações a bordejarem a planície e onde pontificam algumas casas solarengas, com sinais de alguma degradação. [...] Para jusante, e com a proximidade do mar, a planície

transforma-se com a presença dos barcos, das casas do sal, das gaiivotas e das pequenas ilhotas com sapal” (Almeida, 1999, p. 185).

Quanto à paisagem revelada pelas serras calcárias, Almeida (1999, p. 185) descreve-as como tendo “[...] um relevo mais ou menos acidentado onde o homem plantou vinhas e oliveiras e implantou pequenas povoações constituídas por casas de pedra. [...] Nalguns pontos a água brota em grande quantidade e é, e foi outrora, objecto de aproveitamento por animais e pessoas. Todo este cenário é enquadrado por serras ou montes, mais afastados ou mais próximos”.

As continuadas transformações do espaço efetuadas pela atividade humana nesta secção terminal da bacia hidrográfica do Mondego, surtiram fortes alterações na composição das paisagens do vale, nomeadamente pelas intervenções que tiveram lugar nas últimas décadas do século passado com vista à regularização do caudal do rio Mondego, tendo-se procedido à alteração radical do seu leito. O curso desta linha de água foi alterado para um traçado retilíneo que passou a circular entre diques, o que fez desaparecer alguns dos seus meandros e consequentes zonas húmidas, “[...] arrasando todo um sistema de compartimentação dos campos agrícolas que assegurava a ligação das zonas húmidas às encostas do vale” (D’Abreu, Correia e Oliveira, 2004, p. 161).

O regime hidrológico do rio Mondego caracteriza-se pela sua tipologia semi-torrencial, o que conjugado com algumas intervenções desproporcionadas contribuíram para as cheias e inundações que desde sempre se verificaram nos campos do Mondego, como referem Cunha, Soares, Tavares, Almeida e Santos (1999), tendo esta situação culminado no acontecimento extremo que teve lugar em 2001. A construção de outras estruturas humanas erguidas em plena planície aluvial e a incorreta gestão do armazenamento de águas nas albufeiras e represas para posterior controlo eficaz na eventualidade de ocorrência de cheias foram outras das causas apontadas para o sucedido logo após a viragem de século.

Prolongado até Montemor-o-Velho, o Estuário do Mondego é descrito por Moreira (2005, p. 243) como sendo “[...] um estuário aberto, com uma restinga na margem esquerda, um pequeno corpo lagunar, grandes mouchões alinhados no centro do canal [...], e rodeados por diques (ilha da Morraceira)”. Progressivamente, os sapais deram lugar às salinas e em áreas mais interiores a campos de arroz, designadamente o carolino e que usufrui desde 2015 de estatuto de Indicação Geográfica Protegida (IGP) da União Europeia (UE). Como elemento marcante na paisagem de Montemor-o-Velho encontra-se o castelo aí localizado e que outrora teve uma importante função defensiva dos campos do Mondego.

Relativamente à foz e ao local onde o rio desagua, a paisagem é caracterizada pela proeminência da ilha da Morraceira, ilha esta que é circundada por dois braços fluviais, braço norte e braço sul, misturando-se com águas oceânicas por meio das estruturas aqui edificadas: o Porto da Figueira da Foz na margem direita e a presença de esporões na margem esquerda.

Cabe aqui também fazer referência à Serra da Boa Viagem, que no seu ponto mais alto mal ultrapassa os 250 metros como indica Almeida (1998). Situada a norte da cidade da Figueira da Foz, é onde se localiza o Monumento Natural do Cabo Mondego, ainda que pelo caminho se encontrem os extensos areais da Figueira da Foz.

Todo este vale do Mondego tem a montante a cidade de Coimbra, cidade esta com um elevado valor patrimonial fruto da indissociável relação que mantém com a Universidade aí presente, a mais antiga de Portugal. É também de sublinhar que em 2013 foi inscrita na lista de Património Mundial da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) essa mesma instituição universitária, a par da Alta e da rua da Sofia.

Localizam-se também no Baixo Mondego as Áreas Importantes para as Aves (IBA) centrais neste trabalho de investigação: a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), o Paul da Madriz, o Paul do Taipal e o Estuário do Mondego. Inserido ainda neste território em estudo, está o Sítio Classificado dos Montes de Santa Olaia e Ferrestelo. Estas áreas protegidas designam uma estação arqueológica que data do período do Neolítico.

Apesar do enfoque desta investigação priorizar as áreas classificadas como Áreas Importantes para as Aves (IBA) no vale do Baixo Mondego até à foz do rio, parte residual do município de Mira já inclui algumas secções da Ria de Aveiro correspondentes às Dunas de Mira.

Assim, expõe-se de seguida e de forma sumariada as classificações para cada uma destas áreas presentes no Baixo Mondego (**Quadro 2**).

Classificações	Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA)	Paul da Madriz	Paul do Taipal	Estuário do Mondego	Dunas de Mira	Monumento Natural do Cabo Mondego	Montes de Santa Olaia e Ferrestelo
Área Importante para as Aves (IBA)	×	×	×	×			
Área Protegida	×					×	×
Reserva Biogenética do Conselho da Europa	×						
Sítio Classificado							×
Sítio da Rede Natura 2000	×				×		
Sítio Ramsar	×	×	×	×			
Zona de Proteção Especial (ZPE) para a Avifauna	×	×	×				

Quadro 2 – Tipos de classificações das áreas com estatuto de proteção que integram o Baixo Mondego. Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Moreira (2013, p. 252) (adaptado).

4.3. O turismo no território

Numa primeira parte do presente item foram identificadas com recurso ao Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT), as empresas que se encontram registadas nos municípios do Baixo Mondego e que disponibilizam como atividade observação de aves (**Figura 37**). Esta consulta de dados efetuada teve em consideração os agentes turísticos registados até 30 de Junho de 2018.

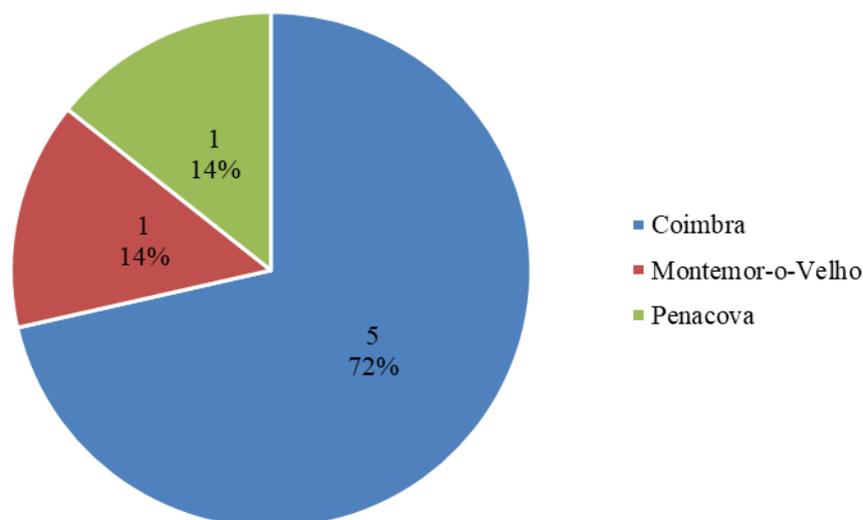


Figura 37 – Número de agentes de animação turística que oferecem a atividade observação de aves, registados nos municípios do Baixo Mondego, a 30 de Junho de 2018. Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT).

Conclui-se que é o município de Coimbra aquele que agrega o maior número de agentes de animação turística ligados à observação de aves (cinco agentes de animação turística), seguindo-se os municípios de Montemor-o-Velho e Penacova, cada um contabilizando uma empresa turística com serviços de *birdwatching* (**Figura 37**).

Relativamente aos restantes municípios que constituem o Baixo Mondego (Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira e Soure), não contam nos seus territórios com qualquer agente turístico com atividades relacionadas com a observação de aves (**Quadro 3**).

Denominação	Município	Ano de registo
Geoaventura – Actividades de Lazer e Desporto, Lda.	Coimbra	2003
Caminhos D'Água – Lazer Activo, Lda.	Coimbra	2006
Doctor Sport, Serviços Desportivos Lda	Coimbra	2011
Lago Queiroz Unipessoal Lda	Coimbra	2012
GSSDCRM (Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro) – Miro Viagens Lda.	Penacova	2016
Tiago Filipe Andrade Silva (RocknWalk Climbing Hiking Tours)	Montemor-o-Velho	2017
APPACDM de Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Coimbra	2017

Quadro 3 – Agentes de animação turística que segundo o Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) oferecem a atividade observação de aves no Baixo Mondego, a 30 de Junho de 2018. Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT).

De seguida, é apresentado um mapa (**Figura 38**) onde se encontram patentes os agentes de animação turística com atividades de *birdwatching*, por município e as Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego.

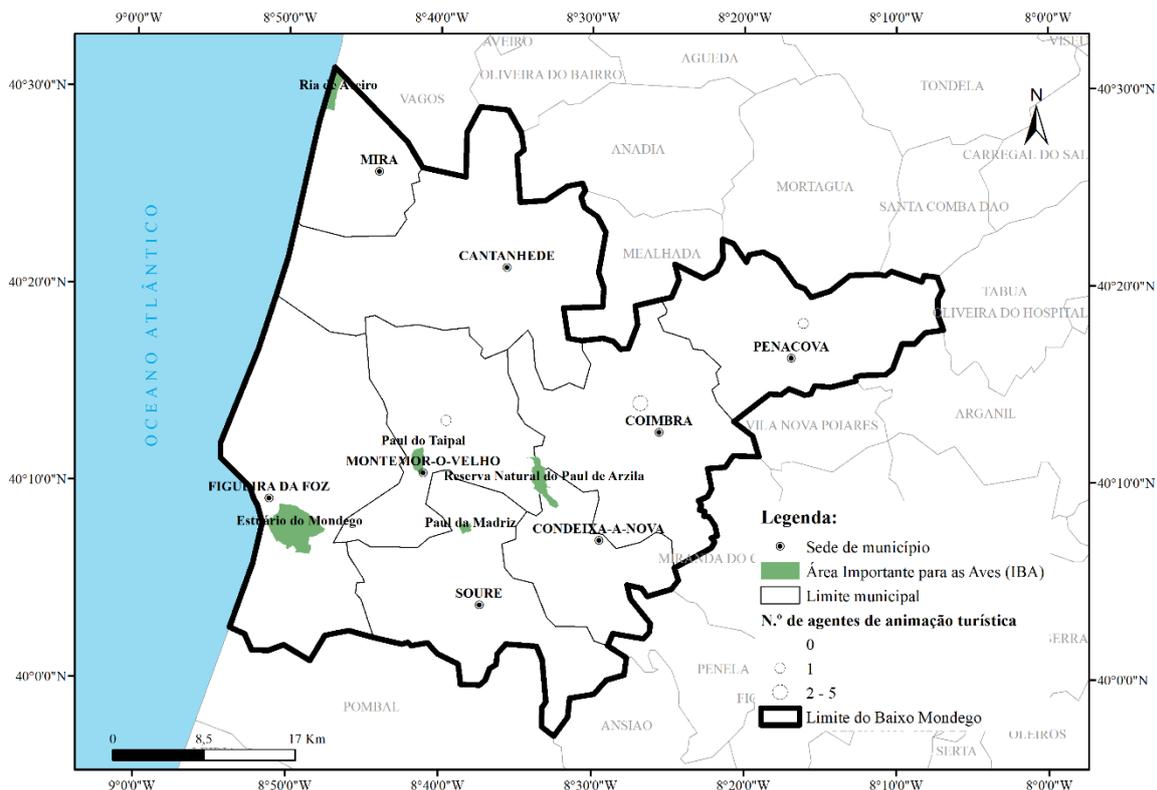


Figura 38 – Relação entre o número de agentes de animação turística, de observação de aves, por município e as Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego. Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Sobressai pela análise ao mapa anterior (**Figura 38**), o município de Coimbra. É neste território onde se concentra o maior número de agentes turísticos (cinco agentes de animação turística), que segundo o Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) estão relacionados com o turismo ornitológico, apesar de apenas se localizar aqui uma pequena fração da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA). Ambos os municípios de Montemor-o-Velho e de Penacova possuem cada um, um agente de animação turística de observação de aves, ainda que, o município de Penacova não usufrua de qualquer Área Importante para as Aves (IBA). Situação inversa se observa no município de Montemor-o-Velho, já que conta com o Paul do Taipal e uma porção da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA).

Tanto o município da Figueira da Foz como o município de Soure têm enquadrados nos seus territórios as Áreas Importantes para as Aves (IBA) Estuário do Mondego e Paul da Madriz, respetivamente, sendo por isso de estranhar o facto de não contarem com nenhum agente turístico com serviços de observação de aves nos seus municípios. A mesma situação se verifica se analisarmos os municípios de Condeixa-a-Nova e de Mira,

ainda que neles se situem apenas partes da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) e da Ria de Aveiro – Dunas de Mira.

Por último, o município de Cantanhede não possui qualquer empresa de animação turística de *birdwatching* nem Área Importante para as Aves (IBA).

Apesar de serem sete as empresas que se encontram nos registos em como disponibilizam observação de aves no território em estudo (**Quadro 3**), apenas duas delas na realidade o fazem (APPACDM de Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental e GSSDCRM [Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro] – Miro Viagens Lda.), como se encontra patente no Capítulo V desta Dissertação de Mestrado aquando da realização da entrevista telefónica a estes mesmos agentes turísticos.

Numa etapa posterior e através da consulta no Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos (RNET) foram apurados quais os empreendimentos de turismo no espaço rural presentes nos municípios do território em estudo, uma vez que, e após a revisão da literatura científica, o estabelecimento de parcerias entre organizações e empresas, nomeadamente no âmbito da hospedagem, é um fator tido em consideração pelos *birdwatchers* aquando da realização de atividades ligadas à observação de aves, tais como eventos de *birdwatching*. Quanto ao enquadramento jurídico dos empreendimentos de turismo no espaço rural e de acordo com o Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de março, estes podem ser classificados em casas de campo, agro-turismo e hotéis rurais. Ainda de acordo com esta legislação, os empreendimentos turísticos no espaço rural “[...] devem integrar-se nos locais onde se situam de modo a preservar, recuperar e valorizar o património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico das respectivas regiões, através da recuperação de construções existentes, desde que seja assegurado que esta respeita a traça arquitectónica da construção já existente” (Decreto-Lei 39/2008, p. 1444). A consulta de dados conduzida teve em conta os empreendimentos de turismo no espaço rural registados até ao dia 30 de Junho de 2018 (**Figura 39**).

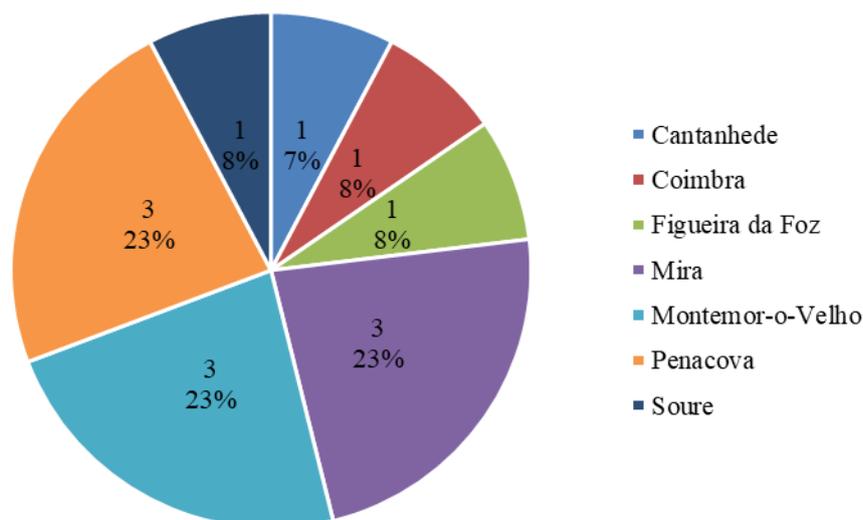


Figura 39 – Número de empreendimentos de turismo no espaço rural, localizados nos municípios do Baixo Mondego, a 30 de Junho de 2018.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos (RNET).

É possível constatar (**Figura 39**) que são os municípios de Mira, de Montemor-o-Velho e de Penacova aqueles que contam o número mais expressivo de empreendimentos de turismo no espaço rural, com cerca de três estabelecimentos deste tipo cada um. Conclui-se também que há municípios que possuem apenas um empreendimento de turismo no espaço rural, nomeadamente Cantanhede, Coimbra, Figueira da Foz e Soure.

Quanto ao município de Condeixa-a-Nova, este não detém no seu território qualquer empreendimento com características de turismo rural (**Quadro 4**).

Denominação	Município
Casa Águas Mansas	Cantanhede
Casa Morais	Coimbra
Quinta d'Anta, Hotel Rural	Figueira da Foz
Casa da Lagoa	Mira
Casa de Campo Colmeal	Mira
Lago Real	Mira
Campus Aquático	Montemor-o-Velho
Casa do Desporto	Montemor-o-Velho
Quinta Santo António do Cardal	Montemor-o-Velho
Casas no Terreiro	Penacova
Hotel Rural Quinta da Conchada	Penacova
Vale das Maias	Penacova
Villa Pedra Natural Houses	Soure

Aves (IBA) (Reserva Natural do Paul de Arzila [RNPA] e Estuário do Mondego, respetivamente).

Localizado a sul do município de Montemor-o-Velho, o município de Soure conta com um empreendimento de turismo no espaço rural e uma Área Importante para as Aves (IBA) sob sua jurisdição territorial, o Paul da Madriz.

Por sua vez, os municípios de Penacova, de Cantanhede e de Condeixa-a-Nova não permitem aferir qualquer relação entre o número de empreendimentos de turismo no espaço rural e as Áreas Importantes para as Aves (IBA). Tanto os municípios de Penacova e de Cantanhede dispõem de empreendimentos de turismo no espaço rural (três e um, respetivamente), mas nenhuma Área Importante para as Aves (IBA) no seu território. Relativamente ao município de Condeixa-a-Nova, este não apresenta nenhum empreendimento de turismo no espaço rural, embora porém inclua no seu território parte da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), o que eventualmente contribuirá para dificuldades acrescidas para quem procure visitar esta área classificada.

Apesar do foco das análises efetuadas se centrar no vale do Baixo Mondego, não deixa de ser pertinente sublinhar os três empreendimentos de turismo no espaço rural situados no município de Mira, a par de parte da Área Importante para as Aves (IBA) Ria de Aveiro correspondente às Dunas de Mira, o que na eventualidade da realização de atividades de *birdwatching* neste território ou de este ser incluído num produto turístico mais amplo e que englobe já todo o resto desta Área Importante para as Aves (IBA) que se estende para o Baixo Vouga, possibilitará o retirar de alguma vantagem económica por parte dos empreendimentos de turismo no espaço rural presentes no município de Mira se a oferta se estruturar e realizar algum tipo de promoção ou de parcerias.

4.4. Estratégias de âmbito regional

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o intervalo de programação que compreendeu os anos 2007 – 2013, surgiu, através da Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) o Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), tendo este consistido na implementação de oito programas de ação, entre os quais se encontra o *Buy Nature* – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas. Todos estes

programas tiveram como incidência territorial a Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) II Região Centro de Portugal, mais concretamente os territórios que se apresentavam à data com uma baixa densidade populacional e nos quais se verificavam escassas oportunidades de desenvolvimento.

O programa de ação *Buy Nature* – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas procurou reforçar o turismo de natureza em áreas classificadas no interior centro de Portugal, evidenciando, deste modo, a não inclusão das Áreas Importantes para as Aves (IBA) centrais a toda esta investigação: Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), Paul da Madriz, Paul do Taipal e Estuário do Mondego.

Atualmente em execução encontra-se a Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, também designada por RIS3. Iniciada em 2014, esta estratégia de desenvolvimento regional vai vigorar até ao ano de 2020 e é coordenada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).

Apesar de a RIS3 ser direcionada para o Centro de Portugal e estar agrupada em cinco cadernos distintos, cada um dedicado a uma temática diferente, não se encontra nenhuma proposta para o turismo ornitológico no Baixo Mondego. Isto é também revelador que o desenvolvimento estratégico da região continua a não assentar neste produto turístico do turismo de natureza, como ficou patente tanto pela análise efetuada ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) *Buy Nature* – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas (2007 – 2013) como à atual RIS3 (2014 – 2020), o que é evidenciador do carácter negligenciador por parte de quem organiza estas políticas territoriais ou até mesmo os programas de financiamento comunitário, apesar de serem quatro as Áreas Importantes para as Aves (IBA) com potencialidades para o *birdwatching*, como se pretende demonstrar com a realização deste trabalho. Posto isto, e não sendo uma prioridade, vai-se continuar a manter o atual estado de degradação e de não aproveitamento dos recursos que se encontram neste território.

4.5. Áreas Importantes para as Aves (IBA) da região em estudo

Nesta secção que agora se inicia do presente Capítulo IV, são caracterizadas as três zonas húmidas presentes no vale do Baixo Mondego (Reserva Natural do Paul de Arzila [RNPA], Paul da Madriz e Paul do Taipal) e o Estuário do Mondego, sendo evidente a relação estreita que todas estas Áreas Importantes para as Aves (IBA) mantêm com o rio Mondego (**Figura 41**).

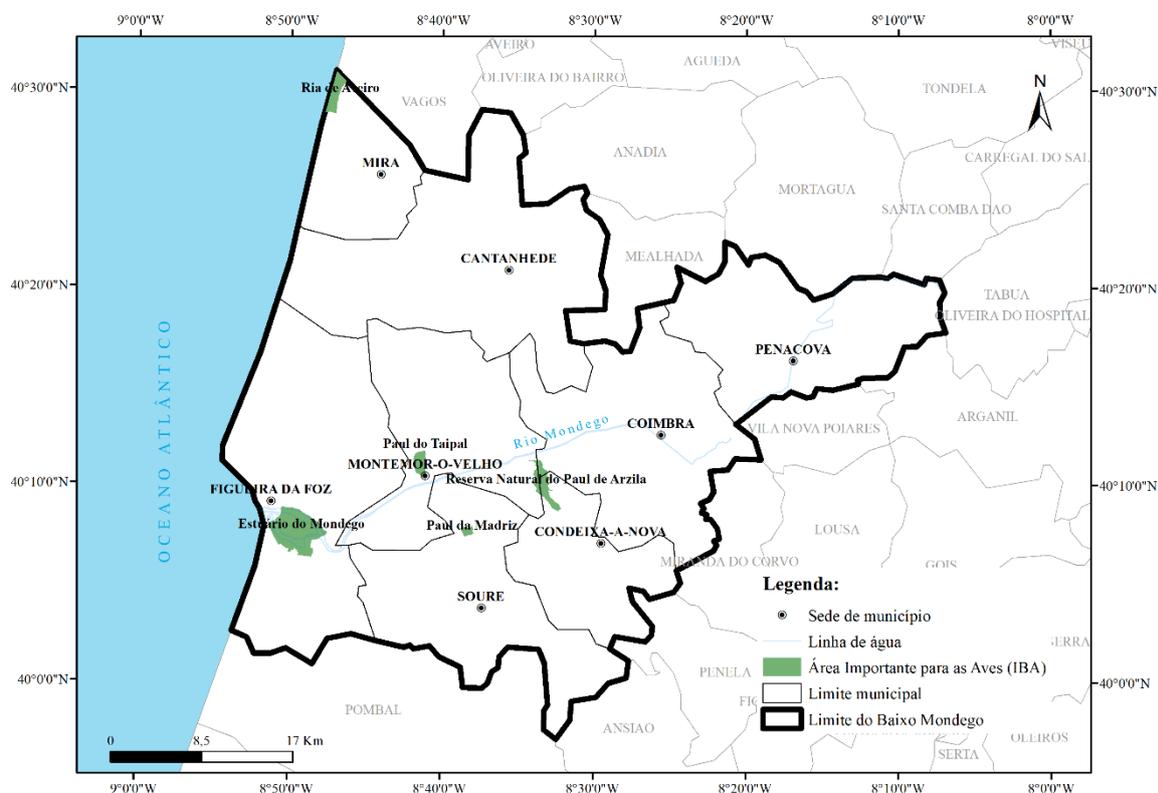


Figura 41 – Localização geográfica das Áreas Importantes para as Aves (IBA) na região em estudo. Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Para cada uma destas Áreas Importantes para as Aves (IBA) anteriormente identificadas (**Figura 41**), foi efetuada a sua descrição e o seu enquadramento geográfico, mas também exibidas várias fotografias a evidenciar o seu atual estado. Relativamente às listas de espécies de aves aqui trazidas para cada uma destas áreas classificadas, recorreu-se ao Portal Aves de Portugal com o objetivo de efetuar uma caracterização ornitológica completa para cada uma das áreas com estatuto de proteção deste território.

4.5.1. Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA)

Repartida pelos municípios de Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho e Coimbra (Figura 41), a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) – Figura 42 – (N 40°10'55.88" W 8°33'14.57" – Figura 43) ocupa uma extensão aproximada de 482 hectares. É de todos os paus do Baixo Mondego aquele que dispõe de maior superfície e de estatutos de proteção: Área Importante para as Aves (IBA), Área Protegida, Reserva Biogenética do Conselho da Europa, Sítio da Rede Natura 2000, Sítio Ramsar e Zona de Proteção Especial (ZPE) para a Avifauna (Quadro 2).



Figura 42 – Logótipo da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA).
Fonte: Natural.PT (2018b).

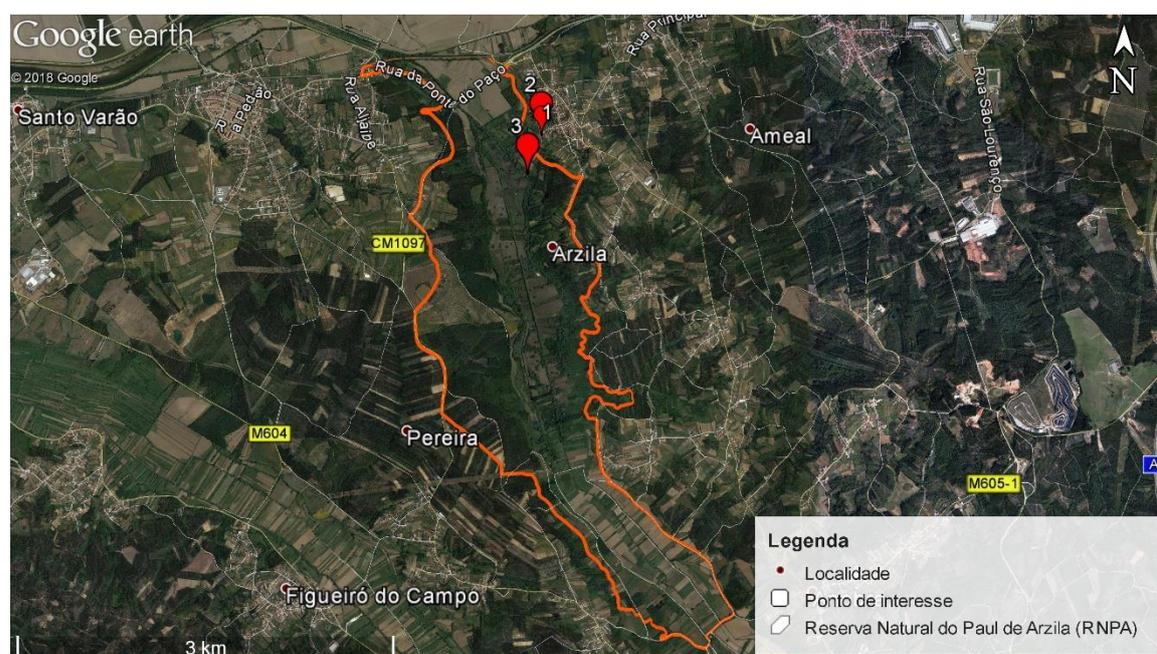


Figura 43 – Localização geográfica da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA).
Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) é uma área classificada de características húmidas, localiza-se na margem esquerda do rio Mondego e encontra-se enquadrada na ribeira de Cernache (**Figura 43**). Entre as espécies florestais dispersas por esta área classificada contam-se carvalhos (*Quercus robur*), eucaliptos (*Eucalyptus globulus*), pinheiros-bravos (*Pinus pinaster*) e pinheiros-mansos (*Pinus pinea*).

Carvalho (2016) destaca a função desempenhada pela Universidade de Coimbra nesta área classificada, por meio de investigações aqui desenvolvidas ou por projetos de reintrodução de espécies em ambiente natural.

Estão de seguida agrupadas três fotografias tiradas na Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) (**Figura 44**), fotografias estas que têm correspondência aos números salientados aquando do posicionamento geográfico desta área classificada (**Figura 43**), exibindo desta forma os equipamentos aqui patentes e que os visitantes podem desfrutar nesta Área Importante para as Aves (IBA).



Figura 44 – Em cima, painel informativo da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) (1); ao centro, Centro de Interpretação da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) (2); e em baixo, torre de observação de aves (3).

Fotografias de Diogo Mateus, Março de 2018.

O interesse ornitológico desta Área Importante para as Aves (IBA) reside na migração outonal que aqui ocorre, permanecendo neste território as aves até ao Inverno, servindo de local de refúgio e também de *habitat* para a sua reprodução ou alimentação. Apesar de a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) beneficiar do maior número de classificações entre as áreas classificadas do Baixo Mondego, é também aquela que menos espécies de aves detém registadas, conforme o Portal Aves de Portugal (2018a):

- Aves aquáticas:
 - Caimão ou Galinha-sultana (*Porphyrio porphyrio*);
 - Galeirão ou Galeirão-comum (*Fulica atra*);
 - Galinha-d'água (*Gallinula chloropus*);
 - Garça-real (*Ardea cinerea*);
 - Garça-vermelha (*Ardea purpurea*);
 - Guarda-rios (*Alcedo atthis*);
 - Marrequinha ou Marrequinha-comum (*Anas crecca*);
 - Narceja-comum (*Gallinago gallinago*);
 - Pato-real (*Anas platyrhynchos*);
- Grandes aves terrestres:
 - Bútio-comum ou Águia-d'asa-redonda (*Buteo buteo*);
 - Cegonha-branca (*Ciconia ciconia*);
 - Milhafre-preto (*Milvus migrans*);
 - Tartaranhão-ruivo-dos-pauis (*Circus aeruginosus*);
- Passeriformes:
 - Escrevedeira-dos-caniços (*Emberiza schoeniclus*);
 - Estrelinha-real ou Estrelinha-de-cabeça-listada (*Regulus ignicapilla*);
 - Felosa-comum (*Phylloscopus collybita*);
 - Felosa-musical (*Phylloscopus trochilus*);
 - Felosa-unicolor ou Cigarrinha-ruiva (*Locustella luscinioides*);
 - Fuinha-dos-juncos (*Cisticola juncidis*);
 - Papa-moscas-preto (*Ficedula hypoleuca*);
 - Petinha-dos-prados (*Anthus pratensis*);
 - Rouxinol-bravo (*Cettia cetti*);
 - Rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*).

4.5.2. Paul da Madriz

A área classificada do Paul da Madriz (N 40°8'15.47" W 8°38'11.90" – **Figura 45**) localiza-se no município de Soure (**Figura 41**) e possui uma extensão aproximada de 89 hectares, o que faz dela a Área Importante para as Aves (IBA) de menor dimensão do Baixo Mondego. Para além de ser uma Área Importante para as Aves (IBA), dispõe de outras classificações, ser um Sítio Ramsar e uma Zona de Proteção Especial (ZPE) para a Avifauna (**Quadro 2**).

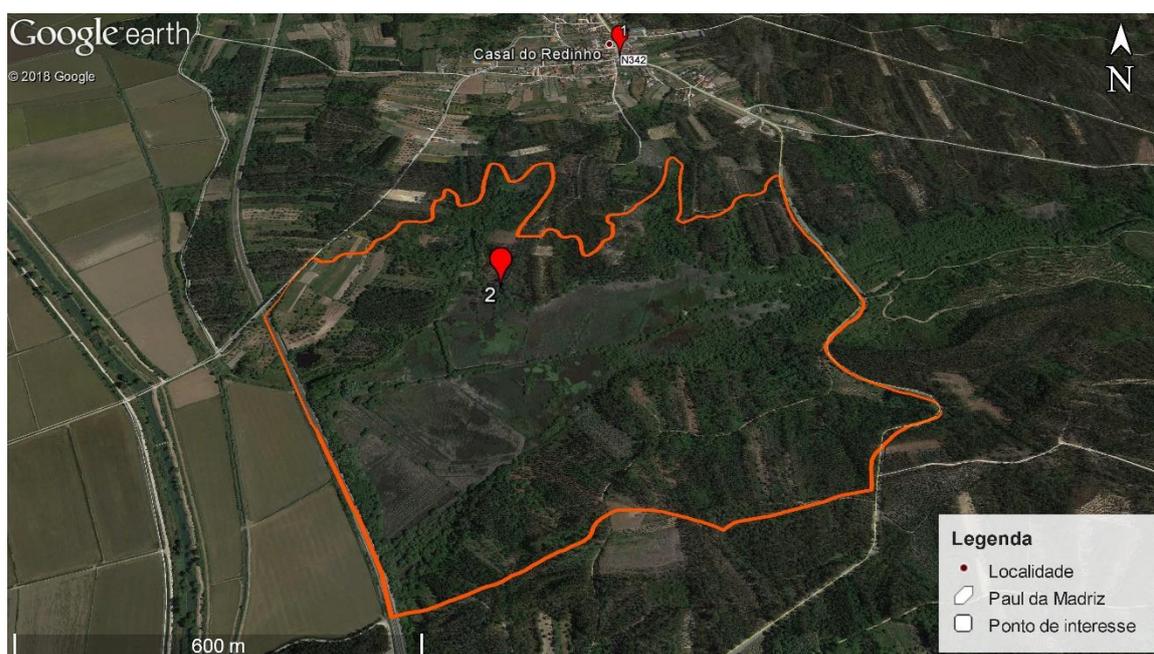


Figura 45 – Localização geográfica do Paul da Madriz.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

O Paul da Madriz consiste numa zona húmida, situada na margem direita do rio Arunca e a sul da localidade de Casal do Redinho e na qual outrora imperou a orizicultura, coincidindo na atualidade parte dos seus limites com os campos de arroz ainda aí presentes (**Figura 45**). A mancha florestal desta área classificada é em si caracterizada pela predominância do pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*).

As imagens que de seguida se apresentam (**Figura 46**), foram fotografadas exatamente nos pontos sinalizados na imagem relativa à localização geográfica do Paul da Madriz (**Figura 45**), e espelham aquilo que se pode usufruir nesta Área Importante para as Aves (IBA).



Figura 46 – Em cima, painel informativo do Paul da Madriz (1); e em baixo, casa de observação de aves (2). Fotografias de Diogo Mateus, Março de 2018.

De todas as Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego, é o Paul da Madriz aquele que regista o maior número de espécies de aves (42 espécies de aves), constituindo por isso um enorme valor de vida selvagem e um autêntico santuário ornitológico, quer seja pelas aves que aqui nidificam ou se refugiam na estação invernal quer seja como ponto de paragem para aquelas que efetuam rotas migratórias e aqui se alimentam. Segundo o Portal Aves de Portugal (2018b), encontram-se nesta área classificada as seguintes espécies de aves, divididas em três grupos:

- Aves aquáticas:
 - Caimão ou Galinha-sultana (*Porphyrio porphyrio*);
 - Combatente (*Calidris pugnax*);
 - Frisada (*Anas strepera*);

- Garça-real (*Ardea cinerea*);
- Garça-vermelha (*Ardea purpurea*);
- Garçote (*Ixobrychus minutus*);
- Guarda-rios (*Alcedo atthis*);
- Maçarico-galego (*Numenius phaeopus*);
- Marrequinha ou Marrequinha-comum (*Anas crecca*);
- Narceja-comum (*Gallinago gallinago*);
- Pato-real (*Anas platyrhynchos*);
- Pato-trombeteiro (*Anas clypeata*);
- Grandes aves terrestres:
 - Abide (*Vanellus vanellus*);
 - Açor (*Accipiter gentilis*);
 - Bufo-pequeno (*Asio otus*);
 - Bútio-comum ou Águia-d'asa-redonda (*Buteo buteo*);
 - Cegonha-branca (*Ciconia ciconia*);
 - Coruja-do-mato (*Strix aluco*);
 - Coruja-do-nabal (*Asio flammeus*);
 - Galinhola (*Scolopax rusticola*);
 - Gavião ou Gavião-da-Europa (*Accipiter nisus*);
 - Milhafre-preto (*Milvus migrans*);
 - Ógea ou Falcão-tagarote (*Falco subbuteo*);
 - Tartaranhão-ruivo-dos-pauis (*Circus aeruginosus*);
- Passeriformes:
 - Chapim-rabilongo (*Aegithalos caudatus*);
 - Cotovia-arbórea (*Lullula arborea*);
 - Dom-fafe (*Pyrrhula pyrrhula*);
 - Escrevedeira-dos-caniços (*Emberiza schoeniclus*);
 - Estrelinha-real ou Estrelinha-de-cabeça-listada (*Regulus ignicapilla*);
 - Felosa-comum (*Phylloscopus collybita*);
 - Felosa-dos-juncos (*Acrocephalus schoenobaenus*);
 - Felosa-musical (*Phylloscopus trochilus*);
 - Felosa-poliglota (*Hippolais polyglotta*);
 - Felosa-unicolor ou Cigarrinha-ruiva (*Locustella luscinioides*);

- Ferreirinha-comum (*Prunella modularis*);
- Fuinha-dos-juncos (*Cisticola juncidis*);
- Papa-moscas-preto (*Ficedula hypoleuca*);
- Petinha-dos-prados (*Anthus pratensis*);
- Pisco-de-peito-azul (*Luscinia svecica*);
- Rouxinol-bravo (*Cettia cetti*);
- Rouxinol-grande-dos-caniços (*Acrocephalus arundinaceus*);
- Rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*).

Como anteriormente foi referido e apesar do Paul da Madriz ser aquele que dispõe do maior número de espécies de aves registadas entre as quatro Áreas Importantes para as Aves (IBA) da região em estudo, é também a área classificada que em pior estado de conservação se encontra, estado este observado aquando da realização de trabalho de campo por este paul e que comprova a condição de abandono e degradação a que tem sido sujeito por parte das entidades por si responsáveis (**Figura 47**), apresentando-se por isso como o território que mais necessita de uma intervenção prioritária com vista à sua valorização e preservação.



Figura 47 – Outrora placa de informação em pleno Paul da Madriz.
Fotografia de Diogo Mateus, Março de 2018.

4.5.3. Paul do Taipal

Localizada no município de Montemor-o-Velho e em pleno vale do Baixo Mondego (**Figura 41**), a área classificada do Paul do Taipal (N 40° 10' 39.38" W 8° 41' 1.12" – **Figura 48**) estende-se por uma superfície aproximada de 233 hectares e agrega as seguintes classificações: Área Importante para as Aves (IBA), Sítio Ramsar e Zona de Proteção Especial (ZPE) para a Avifauna (**Quadro 2**).

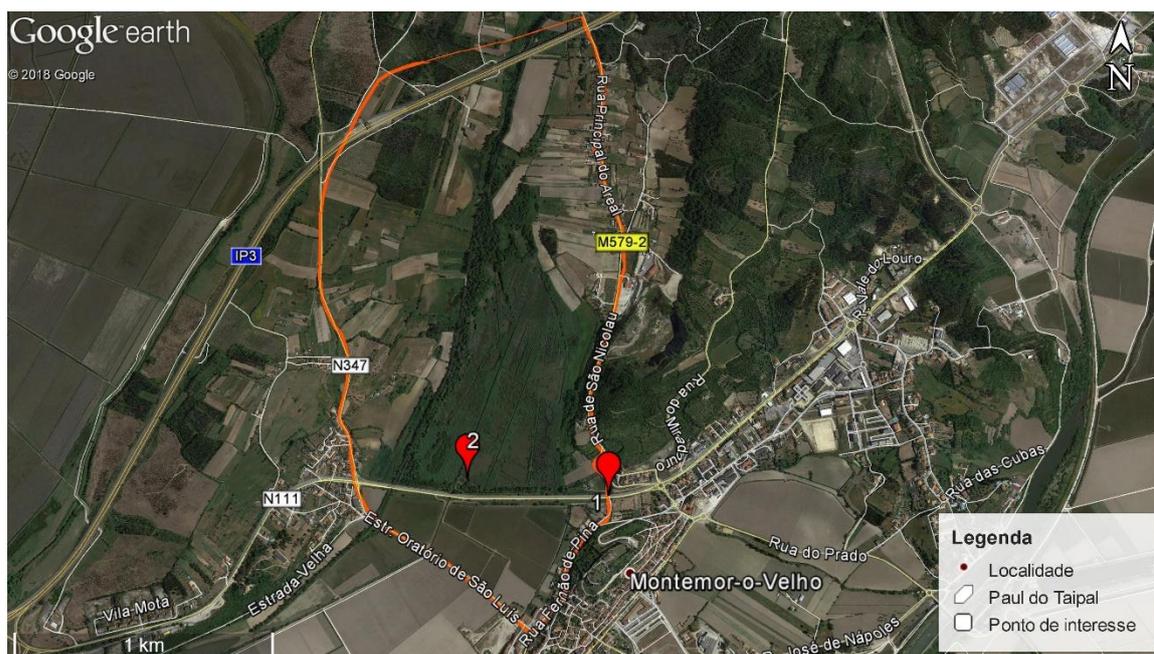


Figura 48 – Localização geográfica do Paul do Taipal.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Rodeada por infraestruturas rodoviárias, a área classificada do Paul do Taipal é interetada a norte pelo Itinerário Principal 3 (IP3) e a sul pela Estrada Nacional 111 (N111), partilhando parte dos seus limites com os arrozais aqui presentes (**Figura 48**). A proximidade a estas vias de comunicação poderá eventualmente criar algum tipo de perturbação a este espaço natural, como às aves aquáticas a que aqui acorrem, ou não fosse esta uma área de características húmidas. O coberto vegetal desta Área Importante para as Aves (IBA) é composto principalmente por caniço (*Phragmites australis*) mas também por algum eucalipto (*Eucalyptus globulus*).

De seguida, são expostas duas imagens (**Figura 49**) cujos pontos indicados no enquadramento geográfico do Paul do Taipal (**Figura 48**) correspondem à posição exata onde estas mesmas fotografias foram recolhidas, tendo-se procurado deste modo ilustrar a sinalética e o equipamento presentes nesta área classificada.



Figura 49 – Em cima, sinalização rodoviária alusiva ao Paul do Taipal (1); e em baixo, plataforma de observação de aves (2).

Fotografias de Diogo Mateus, Março de 2018.

O valor ornitológico desta área classificada incide fundamentalmente nas aves que para aqui migram no Outono, tornando-se no Inverno num local de refúgio e, conseqüente, área de reprodução. De acordo com o Portal Aves de Portugal (2018c), o Paul do Taipal possui registadas as seguintes espécies de aves no seu território, organizadas aqui em quatro conjuntos:

- Aves aquáticas:
 - Abetouro (*Botaurus stellaris*);
 - Caimão ou Galinha-sultana (*Porphyrio porphyrio*);
 - Colhereiro (*Platalea leucorodia*);
 - Corvo-marinho-de-faces-brancas (*Phalacrocorax carbo*);

- Frisada (*Anas strepera*);
- Garça-real (*Ardea cinerea*);
- Garça-vermelha (*Ardea purpurea*);
- Garçote (*Ixobrychus minutus*);
- Goraz ou Garça-noturna (*Nycticorax nycticorax*);
- Guarda-rios (*Alcedo atthis*);
- Marrequinha ou Marrequinha-comum (*Anas crecca*);
- Narceja-comum (*Gallinago gallinago*);
- Pato-real (*Anas platyrhynchos*);
- Pato-trombeteiro (*Anas clypeata*);
- Pernilongo (*Himantopus himantopus*);
- Grandes aves terrestres:
 - Açor (*Accipiter gentilis*);
 - Águia-calçada (*Aquila pennata*);
 - Bufo-real (*Bubo bubo*);
 - Garça-boieira (*Bubulcus ibis*);
 - Milhafre-preto (*Milvus migrans*);
 - Peneireiro-vulgar (*Falco tinnunculus*);
 - Tartaranhão-ruivo-dos-pauis (*Circus aeruginosus*);
- Passeriformes:
 - Escrevedeira-dos-caniços (*Emberiza schoeniclus*);
 - Felosa-comum (*Phylloscopus collybita*);
 - Felosa-dos-juncos (*Acrocephalus schoenobaenus*);
 - Felosa-musical (*Phylloscopus trochilus*);
 - Felosa-unicolor ou Cigarrinha-ruiva (*Locustella luscinioides*);
 - Fuinha-dos-juncos (*Cisticola juncidis*);
 - Pisco-de-peito-azul (*Luscinia svecica*);
 - Rouxinol-bravo (*Cettia cetti*);
 - Rouxinol-grande-dos-caniços (*Acrocephalus arundinaceus*);
 - Rouxinol-pequeno-dos-caniços (*Acrocephalus scirpaceus*);
- Raridades:
 - Felosa-bilistada (*Phylloscopus inornatus*);
 - Pelicano-vulgar ou Pelicano-branco (*Pelecanus onocrotalus*).

Tal como se verificou no Paul da Madriz, o Paul do Taipal exhibe um fraco estado de conservação, tendo o trabalho de campo desenvolvido permitido evidenciar a visível falta de manutenção a que esta Área Importante para as Aves (IBA) tem estado votada (**Figura 50**).



Figura 50 – Painel informativo do Paul do Taipal descolorido. Fotografia de Diogo Mateus, Março de 2018.

4.5.4. Estuário do Mondego

O Estuário do Mondego (N 40°08'07.12" W 8°49'46.84" – **Figura 51**) enquadra-se no município da Figueira da Foz (**Figura 41**) e é a maior Área Importante para as Aves (IBA) das quatro aqui analisadas e que integram o Baixo Mondego, dispendo de uma área aproximada de 1 518 hectares. Como outras classificações, esta área classificada é também Sítio Ramsar (**Quadro 2**).



Figura 51 – Localização geográfica do Estuário do Mondego.
 Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Moreira (2011) refere-se ao Estuário do Mondego como um ambiente aquático natural, ou não se localizasse ele em plena foz do rio Mondego. Cordeiro e Paredes (2013) descrevem o Estuário do Mondego como sendo um “[...] território caracterizado por baixas altitudes e de formação muito recente, [que] integra diferentes setores, dos quais se destaca, pela sua riqueza, a Ilha da Morraceira”. A ilha da Morraceira destaca-se na paisagem (**Figura 51**), mas também os sapais, os caniçais, as salinas, as pisciculturas e os arrozais, como enumera Moreira (2013).

Conforme anteriormente foi mencionado, esta ilha é circundada pela divisão do rio Mondego pelos braços fluviais norte e sul. Na margem direita desta área classificada, situa-se a localidade de Vila Verde, enquanto na margem esquerda encontram-se as povoações da Cova e da Gala. O verdadeiro valor ornitológico do Estuário do Mondego reside precisamente nesta ilha, constituindo-se como um refúgio para determinadas espécies de aves, sobretudo nos meses de Inverno.

Cabe aqui também destacar o Núcleo Museológico do Sal, estabelecido no ano de 2007. Este espaço museológico localiza-se na Salina Municipal do Corredor da Cobra e integra-se na estratégia delineada pelo poder local com o propósito de transmitir e salvaguardar as tradições e memórias de outrora, ligadas à salicultura e ao seu impacto na cidade da Figueira da Foz. Apesar destas explorações de sal distribuídas pela ilha da Morraceira virem a registar uma perda significativa da importância económica que outrora

representaram para este território, e até um certo abandono, algumas destas áreas de produção de sal foram reconvertidas em zonas de aquicultura com recurso a financiamentos europeus. Neste território foram também materializadas duas rotas, a das salinas (pedestre) e a fluvial, percorrendo esta última o Estuário do Mondego através de passeios de barco.

As fotografias que a seguir se exibem (**Figura 52**) procuraram mostrar um pouco da realidade em que está o Estuário do Mondego e cujos números realçados na imagem anterior (**Figura 51**) condizem precisamente com as coordenadas geográficas onde foram retratadas.



Figura 52 – Em cima, uma das espécies de aves do Estuário do Mondego: Flamingos-rosados (*Phoenicopterus roseus*) (1); e em baixo, pormenor das Salinas Corredor do Sol (2). Fotografias de Diogo Mateus, Março de 2018.

Dado que o Estuário do Mondego confluência tanto com águas do rio como com águas oceânicas, não é de admirar que possua o maior número de espécies de aves

aquáticas, quando comparado com as restantes Áreas Importantes para as Aves (IBA) aqui caracterizadas e como a seguir se comprova. Recorrendo uma última vez ao Portal Aves de Portugal (2018d), as espécies de aves deste território classificado foram distribuídas em quatro grupos:

- Aves aquáticas:
 - Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*);
 - Borrelho-de-coleira-interrompida (*Charadrius alexandrinus*);
 - Borrelho-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*);
 - Corvo-marinho-de-faces-brancas (*Phalacrocorax carbo*);
 - Flamingo-rosado (*Phoenicopterus roseus*);
 - Gaivota-argêntea (*Larus michahellis*);
 - Gaivota-d'asa-escura (*Larus fuscus*);
 - Gaivotão-real (*Larus marinus*);
 - Garajau-comum (*Sterna sandvicensis*);
 - Garça-branca-pequena (*Egretta garzetta*);
 - Garça-real (*Ardea cinerea*);
 - Guincho-comum (*Larus ridibundus*);
 - Maçarico-das-rochas (*Actitis hypoleucos*);
 - Perna-verde-comum (*Tringa nebularia*);
 - Perna-vermelha-comum (*Tringa totanus*);
 - Pernilongo (*Himantopus himantopus*);
 - Pilrito-comum (*Calidris alpina*);
 - Rola-do-mar (*Arenaria interpres*);
- Grandes aves terrestres:
 - Tartaranhão-ruivo-dos-pauis (*Circus aeruginosus*);
- Passeriformes:
 - Alvéola-amarela (*Motacilla flava*);
 - Alvéola-branca (*Motacilla alba*);
 - Cartaxo-comum (*Saxicola rubicola*);
 - Estorninho-malhado (*Sturnus vulgaris*);
 - Estorninho-preto (*Sturnus unicolor*);
 - Felosa-comum (*Phylloscopus collybita*);
 - Rabirruivo-preto (*Phoenicurus ochruros*);
- Raridades:

- Flamingo-pequeno (*Phoenicopterus minor*);
- Gaivota-de-bico-riscado (*Larus delawarensis*);
- Gaivota-prateada (*Larus argentatus*);
- Pato-ferrugíneo (*Tadorna ferruginea*);
- Perna-amarela-pequeno (*Tringa flavipes*).

É de salientar que de todas as Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego, e ainda que haja um predomínio claro de aves aquáticas, é possível observar nesta área classificada do Estuário do Mondego a maior comunidade de aves tidas como raridades pelo Portal Aves de Portugal, comparativamente aos outros territórios aqui analisados, constituindo deste modo uma motivação importante para os observadores de aves que procurem o município da Figueira da Foz para fazerem *birdwatching*.

Concluídas as descrições das quatro Áreas Importantes para as Aves (IBA) incluídas na região do Baixo Mondego, apresenta-se de seguida um quadro síntese com as características principais de cada uma delas (**Quadro 5**).

Características	Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA)	Paul da Madriz	Paul do Taipal	Estuário do Mondego	Total
Área	482 ha	89 ha	233 ha	1 518 ha	2 322 ha
Município(s)	Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho e Coimbra	Soure	Montemor-o-Velho	Figueira da Foz	5
Aves aquáticas	9	12	15	18	54
Grandes aves terrestres	4	12	7	1	24
Passeriformes	10	18	10	7	45
Raridades	–	–	2	5	7

Quadro 5 – Síntese das características principais das Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018.

Após uma análise cuidada às informações anteriores (**Quadro 5**), deduz-se que existe na região do Baixo Mondego 2 322 hectares de área classificada como Área Importante para as Aves (IBA), distribuída pela Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), pelos paus da Madriz e do Taipal e pelo Estuário do Mondego, evidenciando-se este último como a maior de todas as Áreas Importantes para as Aves (IBA). Dos oito municípios que constituem a região do Baixo Mondego, apenas cinco deles (Condeixa-a-

Nova, Montemor-o-Velho, Coimbra, Soure e Figueira da Foz) possuem território classificado como Área Importante para as Aves (IBA), estando a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) dividida por três municípios – Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho e Coimbra. Verifica-se um predomínio claro de espécies de aves aquáticas (54 espécies de aves) e de passeriformes (45 espécies de aves) e um número significativo de espécies de aves tidas como raridades, essencialmente, situadas na Área Importante para as Aves (IBA) Estuário do Mondego. É no Paul da Madriz onde se contam mais espécies de aves registadas (42 espécies de aves), apesar de ser a Área Importante para as Aves (IBA) de menores dimensões (89 hectares).

Encontra-se de seguida apresentada, a proposta de um roteiro de observação de aves para a região do Baixo Mondego.

4.6. Proposta de um roteiro ornitológico para o Baixo Mondego

Após a caracterização de cada uma das Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego e de se terem destacado os recursos ornitológicos que cada uma possui, mas também os equipamentos presentes, impõe-se nesta secção do presente Capítulo IV desta Dissertação de Mestrado, apresentar a proposta de itinerário que intitula este trabalho de investigação (**Figura 53**).

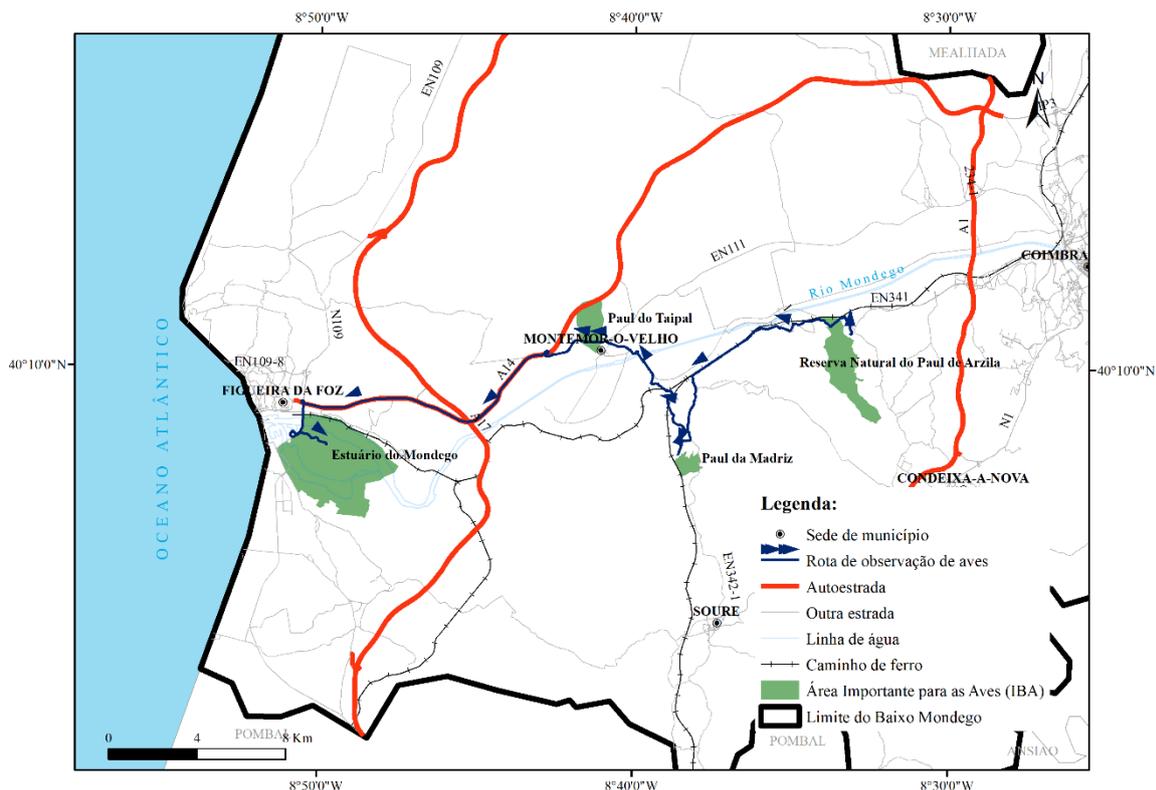


Figura 53 – Proposta da rota a ser desenvolvida.

Elaboração: Diogo Mateus, 2018. Fonte dos dados: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

O percurso aqui proposto (**Figura 53**), percorre todas as Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego, configurando este território uma elevada relevância ornitológica, quer seja pelas espécies de aves endémicas quer seja pelas algumas espécies de aves de observação rara aqui registadas, raridade esta que potencia a afirmação do Baixo Mondego no âmbito do turismo ornitológico.

O percurso aqui desenvolvido é estruturado em torno do rio Mondego, no sentido Coimbra – Figueira da Foz, isto é, de montante para jusante, enquadrado numa paisagem única e com boas acessibilidades. Dado que o vale do Baixo Mondego consiste numa planície de características aluviais, o grau de dificuldade do percurso é reduzido e sem grandes variações de declive. É notória também a relativa proximidade geográfica entre as áreas com estatuto de proteção onde é possível observar aves.

Este itinerário inicia-se na área classificada da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) e termina na Área Importante para as Aves (IBA) Estuário do Mondego, percorrendo todo o vale da região em estudo e interetando várias vias de comunicação. Entre as áreas com estatuto de proteção anteriormente mencionadas, localizam-se os paus da Madriz e do Taipal. Este percurso foi projetado tendo em consideração a trajetória mais

curta possível e, neste caso, selecionado o automóvel como meio de transporte, perfazendo um total de aproximadamente 40 quilómetros (cerca de 42.4 km de comprimento).

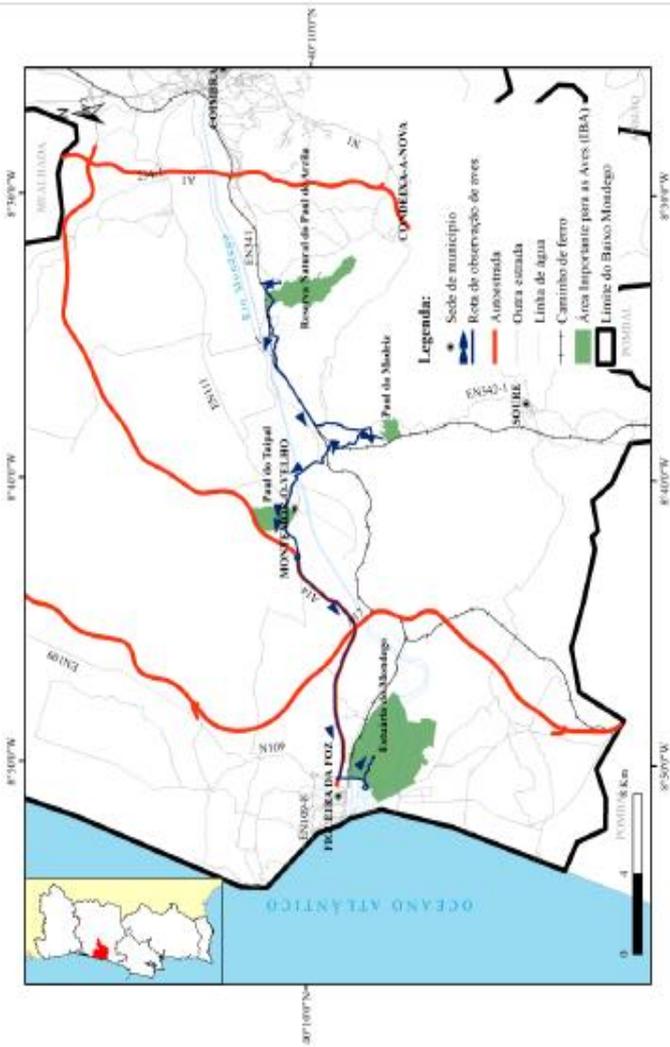
Agregando todas estas informações apresentadas, procedeu-se à elaboração de uma brochura tipo, denominada *Rota de observação de aves no Baixo Mondego* (**Figura 54**). Nela está patente o percurso anteriormente proposto (**Figura 53**), a localização de todas as Áreas Importantes para as Aves (IBA) do vale do Baixo Mondego até à foz, mas também as coordenadas geográficas de cada uma destas áreas classificadas para uma mais fácil localização.

Esta brochura foi desenvolvida em formato bilingue, português e inglês, possui uma pequena caixa de texto na eventualidade de ser necessário fazer anotações no campo e está dividida por grupo de espécies de aves – aves aquáticas, grandes aves terrestres, passeriformes e raridades –, encontrando-se o nome das espécies em latim, para que deste modo qualquer turista o interprete, independentemente do seu idioma.

A enriquecer esta brochura são apresentadas fotografias tiradas ao longo do vale do Baixo Mondego.

Rota de observação de aves no Baixo Mondego

Baixo Mondego Birding Trail



Reserva Natural do Paul de Arzila GPS N 40°10'55.88" | W 8°33'14.57"
 Paul da Madriz GPS N 40°8'15.47" | W 8°38'11.90"
 Paul do Taipal GPS N 40°10'39.38" | W 8°41'1.12"
 Estuário do Mondego GPS N 40°08'07.12" | W 8°49'46.84"





Listagem de aves do Baixo Mondego
 Percurso entre a Reserva Natural do Paul de Arzila e o Estuário do Mondego, num total de 42,4 Km e que atravessa os municípios de Coimbra, Soure, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, estendendo-se ao longo do rio Mondego.

Checklist of Baixo Mondego birds
 Route between the Reserva Natural do Paul de Arzila and the Estuário do Mondego, totaling 42,4 Km and passing through the municipalities of Coimbra, Soure, Montemor-o-Velho and Figueira da Foz, extending along the Mondego river.

Notas de campo/Field notes:

	RNPA	PM	PT	EM
Aves aquáticas				
Water birds				
<i>Actitis hypoleucos</i>
<i>Alcedo atthis</i>			
<i>Anas clypeata</i>
<i>Anas crecca</i>			
<i>Anas platyrhynchos</i>			
<i>Anas strepera</i>
<i>Ardea cinerea</i>			
<i>Ardea purpurea</i>			
<i>Arenaria interpres</i>
<i>Botaurus stellaris</i>
<i>Callidris alpina</i>
<i>Callidris pugnax</i>
<i>Charadrius alexandrinus</i>
<i>Charadrius hiaticula</i>
<i>Egretta garzetta</i>
<i>Fulica atra</i>
<i>Gallinago gallinago</i>
<i>Gallinago chloropus</i>
<i>Himantopus himantopus</i>
<i>Ixobrychus minutus</i>
<i>Larus fuscus</i>
<i>Larus marinus</i>
<i>Larus michahellis</i>
<i>Larus ridibundus</i>
<i>Numenius phaeopus</i>
<i>Nycticorax nycticorax</i>
<i>Panicon haliaetus</i>
<i>Phalacrocorax carbo</i>
<i>Phoenicopterus roseus</i>
<i>Platalea leucorodia</i>
<i>Porphyrho porphyrio</i>
<i>Sterna sandvicensis</i>
<i>Tringa nebularia</i>
<i>Tringa totanus</i>
Grandes aves terrestres				
Great land birds				
<i>Accipiter gentilis</i>
<i>Accipiter nisus</i>
<i>Aquila pennata</i>
<i>Asio flammeus</i>
<i>Asio otus</i>
<i>Bubo bubo</i>
<i>Bubulcus ibis</i>
<i>Buteo buteo</i>
<i>Ciconia ciconia</i>

	RNPA	PM	PT	EM
<i>Circus aeruginosus</i>
<i>Falco subbuteo</i>
<i>Falco tinnunculus</i>
<i>Milvius migrans</i>
<i>Scotopax rusticola</i>
<i>Strix aluco</i>
<i>Vannellus vanellus</i>
Passeriformes				
<i>Acrocephalus arundinaceus</i>
<i>Acrocephalus schoenobaenus</i>
<i>Acrocephalus scirpaceus</i>
<i>Aegithalos caudatus</i>
<i>Anthus pratensis</i>
<i>Certhia cetti</i>
<i>Cisticola juncidis</i>
<i>Emberiza schoeniclus</i>
<i>Ficedula hypoleuca</i>
<i>Hippobolais polyglotta</i>
<i>Locustella fuscinioides</i>
<i>Lullula arborea</i>
<i>Luscinia svecica</i>
<i>Motacilla alba</i>
<i>Motacilla flava</i>
<i>Phoenicurus ochruros</i>
<i>Phylloscopus collybita</i>
<i>Phylloscopus trochilus</i>
<i>Prunella modularis</i>
<i>Pyrrhula pyrrhula</i>
<i>Regulus ignicapilla</i>
<i>Saxicola rubicola</i>
<i>Sturnus unicolor</i>
<i>Sturnus vulgaris</i>
Raridades				
Rarities				
<i>Larus argentatus</i>
<i>Larus delawarensis</i>
<i>Pelecanus onocrotalus</i>
<i>Phoenicopterus minor</i>
<i>Phylloscopus inornatus</i>
<i>Tadorna ferruginea</i>
<i>Tringa flavipes</i>

Obs./Obs.: RNPA – Reserva Natural do Paul de Arzila; PM – Paul da Madriz; PT – Paul do Taipal; EM – Estuário do Mondego.

Figura 54 – Brochura relativa à rota de observação de aves no Baixo Mondego. Elaboração: Diogo Mateus, 2018.

Apesar da proposta aqui apresentada para a estruturação de uma rota, no âmbito dos produtos turismo de natureza e circuitos turísticos, muito falta fazer para a afirmação do turismo ornitológico na região do Baixo Mondego.

Em ambas as Áreas Importantes para as Aves (IBA) é notória a ausência de equipamentos de suporte à observação de aves ou em algumas situações encontram-se bastante degradados, o que impossibilita o desenvolvimento de serviços turísticos em torno do *birdwatching*, tais como, recursos humanos especializados e qualificados nesta tipologia de turismo. São vários os fatores que contribuem para esta situação, desde logo a inexistência de informações nos *websites* das entidades responsáveis pelo turismo da região Centro de Portugal, a que acresce a péssima sinalização rodoviária, sendo nalguns casos inexistente.

Após a realização de trabalho de campo nestas três zonas húmidas e no Estuário do Mondego, ficou patente o esquecimento a que estas Áreas Importantes para as Aves (IBA) têm sido votadas por parte das entidades competentes, apesar do desenvolvimento desta investigação evidenciar as potencialidades que todo este território apresenta para o estabelecer de um produto turístico que é e se quer marcadamente ligado ao conceito de sustentabilidade, suportando até a elaboração de uma estratégia para afirmação do Baixo Mondego em si.

Tornar-se-ia pois imperioso, concertar esforços na reabilitação, conservação e promoção deste património tão singular e único que se encontra disposto entre as cidades de Coimbra e da Figueira da Foz, e que apresenta uma considerável variedade de aves como anteriormente se demonstrou, com várias raridades. Este itinerário de observação de aves, se convenientemente estruturado e valorizado, tornar-se-ia benéfico e crucial para o desenvolvimento local e para o reforço da importância turística do Baixo Mondego, trazendo consigo vantagens económicas para as comunidades aí localizadas, possibilitando também a conservação da natureza e até o estimular da investigação científica, devendo este percurso ser visto como uma alternativa ou até um complemento aos diferentes produtos turísticos que já se encontram relativamente consolidados no território, nomeadamente o produto turístico sol e mar.

No Capítulo VI desta Dissertação de Mestrado, estão patentes algumas das medidas defendidas para o desenvolvimento do turismo ornitológico no Baixo Mondego.

No item que a seguir se apresenta, é exemplificada a utilização da plataforma móvel Portugal Aves/eBird para a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) e escolhido a

espécie de ave Garça-vermelha (*Ardea purpurea*), visto tratar-se de uma ave característica desta área classificada.

4.7. Exemplo da utilização da plataforma móvel Portugal Aves/eBird para a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA)

Como anteriormente foi referido, esta plataforma móvel permite o registo e consequente partilha das observações de aves efetuadas. A informação partilhada possibilita que outros observadores de aves com o mesmo interesse em observar determinada espécie saibam de forma praticamente instantânea onde acabou de ser avistada a ave que também procuram.

Assim, é de seguida ilustrado o manuseamento deste suporte móvel e resultante registo de uma ave, neste caso, a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*) na Área Importante para as Aves (IBA) da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) (**Figura 55**). Basta apenas seguir os seguintes passos, de forma ordenada:

1. Efetuar a transferência da aplicação Portugal Aves/eBird através da App Store ou Google Play (após a transferência, é necessário estar registado como utilizador ou proceder à criação de uma nova conta caso ainda não o tenha feito);
2. Criar o registo;
3. Escolher o local;
4. Selecionar o Paul de Arzila;
5. Efetuar o registo da data e hora;
6. Escolher a espécie avistada (Garça-vermelha, *Ardea purpurea*);
7. Certificar as informações inseridas;
8. Selecionar enviar.

69% 19:17





Meu eBird



Listas

TheCornellLab

69% 19:18

← Meu eBird

Coimbra

2 Espécies 2 Listas

Suas espécies por ano (i)

	jun 01	dez 31
2018	2	
2017	0	0
2016	0	0
2015	0	0
2014	0	0

Suas espécies por junho

	jun 01	jun 30
2018	1	
2017	0	0
2016	0	0
2015	0	0
2014	0	0

(2)

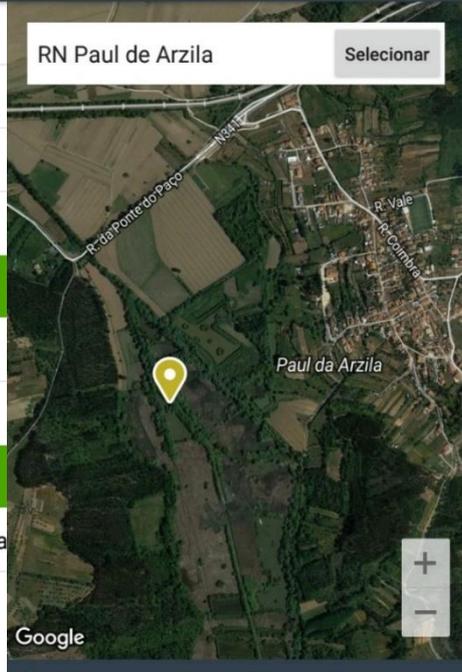
69% 19:18

← Selecionar Local
eBird Portugal

- Escolher uma localidade recente (i)
- Escolher uma localidade no mapa (i)
- Criar uma lista offline (i)
- Criar uma nova localidade pessoal
- Selecionar um Hotspot Público
- Escolher um Hotspot Próximo
- Faça uma busca nos hotspots por localidade
- Selecionar uma Localidade Pessoal
- Escolher uma Localidade Pessoal Próxima

Selecionar Local

RN Paul de Arzila Selecionar



Paul da Arzila

Google

(3) Selecionar Localidade
Localidade Pessoal
Hotspot (4)

Registrar Data e Hora

Nome da Localidade
RN Paul de Arzila

Escolher data e hora do registro

jun 01, 2018

7:27 PM

Reconfigurar para agora

-
+

Ajustar minutos

INICIAR 5

RN Paul de Arzila
01 jun 7:27PM 00:43 0,00km

Espécies prováveis baseada em 203 listas em área de 60x60km

nome da espécie/código

Garça-vermelha
Ardea purpurea

Número de Individuos

Presente (X): sem contagem

Código de reprodução i

Anotações

BIRD ID

Cancelar Concluído

+ Milhafre-preto

+ Águia-d'asa-redonda

REVISAR 6

Você está enviando uma lista completa das aves que foi capaz de identificar? [Mais informações...](#)

Não
Sim

Tipo de Observação i

Contagem Estacionária

Número de observadores +

Duração (minutos) 🕒

Anotações

1 Espécies Registradas +

2	Garça-vermelha
---	----------------

ENVIAR 7

RN Paul de Arzila

jun 01, 2018, 7:27 PM

1 Espécies Registradas

Aceito

≡+ 8

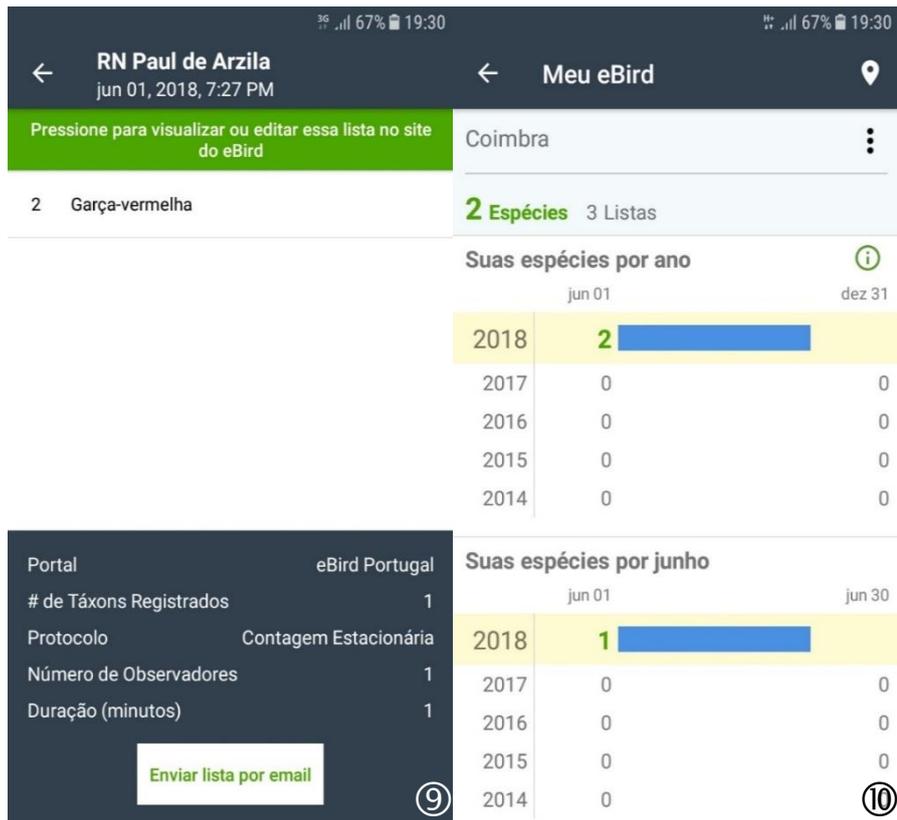


Figura 55 – Etapas da aplicação da plataforma móvel Portugal Aves/eBird à Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) com a espécie de ave Garça-vermelha (*Ardea purpurea*). Fotografias de Diogo Mateus, Junho de 2018.

Concluídos os enquadramentos teóricos relativamente ao turismo ornitológico, quer para Portugal quer para o Baixo Mondego, estão no Capítulo seguinte as metodologias utilizadas no decorrer desta investigação.

CAPÍTULO V PRÁTICAS METODOLÓGICAS E ANÁLISE DE DADOS

São vários os métodos utilizados nos capítulos que compõem esta Dissertação de Mestrado, encontrando-se de seguida as metodologias de investigação empregadas para os capítulos que a constituem.

5.1. Metodologias

No Capítulo I Introdução é realizado um enquadramento geral relativo à temática do turismo ornitológico, numa perspetiva que se inicia no contexto do turismo pós-moderno, passando pelos turismos de nicho até chegar ao turismo ornitológico tal como hoje se conhece. São igualmente apresentados os objetivos que se pretendem atingir com a realização deste projeto e as motivações que levaram a escolher este tema ainda tão pouco abordado. Como última parte abordada neste Capítulo I, encontra-se exposta a estrutura desta Dissertação de Mestrado.

Segue-se o Capítulo II Turismo ornitológico: um nicho a desenvolver no qual é abordado o tema em si. Apesar de inicialmente ter imperado quanto à revisão da literatura aquilo que Quivy e Campenhoudt (2005) designam de ‘gula livresca’, procurou-se, posteriormente, e dadas as inúmeras referências bibliográficas, centrar a atenção naquelas que assumem uma particular relevância e que se consideram ser pioneiras nos estudos do turismo ornitológico. Veal (2018, p. 73) refere-se à revisão da literatura como um “[...] processo de identificação e envolvimento com pesquisas previamente publicadas e relevantes ao tópico de interesse”, enquanto que Sousa e Baptista (2011, p. 33) a definem como tendo por “[...] objetivo a consulta e recolha de informação pertinente relativa à área de investigação em geral e à problemática da investigação em particular”.

A revisão da literatura efetuada possibilitou identificar em que patamar se encontram os conhecimentos relativos ao turismo ornitológico, tendo este estado da arte resultado da pesquisa bibliográfica desenvolvida, nomeadamente em torno de revistas científicas, como as que estão disponíveis nos *websites* da Taylor & Francis Online e da

ScienceDirect, tendo-se de igual modo recorrido a catálogos bibliográficos, o das Bibliotecas da Universidade de Coimbra e aos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). Foram consultados também livros e trabalhos de investigação de Mestrado e Doutoramento. É também de referir que para esta pesquisa bibliográfica foram utilizadas palavras-chave de procura, nomeadamente: *birdwatching*, *avitourism*, *birding*, observação de aves e turismo ornitológico.

Passando ao Capítulo III Turismo ornitológico em Portugal, procurou-se elaborar uma análise completa do panorama português relativamente a esta temática. Foi efetuada alguma revisão da literatura, na qual foram percorridos os primórdios da então observação de aves, até se chegar ao turismo ornitológico como hoje se conhece. Desenvolveu-se também análise de dados quantitativos, neste caso provenientes do Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e que permitiram fazer uma análise temporal da evolução do registo de novos agentes de animação turística que disponibilizam como atividade observação de aves. Nesta investigação dedicada ao turismo ornitológico, os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) desempenharam um papel fundamental na análise do território nacional, uma vez que possibilitam a disposição de dados cartográficos em diferentes camadas (*layers*), tendo-se revelado particularmente útil para a localização das Áreas Importantes para as Aves (IBA) existentes em Portugal, por exemplo. A utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) aplicados aos estudos de turismo não é nova, como demonstra Tremblay (2005), pois na ótica de Albuquerque, Costa e Martins (2018) apresentam ferramentas com funcionalidades úteis que podem ser usadas na gestão turística, mas também providenciar análises integradas de dados espaciais e não espaciais, como as desenvolvidas no presente caso.

Para a realização dos diferentes cartogramas dispostos ao longo deste trabalho, utilizou-se o *software* ArcMap, versão 10.2, com dados provenientes do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), do Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e do Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos (RNET).

Após uma análise a todo o território português, imperava fazer-se o mesmo para a região do Baixo Mondego, ou não fosse esta a área em estudo. Tal como no capítulo anterior, o Capítulo IV Turismo ornitológico no Baixo Mondego assentou também na manuseação de *software* ArcMap, e num momento ulterior do uso de *software* Google Earth Pro. Este último permitiu a georreferenciação das fotografias que ao longo da caracterização das Áreas Importantes para as Aves (IBA) se encontram expostas,

precisamente no ponto onde foram tiradas, tendo de igual forma proporcionado a delimitação dessas mesmas áreas, para além de se ter revelado uma ferramenta crucial para a projeção do percurso aqui proposto.

No suporte teórico, recorreu-se à investigação desenvolvida por vários autores do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) que ao longo de décadas investigaram e apresentaram estudos relativamente ao Baixo Mondego. Visto tratar-se de uma atividade turística ao ar livre, foi novamente efetuada uma análise de dados quantitativos, neste caso às normais climatológicas do período compreendido entre 1981 – 2010 para Coimbra, tendo-se também consultado o Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e o Registo Nacional dos Empreendimentos Turísticos (RNET). Outro dos métodos de investigação aplicados no presente Capítulo IV foi a observação, aquando da realização do trabalho de campo. Esta metodologia de investigação quantitativa (Jennings, 2010) é, nas palavras de Abreu (2006, p. 72), um “[...] dos melhores métodos de recolha de informação [...]”. O mesmo autor diferencia esta metodologia em dois tipos, observação exterior, aquela que aqui foi realizada, e observação participante.

Abreu (2006) refere-se à observação exterior como uma observação de circunstâncias relevantes da natureza para depois serem registadas. Neste caso em concreto, recorreu-se a uma máquina fotográfica com objetiva de grande *zoom* com vista ao registo de algumas espécies de aves e das condições em que se apresentam as Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego.

É neste capítulo que está a proposta de um percurso ornitológico para o Baixo Mondego, e para a qual, com recurso ao Portal Aves de Portugal, se desenvolveu uma brochura tipo. Como se encontra ilustrado, recorreu-se também a um suporte tecnológico com o objetivo de exemplificar a utilização de uma plataforma móvel (Portugal Aves/eBird).

O Capítulo V Práticas metodológicas e análise de dados inicia-se com a exposição das diferentes metodologias usadas nas várias partes que integram esta dissertação. Numa segunda etapa, e antes de se ter optado pela metodologia da entrevista telefónica, a mesma havia sido submetida pela plataforma *online* Google Docs. Dada a inexistência de respostas, foi então que se considerou efetuar as entrevistas por chamada telefónica, como defendem Fowler, Gallagher, Stringfellow, Zaslavsky, Thompson e Cleary (2002).

Entre as várias tipologias de entrevistas identificadas por Perez (2001), foi então selecionada a entrevista telefónica, tipo de entrevista esta que Clark e Creswell (2015, p.

340) definem como um “[...] processo de recolha de dados dos indivíduos perguntando um pequeno número de questões gerais por telefone”. Clark e Creswell (2015) defendem a conveniência desta metodologia, na medida em que os procedimentos são bastante similares aos desenvolvidos nas entrevistas individuais, ainda que se tornem uma experiência menos enriquecedora, dada a impossibilidade do entrevistador observar os comportamentos e as expressões do entrevistado aquando da duração da entrevista. Já Fowler (2014) apresenta como potenciais vantagens deste método, os custos mais baixos que se verificam quando comparados com o custo de impressão das entrevistas a realizar individualmente, a possibilidade de um melhor acesso a determinadas populações, neste caso em concreto aos agentes de animação turística que têm como atividade observação de aves no Baixo Mondego, mas também uma melhor gestão relativamente às entrevistas pessoais pois não é necessário estar próximo da amostra para recolher as informações. Noutras situações e como se verifica nesta circunstância em particular com as empresas de animação turística dos municípios de Montemor-o-Velho e de Penacova, a dispersão geográfica das fontes de informação conduz a que a entrevista telefónica se torne no método qualitativo de recolha de dados mais adequado, como argumentam Clark e Creswell (2015) e Sampieri, Collado e Lucio (2014). Sampieri et al. (2014) defendem também como outra virtude desta técnica a forma praticamente automática de submissão da informação proveniente da entrevista telefónica numa base de dados ao invés do que acontece com a entrevista pessoal. A entrevista aqui desenvolvida apresenta dois tipos de questões, questões abertas e questões fechadas, e pertence à tipologia das entrevistas estruturadas.

Por fim, no Capítulo VI Considerações finais são abordadas as limitações enfrentadas e as virtudes da escolha de um tema muito pouco abordado, não esquecendo porém o trabalho futuro a ser desenvolvido no âmbito do turismo ornitológico assim como no território que serviu de referência a toda esta investigação.

5.2. Entrevista Estruturada às Empresas de Animação Turística que apresentam como oferta a observação de aves e se encontram registadas nos municípios do Baixo Mondego

Como anteriormente foi referido, esta entrevista foi conduzida aos agentes de animação turística localizados nos municípios que integram o Baixo Mondego e que disponibilizam como produto turístico a observação de aves (**Apêndice 2**). Optou-se por utilizar a entrevista telefónica como método de recolha de dados para as sete empresas que se encontram registadas no Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e localizadas na região em estudo. Destas sete empresas, apenas duas desenvolvem serviços relacionados com a temática desta investigação:

- GSSDCRM (Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro) – Miro Viagens Lda. situada no município de Penacova;
- APPACDM de Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental instalada no município de Coimbra.

Os restantes cinco agentes turísticos, ainda que se encontrem nos registos a indicar atividades ligadas ao *birdwatching*, não facultam qualquer tipo de produto a ele conexo:

- Caminhos D'Água – Lazer Activo, Lda.;
- Doctor Sport, Serviços Desportivos Lda.;
- Geoaventura – Atividades de Lazer e Desporto, Lda.;
- Lago Queiroz Unipessoal Lda.;
- Tiago Filipe Andrade Silva (RocknWalk Climbing Hiking Tours).

Apesar de não estar registada nos municípios que integram a região do Baixo Mondego, a empresa de animação turística denominada Trans Serrano – Aventura, Lazer e Turismo, Lda., registada em 2009 e com sede no município de Góis, apresenta-se como um agente turístico que disponibiliza serviços de observação e anilhagem de aves nas Áreas Importantes para as Aves (IBA) do território em estudo. Neste sentido, foi igualmente convidada a participar nesta investigação, apesar de não se terem obtido quaisquer respostas.

Pretendeu-se assim com esta entrevista, conhecer a realidade do território em causa quanto ao turismo ornitológico, e a perspetiva dos agentes que nele atuam quanto à observação de aves, de que forma os recursos humanos destas empresas se encontram

preparados para prestarem estes serviços, mas também conseguir uma caracterização tanto da procura como da oferta turística no que ao *birdwatching* diz respeito. Outros dos parâmetros que se tiveram em consideração, foram o formato de comunicação e os suportes que estas empresas usam para fazer chegar a informação ao público-alvo mas também traçar o perfil do *birdwatcher* que procura as Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego. Os resultados a seguir apresentados correspondem à informação obtida junto da GSSDCRM (Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro) – Miro Viagens Lda. e da APPACDM de Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.

5.2.1. Identificação do agente de animação turística

As respostas dadas pelo entrevistado da GSSDCRM (Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro) – Miro Viagens Lda., na pessoa do Senhor Manuel Nogueira relativamente a este tópico, indicaram que o mesmo se encontra a trabalhar como agente turístico há 5 anos. Esta empresa desenvolve parcerias através do Projeto Rios, e também com as seguintes entidades: Associação Desportos Radicais de Miro e GSSDCR Miro.

Quanto aos argumentos apresentados pelo entrevistado da APPACDM de Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, o mesmo refere que trabalha como agente de animação turística há 1 ano, respondendo também que esta entidade não detém qualquer tipo de parcerias.

5.2.2. Recursos humanos

Relativamente aos recursos humanos, a GSSDCRM (Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro) – Miro Viagens Lda. integra nos seus quadros quatro colaboradores, verificando-se uma predominância do sexo masculino, com três funcionários, e apenas um do sexo feminino. Quanto ao grau de instrução por eles

detido, é o ensino secundário que impera, ainda que recebam formação, tanto a entidade como os empregados, com uma periodicidade de duas vezes por ano através do Projeto Rios.

Comparativamente às respostas do agente anterior, a APPACDM de Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental conta na sua estrutura com quinze colaboradores do sexo feminino e apenas dois colaboradores do sexo masculino, em que apenas um deles se encontra responsável pela atividade observação de aves, sendo também o único com formação superior, mais concretamente na área da engenharia agrónomica. É também de referir que os funcionários desta entidade não recebem qualquer tipo de formação.

5.2.3. Caracterização da oferta e da procura de atividades de birdwatching

No que concerne à GSSDCRM (Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro) – Miro Viagens Lda., as atividades por esta empresa disponibilizadas centram-se apenas na parte final do rio Alva, não desenvolvendo qualquer tipo de observação de aves nas Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego. Identifica como época ideal para observar aves as estações do ano Primavera e Outono, embora refira que todo o ano é apto para o *birdwatching*. Para além desta atividade, oferece também fotografia de natureza e observação piscícola. Quanto a parcerias estabelecidas, é referido novamente o Projeto Rios. Esta empresa afirma que tem identificados os efeitos negativos resultantes das atividades que desenvolve, como a poluição dos rios.

Já a APPACDM de Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental indica neste tópico da entrevista realizada, que desenvolve as suas atividades de observação de aves na Quinta da Fonte Quente, propriedade que se localiza na Tocha, município de Cantanhede, não desenvolvendo *birdwatching* em nenhuma das Áreas Importantes para as Aves (IBA) que integram a área em estudo, tal como se constatou com a GSSDCRM (Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro) – Miro Viagens Lda.. Esta entidade organiza atividades de observação de aves durante todo o ano, indicando contudo que a melhor altura para o fazer são os meses de Maio a Setembro. Para além da observação de aves, esta empresa oferece como outras atividades a fotografia de natureza, embora reconheça que não estão

identificados os impactos negativos que daí advêm. No desenrolar destas atividades, não são estabelecidas quaisquer parcerias com outras empresas, associações ou entidades.

5.2.4. Comunicação ao birdwatcher

No âmbito deste parâmetro, a GSSDCRM (Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro) – Miro Viagens Lda. não transmite qualquer código de conduta aos indivíduos que recorrem aos seus serviços, embora seja afirmado que é efetuada sensibilização ambiental junto das pessoas e também para a conservação do ambiente. Apesar das suas atividades não terem lugar em nenhuma das Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego, não disponibilizam qualquer tipo de informação a elas relacionada. Quanto ao equipamento que dispõem para os *birdwatchers*, este agente de animação turística referiu a máquina fotográfica.

Por seu turno, a APPACDM de Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental respondeu afirmativamente quando questionada sobre a transmissão de códigos de conduta, da sensibilização ambiental e para a conservação do ambiente. Como material disponibilizado aos observadores de aves, são referidos a máquina fotográfica e os binóculos.

5.2.5. Perfil do birdwatcher

Neste último ponto foi abordado o perfil do *birdwatcher*. A GSSDCRM (Grupo de Solidariedade Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Miro) – Miro Viagens Lda. caracteriza-o com uma média de idades compreendida entre os 18 – 24 anos, uma predominância igualitária relativamente aos sexos e com habilitações literárias ao nível do ensino secundário. Apresentam-se em grupo para usufruir destas atividades e não é realizada qualquer análise ao seu perfil.

Para a APPACDM de Coimbra – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, o observador de aves é descrito como tendo uma idade balizada

entre os 18 e 24 anos e os 25 até aos 44 anos. Verifica-se também um predomínio igualitário quanto ao sexo dos indivíduos que procura este agente de animação turística, apresentando-se geralmente em grupo.

5.2.6. Análise aos dados obtidos

Após uma análise detalhada a cada uma das respostas aos cinco temas centrais que constituíram esta entrevista, concluiu-se, forçosamente, que a oferta turística não se encontra sequer estruturada, apesar de serem quatro as Áreas Importantes para as Aves (IBA) que integram os municípios do Baixo Mondego e de serem inúmeras as espécies que coabitam por estes territórios, algumas de observação rara, como anteriormente foi referido aquando da sua caracterização.

O estado de degradação e abandono em que se encontram algumas destas áreas, nomeadamente o Paul da Madriz e o Paul do Taipal, não constituem de facto um despertar de interesse ou atenção para quem queira iniciar ou desenvolver as suas atividades de observação de aves no Baixo Mondego. Ainda assim, e apesar das escassas respostas recebidas, ter-se optado pela metodologia da entrevista estruturada e conduzida diretamente aos agentes turísticos registados nos municípios deste território que oferecem serviços de *birdwatching*, proporcionou, realmente, o conhecimento da situação em que se encontra o Baixo Mondego.

Apresenta-se também como urgente por parte das entidades reguladoras e responsáveis pelo turismo em Portugal, a necessidade de uma melhor segmentação das atividades e serviços turísticos disponibilizados por estas empresas aquando do seu registo, não podendo deixar de causar estranheza e perplexidade que os agentes turísticos que constam do Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) em como oferecem serviços de *birdwatching* efetivamente não os prestem.

Após esta investigação realizada, ficou também patente um pouco a ideia de exaustão por parte dos indivíduos no que toca à resposta a entrevistas como aquela que aqui foi elaborada.

Terminado este capítulo onde se encontram patentes as metodologias que foram seguidas ao longo desta Dissertação de Mestrado, segue-se o último capítulo e no qual constam as conclusões relativamente a todo o trabalho desenvolvido.

CAPÍTULO VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as geografias do globo dispõem de potencialidades para desenvolverem turismo ornitológico, ainda que as mais singulares e únicas sejam sempre aquelas que se localizem em territórios com um leque muito variado de aves, de inúmeras cores, ou se enquadrem em rotas migratórias.

O turismo ornitológico detém no território português uma verdadeira possibilidade para se apresentar como uma alternativa ou complemento ao produto turístico sol e mar que tão caracteristicamente é a imagem de marca de Portugal, e a outros produtos turísticos como a gastronomia e vinhos, o turismo náutico, a saúde e bem-estar, entre outros, pois apresenta como vantagem a liberdade de ser praticado em todas as estações do ano.

Desde os primórdios, quando os ingleses ainda no século XIX viajavam por Portugal para observar aves, até ao surgimento desta tipologia de turismo, muito mudou, dos hábitos às formas de fazer férias e posterior rejeição do turismo massificado, às mentalidades dos indivíduos que passaram a consciencializar-se cada vez mais para as questões ambientais, tudo contribuiu de uma maneira ou de outra para aos poucos se ir afirmando o turismo ornitológico.

Para cada um dos seis capítulos que compõem esta Dissertação de Mestrado, é executada de seguida, uma análise retrospectiva de toda a investigação concretizada:

- No Capítulo I Introdução efetuou-se um breve enquadramento teórico fundamentando-se a escolha do tema e o porquê de se ter selecionado o Baixo Mondego como região a investigar;
- Já no Capítulo II Turismo ornitológico: um nicho a desenvolver, a revisão da literatura científica realizada permitiu concluir que se bem estruturado, o turismo ornitológico proporciona benefícios socioeconómicos para as comunidades e regiões onde se desenvolve;
- Quanto ao Capítulo III Turismo ornitológico em Portugal ficou patente a crescente procura deste produto turístico, espelhado pelo número cada vez maior de registos de operadores turísticos que disponibilizam como atividade observação de aves. Segundo a investigação desenvolvida, contabilizam-se 843 agentes de animação turística registados a 31 de Maio de 2018, a grande maioria situada na área metropolitana de Lisboa mas também na região algarvia, não admirando, portanto, a edição recente de

guias de observação de aves por parte do Turismo do Algarve. É também de referir que ao longo da última década se têm verificado graduais preocupações para com a observação de aves, nas sucessivas estratégias turísticas nacionais e que se encontram mencionadas nesta investigação;

- Segue-se o Capítulo IV Turismo ornitológico no Baixo Mondego, no qual se ficou a conhecer a realidade deste território face ao turismo de observação de aves. Tendo como objetivo potenciar esta região face a este segmento turístico, são propostas algumas medidas:
 - Melhorar os postos de observação de aves e renovar os painéis informativos;
 - Definir trilhos de observação de aves adequadamente sinalizados;
 - Recrutar recursos humanos especializados;
 - Criar um Centro de Interpretação Ambiental (CIA) do vale do Baixo Mondego;
 - Realizar eventos ligados à observação de aves nas Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego, calendarizando-os para épocas em que as concentrações de aves sejam maiores;
 - Estabelecer parcerias entre os operadores turísticos de *birdwatching* que atuem no Baixo Mondego com unidades de alojamento de turismo rural;
 - Incluir e destacar nos *websites* dos municípios da área em estudo, mapas da região e informações transferíveis relativas às espécies de aves a observar em cada uma das Áreas Importantes para as Aves (IBA) do Baixo Mondego, mas também com a indicação das melhores zonas de observação e as direções de chegada;
 - Divulgar códigos de conduta aos observadores de aves;
 - Promover ações de voluntariado através das redes sociais;
 - Promover *fam trips* e *press trips*.

Neste capítulo foi apresentada uma proposta de roteiro ornitológico para o Baixo Mondego.

- Chegados ao Capítulo V Práticas metodológicas e análise de dados, penúltimo desta investigação, foi conduzida uma entrevista aos agentes de animação turística que constam do Registo Nacional dos Agentes de

Animação Turística (RNAAT) em como oferecem atividades de *birdwatching*, apesar de na realidade estes mesmos registos serem feitos de um modo erróneo, na medida em que algumas das empresas contactadas não oferecem qualquer tipo de serviço relacionado com a observação de aves. Esta situação dificultou a perceção que se procurou ter da realidade do Baixo Mondego para a sua aptidão quanto ao turismo ornitológico, levando eventualmente à indução em erro quer os observadores de aves portugueses quer os *birdwatchers* estrangeiros, quando procuram por este tipo de atividades;

- Por último, no Capítulo VI Considerações finais foi realizada uma reflexão a todos os capítulos que integram este trabalho, aquilo que foi alcançado ou não, as virtudes do mesmo e as limitações que interferiram com o resultado final. Numa fase posterior foram assinaladas indicações futuras.

Relativamente às virtudes desta dissertação, é de realçar a inovação que representa este estudo para a região do Baixo Mondego, visto tratar-se do primeiro trabalho no âmbito do turismo ornitológico dedicado exclusivamente a este território. Pretendeu-se assim com esta investigação, contribuir para o desenvolvimento desta vertente turística do turismo de natureza no Baixo Mondego, tendo sido propostas algumas medidas a ter em consideração ou até mesmo a serem adotadas por parte dos grupos de interesse (*stakeholders*) com vista ao aproveitamento dos recursos ornitológicos aqui existentes.

Ainda assim, no decorrer dos trabalhos desta investigação uma das condicionantes enfrentadas foi a inexistência de respostas a todas as perguntas desenvolvidas na entrevista efetuada, e o escasso número de empresas que, efetivamente, oferecem atividades de *birdwatching* o que, eventualmente, permitiria um melhor conhecimento da observação de aves no Baixo Mondego.

Como perspetivas futuras para o turismo ornitológico em Portugal, e para o Baixo Mondego em particular, dever-se-á apostar na certificação e formação de guias e de operadores turísticos especializados neste segmento de mercado, tendo como objetivo a oferta de um produto turístico estruturado e de excelência, resultado da diversidade de aves que coabitam nesta região do país, algumas delas de observação rara, como foi possível constatar.

Por último, relativamente a investigações posteriores a esta, seria relevante efetuar um alargamento territorial da área de estudo, nomeadamente, incluir todos os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra ou até mesmo

desenvolver esta investigação para a área regional de turismo Centro de Portugal (Nomenclatura de Unidade Territorial [NUT] II).

Referências bibliográficas

- ABREU, D. (2006). *Análise de Dados II. Programa*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- ALBUQUERQUE, H., COSTA, C., e MARTINS, F. (2018). The use of Geographical Information Systems for Tourism Marketing purposes in Aveiro region (Portugal). *Tourism Management Perspectives*, 26, 172-178. doi:10.1016/j.tmp.2017.10.009
- ALGARVE, R. d. (2015). *Guia de Observação de Aves no Algarve*. Faro: Região de Turismo do Algarve.
- ALMEIDA, A. (1998). A apreciação da paisagem na Serra da Boa Viagem. *Inforgeo*, 12/13, 37-46.
- ALMEIDA, A. (1999). Apreciação da paisagem do Baixo Mondego. *Actas de Encontros de Geomorfologia*, (pp. 181-186). Coimbra.
- ALMEIDA, A., SOARES, A., CUNHA, L., e MARQUES, J. (1990). Proémio ao estudo do Baixo Mondego. *Biblos*, 66, 17-47.
- BALLANTYNE, R., PACKER, J., e HUGHES, K. (2009). Tourists' support for conservation messages and sustainable management practices in wildlife tourism experiences. *Tourism Management*, 30, 658-664. doi:10.1016/j.tourman.2008.11.003
- BIGGS, D., TURPIE, J., FABRICIUS, C., e SPENCELEY, A. (2011). The Value of Avitourism for Conservation and Job Creation - An Analysis from South Africa. *Conservation and Society*, 9(1), 80-90. doi:10.4103/0972-4923.79198
- BOOTH, J., GASTON, K., EVANS, K., e ARMSWORTH, P. (2011). The value of species rarity in biodiversity recreation: A birdwatching example. *Biological Conservation*, 144, 2728-2732. doi:10.1016/j.biocon.2011.02.018
- BURR, S., e SCOTT, D. (2004). Application of the recreational specialization framework to understanding visitors to the Great Salt Lake Bird Festival. *Event Management*, 9, 27-37. doi:10.3727/1525995042781048
- CARVALHO, A. (2016). *Reserva Natural do Paul de Arzila: Plano de Valorização*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CLARK, V., e CRESWELL, J. (2015). *Understanding research: a consumer's guide*. Upper Saddle River: Pearson Education, Inc.
- CONNELL, J. (2009). Birdwatching, Twitching and Tourism: towards an Australian perspective. *Australian Geographer*, 40(2), 203-217. doi:10.1080/00049180902964942

- CORDEIRO, A., e PAREDES, L. (2013). Valorização turística da ilha da Morraceira (Município da Figueira da Foz): novas utilizações do potencial endógeno do estuário do Mondego. *Cadernos de Geografia*, 32, 229-238. doi:10.14195/0871-1623_32_18
- COSTA, A., PINTASSILGO, P., MATIAS, A., PINTO, P., e GUIMARÃES, M. (2018). Birdwatcher profile in the Ria Formosa Natural Park. *Tourism & Management Studies*, 14(1), 69-78. doi:10.18089/tms.2018.14106
- COSTA, C., BREDA, Z., COSTA, R., e MIGUÉNS, J. (2008). The Benefits of Networks for Small and Medium Sized Tourism Enterprises. Em N. Scott, R. Baggio, & C. Cooper, *Network Analysis and Tourism: From Theory to Practice* (pp. 96-114). Clevedon: Channel View Publications.
- COSTA, L., NUNES, M., GERALDES, P., e COSTA, H. (2003). *Zonas Importantes para as Aves em Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.
- CRAVIDÃO, F., e CUNHA, L. (1991). Turismo, investimento e impacto ambiental. *Cadernos de Geografia*, 10, 199-220. doi:10.14195/0871-1623_10_7
- CUNHA, L., SOARES, A., TAVARES, A., ALMEIDA, A., e SANTOS, J. (1999). Intervenções recentes e avaliação de impactes ambientais no Baixo Mondego. *Cadernos de Geografia*, 18, 39-52. doi:10.14195/0871-1623_18_3
- CZAJKOWSKI, M., GIERGICZNY, M., KRONENBERG, J., e TRYJANOWSKI, P. (2014). The economic recreational value of a white stork nesting colony: A case of ‘stork village’ in Poland. *Tourism Management*, 40, 352-360. doi:10.1016/j.tourman.2013.07.009
- D’ABREU, A., CORREIA, T., e OLIVEIRA, R. (2004) *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental: grupos de unidades de paisagem*, vol. III. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território.
- DECRETO-LEI N.º 108/2009 de 15 de maio. *Diário da República n.º 94/2009 – I Série*. Ministério da Economia e da Inovação.
- DECRETO-LEI N.º 135/2012 de 29 de junho. *Diário da República n.º 125/2012 – I Série*. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- DECRETO-LEI N.º 204/2000 de 1 de setembro. *Diário da República n.º 202/2000 – I-A Série*. Ministério da Economia.
- DECRETO-LEI N.º 21/2002 de 31 de janeiro. *Diário da República n.º 26/2002 – I-A Série*. Ministério do Equipamento Social.
- DECRETO-LEI N.º 39/2008 de 7 de março. *Diário da República n.º 48/2008 – I Série*. Ministério da Economia e da Inovação.

- DECRETO-LEI N.º 95/2013 de 19 de julho. *Diário da República n.º 138/2013 – I Série*.
Ministério da Economia e do Emprego.
- EUBANKS, T., STOLL, J., e DITTON, R. (2004). Understanding the Diversity of Eight Birder Sub-populations: Socio-demographic Characteristics, Motivations, Expenditures and Net Benefits. *Journal of Ecotourism*, 3(3), 151-172. doi:10.1080/14664200508668430
- FOWLER, F. (2014). *Survey research methods*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc.
- FOWLER, F., GALLAGHER, P., STRINGFELLOW, V., ZASLAVSKY, A., THOMPSON, J., e CLEARY, P. (2002). Using Telephone Interviewers to Reduce Nonresponse Bias to Mail Surveys of Health Plan Members. *Medical Care*, 40 (3), 190-200. doi:10.1097/00005650-200203000-00003
- GLOWINSKI, S. (2008). Bird-watching, ecotourism, and economic development: A review of the evidence. *Applied Research in Economic Development*, 5(3), 65-77.
- HVENEGAARD, G., BUTLER, J., e KRYSSTOFIAK, D. (1989). Economic Values of Bird Watching at Point Pelee National Park, Canada. *Wildlife Society Bulletin*, 17(4), 526-531.
- HVENEGAARD, G., e DEARDEN, P. (1998). Ecotourism versus Tourism in a Thai National Park. *Annals of Tourism Research*, 25(3), 700-720. doi:10.1016/S0160-7383(98)00020-6
- IOANNIDES, D., e DEBBAGE, K. (1997). Post-Fordism and flexibility: the travel industry polyglot. *Tourism Management*, 229-241. doi:10.1016/S0261-5177(97)00019-8
- JENNINGS, G. (2010). *Tourism research*. Milton: John Wiley & Sons Australia, Ltd.
- JONES, D., e BUCKLEY, R. (2001). *Birdwatching Tourism in Australia*. Gold Coast: Cooperative Research Center for Sustainable Tourism Pty Ltd.
- KELLERT, S. (1985). Birdwatching in America Society. *Leisure Sciences*, 7(3), 343-360. doi:10.1080/01490408509512129
- KERLINGER, P. (1993). Birding Economics and Birder Demographics Studies as Conservation Tools. Em D. Finch, e P. Stangel, *Status and Management of Neotropical Migratory Birds* (pp. 32-38). Fort Collins: Rocky Mountain Forest and Range Experiment Station, United States Department of Agriculture.
- KERLINGER, P., e BRETT, J. (1995). Hawk Mountain Sanctuary: A Case Study of Birding. Em R. Knight, e K. Gutzwiller, *Wildlife and recreationists: coexistence through management and research* (pp. 271-280). Washington, DC: Island Press.

- KLEIN, M., HUMPHREY, S., e PERCIVAL, H. (1995). Effects of Ecotourism on Distribution of Waterbirds in a Wildlife Refuge. *Conservation Biology*, 9(6), 1454-1465. doi:10.1046/j.1523-1739.1995.09061454.x
- KRIPPENDORF, J. (1986). The new tourist - turning point for leisure and travel. *Tourism Management*, 131-135. doi:10.1016/0261-5177(86)90025-7
- LEE, C.-K., LEE, J.-H., KIM, T.-K., e MJELDE, J. (2010). Preferences and willingness to pay for bird-watching tour and interpretive services using a choice experiment. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(5), 695-708. doi:10.1080/09669581003602333
- LEITÃO, D., e LOPES, A. (2009). Turismo ornitológico em Portugal: um nicho a desenvolver. Em J. Simões, e C. Ferreira, *Turismos de Nicho: Motivações, Produtos, Territórios* (pp. 63-69). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- LOPES, M., e GOMES, C. (2016). Sítio de Importância Comunitária Sicó-Alvaiázere e o ecoturismo: desafios e oportunidades de gestão para a conservação da biodiversidade. *Botanique*, 172.
- LOURO, S., e LOURENÇO, L. (2005). O comportamento hidrológico do rio Mondego perante valores de precipitação intensa, em Coimbra. *Territorium: Revista Portuguesa de riscos, prevenção e segurança*, 12, 19-27. doi:10.14195/1647-7723_12_3
- MALDONADO, J., MORENO-SÁNCHEZ, R., ESPINOZA, S., BRUNER, A., GARZÓN, N., e MYERS, J. (2018). Peace is much more than doves: The economic benefits of bird-based tourism as a result of the peace treaty in Colombia. *World Development*, 106, 78-86. doi:10.1016/j.worlddev.2018.01.015
- MAPLE, L., EAGLES, P., e ROLFE, H. (2010). Birdwatchers' specialisation characteristics and national park tourism planning. *Journal of Ecotourism*, 9(3), 219-238. doi:10.1080/14724040903370213
- MARTINHO, C., e SECO, C. (2001). O clima do Baixo Mondego: dois temas - uma realidade. *Cadernos de Geografia, N.º Especial*, 225-226. doi:10.14195/0871-1623_01_30
- MARTINS, A. (1940). *O esforço do homem na bacia do Mondego*. Coimbra: Tipografia Bizarro.
- MCFARLANE, B., e BOXALL, P. (1996). Participation in Wildlife Conservation by Birdwatchers. *Human Dimensions of Wildlife*, 1(3), 1-14. doi:10.1080/10871209609359066

- MOORE, R., SCOTT, D., e MOORE, A. (2008). Gender-Based Differences in Birdwatchers' Participation and Commitment. *Human Dimensions of Wildlife*, 13(2), 89-101. doi:10.1080/10871200701882525
- MOREIRA, C. (2011). Ambientes aquáticos não marítimos no Baixo Mondego: margens para a recreação, o lazer e o turismo. Em N. Santos, e L. Cunha, *Trunfos de uma Geografia Activa: Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia* (pp. 149-158). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MOREIRA, C. (2013). *Turismo, Território e Desenvolvimento: Competitividade e Gestão Estratégica de Destinos*. Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura, especialidade Turismo e Desenvolvimento. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MOREIRA, C., e SANTOS, N. (2010). Patrimónios, turismo cultural e desenvolvimento local: o Baixo Mondego em perspectiva. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1087-1088.
- MOREIRA, C., e SANTOS, N. (2016). Turismo fluvial em Portugal Continental: oferta e potencialidades. Em A. Nunes, C. Moreira, I. Paiva, e L. Cunha, *Territórios de Água* (pp. 255-271). Coimbra: Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território.
- MOREIRA, M. (2005). A dinâmica dos sistemas litorais. Em A. Ferreira, D. Ferreira, C. Medeiros, M. Moreira, C. Neto, e C. Ramos, *Geografia de Portugal: o ambiente físico* (Vol. 1, pp. 222-245). Lisboa: Círculo de Leitores.
- NEVES, A. (2015). *O Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Mondego. D. Sesnando e a Linha Defensiva do Mondego*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- NOVELLI, M. (2005). *Niche Tourism: Contemporary issues, trends and cases*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- OLIVEIRA, N. (2015). Alfred Smith (1822-1898), pioneiro do turismo ornitológico em Portugal. *Geografia e Ordenamento do Território*, 271-282. doi:10.17127/got/2015.7.012
- PEREZ, A. (2001). *Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo*. Madrid: Organización Mundial del Turismo.
- POON, A. (1994). The 'new tourism' revolution. *Tourism Management*, 91-92. doi:10.1016/0261-5177(94)90001-9
- PORTARIA N.º 651/2009 de 12 de junho. *Diário da República n.º 112/2009 – I Série*. Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação.

- QUIVY, R., e CAMPENHOUDT, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- REBELO, F. (2010). Paisagens de rios, albufeiras e lagoas na Região Centro. Em C. d. Centro, *À Beira da Água* (pp. 41-75). Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.
- REBELO, F., CUNHA, L., e ALMEIDA, A. (1990). Contribuição da Geografia Física para a inventariação das potencialidades turísticas do Baixo Mondego. *Cadernos de Geografia*, 9, 3-34. doi:10.14195/0871-1623_9_1
- SALI, M., KUEHN, D., e ZHANG, L. (2008). Motivations for Male and Female Birdwatchers in New York State. *Human Dimensions of Wildlife*, 13(3), 187-200. doi:10.1080/10871200801982795
- SALZMAN, E. (2 de Outubro de 1995). Armed Combat. *Sports Illustrated*, pp. 48-50.
- SAMPIERI, R., COLLADO, C., e LUCIO, M. (2014). *Metodología de la Investigación*. México D.F.: MCGRAW-HILL / INTERAMERICANA EDITORES, S.A. DE C.V.
- SANTOS, A. (2015). *Contributo do Design para a Observação de Aves*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- SCOTT, D., e THIGPEN, J. (2003). Understanding the Birder as Tourist: Segmenting Visitors to the Texas Hummer/Bird Celebration. *Human Dimensions of Wildlife*, 8, 199-218. doi:10.1080/10871200390215579
- ŞEKERCIOĞLU, Ç. (2002). Impacts of birdwatching on human and avian communities. *Environmental Conservation*, 29(3), 282-289. doi:10.1017/S0376892902000206
- SIMÕES, J., e FERREIRA, C. (2009). *Turismos de nicho: motivações, produtos, territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- SOARES, A., CUNHA, L., e MARQUES, J. (1989). Depósitos quaternários do Baixo Mondego: tentativa de coordenação morfogenética. *Actas da II Reunião do Quaternário Ibérico*, (pp. 803-812). Madrid.
- SOUSA, M., e BAPTISTA, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. Lisboa: PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- STEVEN, R., e JONES, D. (2016). Birdwatching tourism. Em J. Jafari, e H. Xiao, *Encyclopedia of Tourism* (pp. 103-104). Cham: Springer International Publishing.
- STEVEN, R., MORRISON, C., e CASTLEY, J. (2015). Birdwatching and avitourism: a global review of research into its participant markets, distribution and impacts, highlighting future research priorities to inform sustainable avitourism management.

- Journal of Sustainable Tourism*, 23(8-9), 1257-1276.
doi:10.1080/09669582.2014.924955
- TOMAS, S., SCOTT, D., e CROMPTON, J. (2002). An investigation of the relationships between quality of service performance, benefits sought, satisfaction and future intention to visit among visitors to a zoo. *Managing Leisure*, 7, 239-250.
doi:10.1080/136067102100005589
- TOWNER, N., VAS, K., e MILNE, S. (2015). Birdwatching as a Potential Tourism Market on Kiritimati Island. *The Journal of Pacific Studies*, 35(3), 127-144.
- TRAUER, B. (2006). Conceptualizing special interest tourism - frameworks for analysis. *Tourism Management*, 183-200. doi:10.1016/j.tourman.2004.10.004
- TREMBLAY, P. (2005). GIS Techniques in Tourism and Recreation Planning: Application to Wildlife Tourism. Em B. Ritchie, P. Burns, e C. Palmer, *Tourism research methods: integrating theory with practice* (pp. 163-177). Wallingford: CABI Publishing.
- VAS, K. (2012). *Birding Trail Development from a Tourism Planning Perspective*. Master's Dissertation. Waterloo: University of Waterloo.
- VAS, K. (2017). Birding blogs as indicators of birdwatcher characteristics and trip preferences: Implications for birding destination planning and development. *Journal of Destination Marketing & Management*, 6, 33-45. doi:10.1016/j.jdmm.2016.02.001
- VEAL, A. (2018). *Research methods for leisure and tourism*. Harlow: Pearson Education Limited.
- VIDAL, A. (2015). *Valorizar o potencial económico da gestão responsável de recursos naturais: o caso do Município de Estarreja*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- WEIDENSAUL, S. (2007). *Of a feather: a brief history of American birding*. Orlando: Harcourt, Inc.
- ZIKMUND, W., e D'AMICO, M. (1993). *Marketing*. Minneapolis/Saint Paul: West Publishing Company.

Fontes

- AKROYD, C. (7 de Setembro de 2018). *Birdfair 2018*. Obtido de BirdLife International: https://www.birdlife.org/sites/default/files/birdfair_18_a4_poster_1.jpg
- ALGARVE NATURE WEEK (26 de Maio de 2018). *ANW 2018 – Materiais de Comunicação*. Obtido de Algarve Nature Week: <http://www.algarvenatureweek.pt/pt/photos/anw-2018-materiais-de-comunicacao/>
- AVES DE PORTUGAL (29 de Abril de 2018a). *Paul de Arzila*. Obtido de Aves de Portugal: <http://www.avesdeportugal.info/sitarzila.html>
- AVES DE PORTUGAL (29 de Abril de 2018b). *Paul da Madriz*. Obtido de Aves de Portugal: <http://www.avesdeportugal.info/sitmadriz.html>
- AVES DE PORTUGAL (29 de Abril de 2018c). *Paul do Taipal*. Obtido de Aves de Portugal: <http://www.avesdeportugal.info/sittaipal.html>
- AVES DE PORTUGAL (29 de Abril de 2018d). *Estuário do Mondego*. Obtido de Aves de Portugal: <http://www.avesdeportugal.info/sitestumondego.html>
- AVES DE PORTUGAL (9 de Junho de 2018e). *Grifo (Gyps fulvus)*. Obtido de Aves de Portugal: <http://avesdeportugal.info/gypful.html>
- AVES DE PORTUGAL (9 de Junho de 2018f). *Abutre-do-egipto (Neophron percnopterus)*. Obtido de Aves de Portugal: <http://avesdeportugal.info/neoper.html>
- AVES DE PORTUGAL (9 de Junho de 2018g). *Águia-imperial (Aquila adalberti)*. Obtido de Aves de Portugal: <http://avesdeportugal.info/aquada.html>
- AVES DE PORTUGAL (9 de Junho de 2018h). *Caimão (Porphyrio porphyrio)*. Obtido de Aves de Portugal: <http://avesdeportugal.info/porphy.html>
- BIORIA. (25 de Maio de 2018). *3ª ObservaRia – Estarreja 2017*. Obtido de BioRia: https://www.bioria.com/ficheiros/fotos_noticias/ObservaRia2017_CtzA3CPweb.jpg
- BIRDS & NATURE (10 de Setembro de 2018b). *Sobre a Empresa*. Obtido de Birds: <https://www.birds.pt/19/Sobre-a-Empresa>
- BIRDS & NATURE (14 de Agosto de 2018a). *Birds & Nature*. Obtido de Birds: <http://www.birds.pt/assets/img/logo/logo.png>
- BIRDS & NATURE (17 de Agosto de 2018c). *Projecto de Monitorização das Aves Aquáticas da Margem Norte do Estuário do Sado*. Obtido de Birds: <https://www.birds.pt/20/Projectos-de-Conserva--o>

- CÃES & COMPANHIA (27 de Maio de 2018). *Festival de Observação de Aves & Atividades de Natureza*. Obtido de Sapo: <https://revistacaesecia.sapo.pt/wp-content/uploads/2017/06/spea.x54758.jpg>
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (18 de Abril de 2018). *Rede Natura 2000*. Obtido de Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro: http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1708:aredenatura2000&catid=695&Itemid=327&tmpl=component&format=pdf
- CORDELL, H., e HERBERT, N. (24 de Fevereiro de 2018). *The Popularity of Bird Is Still Growing*. Obtido de United States Department of Agriculture: https://www.srs.fs.usda.gov/pubs/ja/ja_cordell002.pdf
- CORDELL, H., HERBERT, N., e PANDOLFI, F. (3 de Março de 2018). *The Growing Popularity of Birding in the United States*. Obtido de United States Department of Agriculture: https://www.srs.fs.usda.gov/pubs/ja/ja_cordell011.pdf
- ENVIRONMENT FOR THE AMERICAS (7 de Setembro de 2018). *Great Salt Lake Bird Festival 2017*. Obtido de Environment for the Americas: <https://cdn1.environmentamericas.org/wp-content/uploads/2017/11/10171644/2017-GSLBF-Bird-Watching-Magazine-Online-Ad-01.png>
- INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS (15 de Maio de 2018). *Convenção de Ramsar*. Obtido de Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas: www.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/ramsar/download_as_pdf?page_url=http://www.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ei/ramsar
- INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA (30 de Maio de 2018). *Normais Climatológicas - 1981-2010 (provisórias) - Coimbra*. Obtido de Instituto Português do Mar e da Atmosfera: <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/1981-2010/006/>
- JESUS, T. (14 de Maio de 2018). *Formas de superfície no Concelho de Ponte de Lima: conservação ambiental e biótopos naturais*. Obtido de Universidade Fernando Pessoa: <http://paas.ufp.pt/downloads/RedeNaturaEmPonteDeLima.pdf>
- NATURAL.PT. (22 de Março de 2018b). *Reserva Natural do Paul de Arzila*. Obtido de Natural.PT: <http://www.natural.pt/portal/Uploads/Portal/Content/AreaProtegida/Logos/RN-PauldeArzila.jpg>

- NATURAL.PT. (27 de Maio de 2018a). *Venha ao ObservaNatura – 28 a 30 set. 2018*.
 Obtido de Natural.PT:
<http://natural.pt/portal/Uploads/Portal/Content/Noticia/93566f7e-76e8-409b-9b3d-61efce4508a7.jpg?w=400&h=400&mode=crop>
- PUMPKIN.PT. (26 de Maio de 2018). *ObservArribas: o Festival de Natureza de Portugal!*
 Obtido de Pumpkin.PT: <https://pumpkin.pt/wp-content/uploads/2017/04/ObservArribas.jpg>
- ROMERO, P. (16 de Março de 2018). *Feria de Aves de Sudamérica / South American Birdfair - Publicações*. Obtido de Facebook:
<https://www.facebook.com/SABirdFair/photos/pcb.1525350274200270/1525350197533611/?type=3&theater>
- ROTA TERRA FRIA (26 de Maio de 2018). *Observarribas*. Obtido de Rota Terra Fria:
http://www.rotaterrafria.com/uploads/geo_article/image/7872/CartazFinal_Observarribas_PT_1_980_2500.jpg
- ŞEKERCIOĞLU, Ç. (2 de Março de 2018). *Conservation Through Commodification*.
 Obtido de Stanford University: <https://web.stanford.edu/~cagan/SekerciogluBirding8-03.pdf>
- SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES (16 de Agosto de 2018a). *MEDITERAVES*. Obtido de Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves:
<http://www.spea.pt/gca/index.php?id=497>
- SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES (7 de Maio de 2018b). *Código ético para os observadores de aves*. Obtido de Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves:
http://www.spea.pt/fotos/editor2/codigo_etica_birdwatching_spea.pdf
- THE RAMSAR CONVENTION SECRETARIAT (15 de Maio de 2018). *Convention on Wetlands of International Importance Especially as Waterfowl Habitat*. Obtido de Ramsar:
https://www.ramsar.org/sites/default/files/documents/library/original_1971_convention_e.pdf
- THR. (3 de Julho de 2017). *10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Turismo de Natureza*. Obtido de Turismo 2015:
<http://www.turismo2015.pt/userfiles/File/TurismoNatureza.pdf>
- TURISMO DE PORTUGAL (10 de Julho de 2017a). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: revisão e objetivos 2013-2015*. Obtido de Turismo de Portugal:

http://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Documents/Po1%C3%ADticas%20e%20Estrat%C3%A9gia/PENT_2014.pdf

TURISMO DE PORTUGAL (10 de Julho de 2017b). *Turismo 2020: cinco princípios para uma ambição*. Obtido de Governo da República Portuguesa: <https://www.portugal.gov.pt/media/15123712/20150805-turismo-2020.pdf>

TURISMO DE PORTUGAL (10 de Julho de 2017c). *Estratégia Turismo 2027*. Obtido de Turismo de Portugal: <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/Estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>

UNIDADE FUNCIONAL DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA (22 de Agosto de 2018). *Percursos*. Obtido de Câmara Municipal de Sesimbra: http://www.cm-sesimbra.pt/lagoapequena/?page_id=2725

UNIVERSIDADE DOS AÇORES (24 de Agosto de 2018). *Pyrrhula murina Godman, 1866*. Obtido de Universidade dos Açores: http://www.azoresbioportal.angra.uac.pt/imagens/Imagenes/2010/01Julho//Vert_15_T_DSC_0028_Priolo.jpg

VISIT AZORES (24 de Agosto de 2018). *Centro Ambiental do Priolo*. Obtido de Visit Azores: https://www.visitazores.com/sites/default/files/styles/photo/public/places-to-visit/2016-11/capriolo_saomiguel_1.jpg?itok=p7CoEUaD

Apêndice 1 – Código ético para os observadores de aves.



Código ético para os observadores de aves

O número de pessoas interessadas em observar aves aumenta de dia para dia, sendo fundamental que seja levado a sério a sua responsabilidade de evitar danos à natureza e às aves em particular. Demonstrar uma atitude responsável aos não aficionados da atividade, mas que têm um papel preponderante na conservação das aves, é algo que deve ser sempre tido em conta.

Nesse sentido, a SPEA elaborou o Código de Conduta, simples mas essencial, constituído por 10 pontos:

1. O bem-estar das aves deve estar sempre em primeiro lugar

Seja anilhador, fotógrafo de natureza, cientista ou observador de aves, deverá ter SEMPRE em conta que o bem-estar da ave é o principal.

2. O habitat deve ficar tal e qual como foi encontrado

O habitat é vital para as aves, pelo que todas as nossas atividades devem respeitá-lo e não provocar nenhum dano. Devemos deixar tudo tal e qual como encontrámos.

3. Não alterar o comportamento das aves de nenhum modo

Devemos tentar não incomodar as aves em momento algum, mas sobretudo na altura da nidificação, pois isso pode provocar o abandono do ninho, com a conseqüente perda da nidificação.

4. Informe e denuncie quando necessário

- Se localizar alguma ave acidental ou raridade, deve enviar a informação para o Comité Português de Raridades (raridades@spea.pt). Se achar que se trata de uma ave exótica, pode comunicar à SPEA.

- Se observar uma ave anilhada deve fornecer informação sobre as anilhas à entidade responsável pela recolha desta informação (CEMPA-ICNB, cempa@incb.pt).

- Se encontrar uma ave ferida ou debilitada deverá contactar de imediato o centro de recuperação mais próximo ou a linha SOS Ambiente e Território, do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) (Tlf: 808 200 520);

- As aves encontradas mortas devem ser deixadas no local onde estão, após identificação e verificação da existência de anilhas.

- Se presenciar ou suspeitar de fortes indícios de atentados contra a Natureza/Biodiversidade, informe de imediato as autoridades (Tlf: GNR/SEPNA 808 200 520).

5. Respeite sempre a normativa sobre a proteção das aves

Em Portugal todas as espécies de aves silvestres são protegidas por Lei (Decreto-Lei nº140/99, de 24 de abril, e Decreto-Lei nº49/2005, de 24 de fevereiro).

6. Respeite os direitos dos proprietários

Os direitos dos proprietários dos locais onde os observadores pretendem ir, devem ser sempre respeitados. Não entrar nas referidas propriedades sem autorização prévia e não sair dos percursos permitidos é essencial para a conservação das espécies e para uma boa imagem dos observadores de aves.

7. Respeite os direitos das pessoas da zona de observação

Quando se encontrar com mais visitantes na zona de observação, deverá ter em conta que todos têm igual direito de desfrutar do ambiente natural e da sua avifauna.

8. Partilhe as suas informações com outros observadores locais

Partilhe os seus conhecimentos e avistamentos com outros observadores, nomeadamente através do Portugal Aves (<http://www.worldbirds.org/v3/portugal.php>) e Noticiário Ornitológico (<http://www.spea.pt/pt/publicacoes/newsletters/noticiario-ornitologico>), mas não divulgue informação sobre ninhos, colónias e dormitórios de espécies sensíveis.

9. Comporte-se como gostaria que os outros se comportassem na sua zona

Um bom comportamento e o seguimento destas normas simples transformam os observadores em embaixadores da conservação das aves e dos seus habitats.

10. Promova o desenvolvimento sustentável desta atividade

- Se pretende contratar os serviços de um Guia Turístico, certifique-se que este está licenciado para a atividade;

- Utilize os serviços e produtos locais, pois assim está a impulsionar a economia dessa região e a contribuir para que as comunidades reconheçam a importância e a mais valia que obtêm pela salvaguarda das aves e da preservação dos seus habitats.

Apêndice 2 – Entrevista Estruturada efetuada às Empresas de Animação Turística registadas nos municípios do Baixo Mondego e que disponibilizam como oferta a atividade observação de aves.

Entrevista Estruturada às Empresas de Animação Turística que apresentam como oferta a observação de aves e se encontram registadas nos municípios do Baixo Mondego

Tendo em vista a realização de uma Dissertação de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e cuja temática é a observação de aves, é conduzida a presente entrevista com o propósito de conhecer a realidade e as potencialidades do Baixo Mondego, o território em estudo, relativamente às atividades relacionadas com o turismo ornitológico.

Responda, por favor, às seguintes questões.

Agradece-se, desde já, a sua participação.

1. Identificação do Agente de Animação Turística

1.1. Nome do entrevistado: _____

1.2. Tempo de trabalho na Empresa de Animação Turística: ____ (anos)

1.3. Nome da Empresa de Animação Turística: _____

1.4. Ano de registo: _____

1.5. A Empresa possui algum tipo de parcerias? Sim Não

1.6. Se sim, com que Entidades? _____

2. Recursos humanos

2.1. Com quantos colaboradores a Empresa conta? _____

2.2. Sexo Feminino: _____

2.3. Sexo Masculino: _____

2.4. Quantos são os colaboradores responsáveis pelas atividades de observação de aves? _____

2.5. Qual o nível de instrução que possuem? (se for o caso detalhe, por favor, o domínio de educação) _____

2.6. Os colaboradores recebem algum tipo de formação? Sim Não

2.7. Se sim,

a. Qual a sua periodicidade? _____

- b. Qual o tipo de formação promovida? _____
- c. Qual a entidade que dá a formação? _____

3. Caracterização da oferta e da procura de atividades de *birdwatching*

- 3.1. Quais as áreas, designadamente classificadas, em que têm lugar as atividades de observação de aves que realizam?
 - a. _____
 - b. _____
 - c. _____
 - d. _____
- 3.2. Em que época do ano a Empresa desenvolve atividades de observação de aves?

- 3.3. Qual a melhor altura do ano para a realização de atividades de observação de aves? _____
- 3.4. Para além da observação de aves, disponibilizam outro tipo de atividades relacionadas? Sim Não
- 3.5. Se sim, quais?: _____
 - a. Fotografia de natureza
 - b. Anilhagem de aves
 - c. Outra Qual(is)?: _____
- 3.6. No âmbito das atividades de observação de aves estabelecem parcerias com organizações (Entidades, Empresas ou Associações)? Sim Não
- 3.7. Se sim, quais?: _____
- 3.8. Encontram-se identificados os efeitos negativos resultantes das atividades levadas a cabo pela vossa Empresa? Sim Não
- 3.9. Se sim, quais são? _____
- 3.10. Relativamente aos preços praticados, qual o gasto médio por indivíduo numa deslocação a uma das áreas classificadas existentes pelo Baixo Mondego para observar aves? _____
- 3.11. Como avalia as potencialidades do Baixo Mondego para a prática do *birdwatching*? _____

3.12. Que medidas considera mais importantes para a valorização da observação de aves no Baixo Mondego? _____

4. Comunicação ao *birdwatcher*

4.1. Através de que meios de comunicação efetuam a divulgação dos serviços ligados à observação de aves? _____

4.2. Fazem questão de transmitir algum código de conduta? Sim Não

4.3. Nas atividades desenvolvidas pela vossa Empresa há a consciencialização das pessoas para a sensibilidade ambiental? Sim Não

4.4. E para a conservação do ambiente? Sim Não

4.5. Quanto às áreas classificadas onde decorrem as atividades, passam algum tipo de informação relativa às mesmas ao cliente? Sim Não

4.6. Se sim, que informação? _____

4.7. Colocam à disposição dos *birdwatchers* equipamento dedicado à observação de aves? Sim Não

4.8. Se sim, qual(is)?:

a. Máquina fotográfica

b. Tripé

c. Binóculos

d. Guia(s) de campo

e. Telescópio ou *spotting scope*

f. Camuflados

g. Gravações ou sons de aves

h. Outro(s): _____

5. Perfil do *birdwatcher*

5.1. Quanto ao perfil do *birdwatcher*, qual a nacionalidade preponderante na procura deste tipo de serviços? _____

5.2. Qual a média de idades?

a. 18 – 24 anos

b. 25 – 44 anos

- c. 45 – 64 anos
- d. 65 ou + de 67 anos
- 5.3. Existe predominância do sexo masculino ou feminino, ou é igualitária? _____
- 5.4. Que tipo de habilitações literárias possuem? _____
- 5.5. Apresentam-se sozinhos ou em grupo? _____
- 5.6. Realizam, regularmente, uma análise do perfil da procura das atividades que realizam? Sim Não
- 5.7. Se sim, com que periodicidade? _____

Entrevista elaborada por Diogo Mateus (2018). Correio eletrónico:
diogomateusfluc@gmail.com